UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE ECONOMIA, ADMINISTRAÇÃO E CONTABILIDADE
DEPARTAMENTO DE CONTABILIDADE E ATUÁRIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS CONTÁBEIS

O ENFOQUE GERENCIAL NA DIVULGAÇÃO DE INFORMAÇÕES POR SEGMENTO

Camila Pereira Boscov

Orientador: Prof. Dr. Nelson Carvalho

SÃO PAULO

2009

Profa. Dra. Suely Vilela
Reitora da Universidade de São Paulo

Prof. Dr. Carlos Roberto Azzoni
Diretor da Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade

Prof. Dr. Fábio Frezatti
Chefe do Departamento de Contabilidade e Atuária

Prof. Dr. Edgard Bruno Cornachione Junior
Coordenador do Programa de Pós-Graduação em Ciências Contábeis

CAMILA PEREIRA BOSCOV

O ENFOQUE GERENCIAL NA DIVULGAÇÃO DE INFORMAÇÕES POR SEGMENTO

Dissertação apresentada ao Departamento de Contabilidade e Atuária da Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade da Universidade de São Paulo como requisito para a obtenção do título de Mestre em Ciências Contábeis.

Orientador: Prof. Dr. Nelson Carvalho

SÃO PAULO

2009

Dissertação defendida e aprovada no Departamento de Contabilidade e Atuária da Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade da Universidade de São Paulo – Programa de Pós-Graduação em Controladoria e Contabilidade, pela seguinte banca examinadora:

FICHA CATALOGRÁFICA

Elaborada pela Seção de Processamento Técnico do SBD/FEA/USP

Boscov, Camila Pereira

O enfoque gerencial na divulgação de informações por segmento / Camila Pereira Boscov. -- São Paulo, 2009.

199 p.

Dissertação (Mestrado) – Universidade de São Paulo, 2009

Bibliografia

1. Padrões e normas contábeis 2. Contabilidade gerencial

**À minha mãe
pelo total apoio e dedicação**

O meu mestrado está terminando e se de tudo fica um pouco, mas por que não ficaria um pouco de mim? A minha última lição de casa é destinado aos agradecimentos a pessoas muito especiais que permitiram que tudo isso se tornasse realidade. Se as coisas são inatingíveis... ora! Não é motivo para não querê-las... Que tristes os caminhos, se não fora a mágica presença das estrelas! Minha maior gratidão destina-se a meus pais e irmã por sempre me permitirem enxergar as estrelas onde quer que eu estivesse.

Fazer o mestrado me trouxe a possibilidade de mudar de vida: há um tempo em que é preciso abandonar as roupas usadas, que já têm a forma do nosso corpo, e esquecer os nossos caminhos, que nos levam sempre aos mesmos lugares. É o tempo da travessia: e, se não ousarmos fazê-la, teremos ficado, para sempre, à margem de nós mesmos. Gostaria de agradecer aos professores que incentivaram a minha carreira acadêmica, Frezatti, Welington, Ari, Reinaldo, Rosa, Silvia, Corrar, Barbieri, Joanília, Eliseu, Gilberto, Lázaro, Ferdinando e a meus alunos, que me fazem gostar, cada vez mais, da minha profissão. Amo tudo, animo tudo, empresto humanidade a tudo. E eu amo todas as coisas.

O meu muito obrigada ao Prof. Nelson Carvalho, por tantas coisas que me ensinou; ao Prof. Bruno, por me acompanhar sempre; ao Prof. Fábio, onde tudo começou, e a todos os entrevistados desta dissertação. Sem vocês este trabalho não seria possível. Muito mais do que no “*Management approach*”, eu acredito no “*Pay it forward*”, e espero retribuir sabe-se lá quando, onde, a quem, ou como, toda a ajuda recebida. Não tem chuva que desbote essa flor.

Se de tudo fica um pouco, um dos maiores resíduos deixados pelo meu curso de pós graduação foi as amizades geradas. Mycha, Brux, Cy, Paty, Di, Dri, Eriqueto, Tati, Bleise, Fernando, Aldomar, Carlitos, Ricardo, Jesus, Sérgio, Guillermo, Cris, Rosa, Yara, sem vocês isto não teria a menor graça. E eu não sabia que a minha história era mais bonita que a de Robinson Crusoe.

Agradeço também aos amigos de outros carnavais, por sempre torcerem por mim. Agora até já sabem a diferença entre tese e dissertação, qualificação e defesa... Quando eu olhar

para o lado, eu quero estar cercada só de quem me interessa. Gis, Paty, Sarah, Fábio, Hilda, Cris, Dani, Flávio, Rodolfo, Hê, Elô, Pri, Bia, Eve, Elisa, Carol, Cás, Gabis, Sol, Paulinha, Queli, valeu por estarem ao meu lado.

Obrigada ao Longuini, Majolo, Walter, Thiele, por tornarem a intangível possibilidade de fazer o mestrado em realidade. Sou muito grata a meus gestores Artur, Nélcio, Soraya, Claver, Valmir, Ronaldo por tudo o que aprendi no Banco da Minha Vida. Valeu a pena? Tudo vale a pena se a alma não é pequena. Um agradecimento especial a Andreia, Atila, Cláudio, Johnny, Rê, Laris, Rafinha, Danilo, Marcelo, Andrea, David, Giba, Bia, Ari, Ane, Leo, Ivanildo, Pedrão, Márcio, Aninha, Silvio, William, Elaine, Daniel, Marly, Henrique e Olim.

Carrego comigo um sentimento de gratidão a todos que fortemente me ajudaram a escrever esta dissertação. Lendo, relendo, revisando, dando dicas e broncas. Bispo, Artur, Zé, Eric, Fran: esta dissertação é de vocês. Sou também grata ao pessoal da técnica, Ivanzinho, Sérgio, Matheuzito e André. Encerra-se uma etapa, mas não estou vazia, não estou sozinha, pois anda comigo algo indescritível.

Trago dentro do meu coração, como num cofre que se não pode fechar de cheio, todos os lugares onde estive, todos os portos a que cheguei, todas as paisagens que vi através de janelas ou vigias, ou de tombadilhos, sonhando, e tudo isso, que é tanto, é pouco para o que eu quero. O meu mestrado está terminando.

RESUMO

Motivados pelo objetivo de maior transparência nas informações contábeis, redução dos custos tanto de capital quanto de adequação das demonstrações financeiras para outro conjunto de normas e atração de investimentos internacionais, o FASB e o IASB assinaram, em 2002, um “memorando de entendimentos”, no qual as entidades se comprometiam a desenvolver conjuntamente normas contábeis de alta qualidade que pudessem ser usadas no ambiente doméstico e internacional. Em novembro de 2006 foi publicada, como uma das atividades desse projeto, uma norma sobre a divulgação de informações por segmento, a IFRS 8. Tal publicação instigou uma discussão sobre o grau de interação que deveria – ou não – existir entre os critérios e normas contábeis que envolvem o processo de divulgação de informações contábeis para usuários externos, englobados pela contabilidade financeira, e os critérios e práticas utilizados para o processo de tomada de decisões dos gestores, acolhidos pela contabilidade gerencial. Há a orientação, nessa norma, para a divulgação de informações utilizando-se os critérios e métricas da contabilidade gerencial para ambos os públicos, interno e externo. Nesse sentido, este trabalho procurou analisar, dentro de um contexto de implementação da IFRS 8, a seguinte questão: Qual é o efeito da vinculação da contabilidade financeira à contabilidade gerencial na qualidade das informações financeiras e no nível de *disclosure*? Para isso, foram realizadas 17 entrevistas semi-estruturadas com representantes dos principais grupos de *stakeholders* afetados pela publicação de uma norma internacional: preparadores, auditores, analistas de demonstrações financeiras e acadêmicos, no período de setembro e outubro de 2008. As entrevistas foram analisadas utilizando-se a estratégia de pesquisa denominada *Grounded Theory* e um software para pesquisas qualitativas, ATLAS/ti. Diante de uma realidade subjetiva, criada pela interação dos entrevistados, concluiu-se que o fornecimento de informações gerenciais, desde que conciliadas com a contabilidade financeira, promove um maior nível de *disclosure* e possibilita melhorias nas decisões econômicas e na capacidade de projeções, aumento no poder de negociação da empresa e uniformidade de práticas com os seus diferentes públicos. A divulgação de informações por segmentos, baseados em critérios gerenciais, exige, entretanto, um aumento de trabalho para elaboração, divulgação e auditoria, além de esbarrar em questões ligadas à confidencialidade da informação, dificuldade de análise e perda de comparabilidade. Este estudo contribui com a atual discussão sobre o processo de convergência contábil internacional, transparência e grau de divulgação de informações contábeis, além de cooperar com o debate dos conceitos que estão por trás da união entre contabilidade gerencial e societária.

Palavras-chave: normas contábeis internacionais, segmento, evidenciação, contabilidade gerencial

ABSTRACT

Driven by the objective of increased transparency in financial information, reduced costs – both of capital as well as of adapting financial statements to a new set of standards - as well as by the attraction of international investments, FASB and IASB signed a memorandum of understanding, in 2002, according to which the entities agreed to work together to develop high quality accounting standards that could be applied to national and international settings. In November 2006, IFRS 8, a standard concerning the disclosure of information per segment, was issued as part of this project. This event led to a discussion about the level of interaction that should exist - or not - amongst the accounting criteria and standards that govern the process of disclosing accounting information to external users, served by financial accounting, and the criteria and practices used in the decision-making process employed by managers, served by management accounting. This standard supports the disclosure of information using the management accounting criteria and metrics for both internal and external users. In that sense, this paper aimed to analyze, within the context of the IFRS 8 implementation, the following question: What effect does integrating financial accounting into management accounting have upon the information quality and disclosure level? To that end, 17 semi-structured interviews were conducted with representatives of the main groups of stakeholders affected by the introduction of an international standard: preparers, auditors and analysts of financial statements and academics, between September and October 2008. The interviews were conducted using a research strategy named Grounded Theory, along with the ATLAS/ti software for qualitative research. Dealing with a subjective reality created by the interaction among the interviewees, the study concluded that providing management information, as long as conciliated with the financial accounting, promotes a greater disclosure level, improving economic decisions and forecasting capacity, increasing the company's negotiation power and consistency of practices with different publics. Notwithstanding, disclosing information per segment, based on management criteria, requires more preparation, issuance and auditing efforts, in addition to confronting issues such as information confidentiality, difficulty in analysis and loss of comparability. This study contributes to the current discussion about the process of international accounting convergence, transparency and disclosure level of financial information. It also adds to the debate surrounding the concepts behind the integration of management and financial accounting.

Keywords: international accounting standards, segment, disclosure, management accounting

SUMÁRIO

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS	3
LISTA DE QUADROS	4
LISTA DE FIGURAS	5
1 INTRODUÇÃO.....	7
1.1 Contextualização.....	7
1.2 Problema de Pesquisa.....	14
1.3 Objetivo	15
1.4 Justificativa e Importância.....	16
1.5 Delimitação da pesquisa.....	20
1.6 Estrutura do trabalho	21
2 PLATAFORMA TEÓRICA	23
2.1 Contabilidade gerencial e financeira.....	23
2.1.1 Definições	24
2.1.2 Elementos de diferenciação	29
2.1.3 Vinculação da Contabilidade Gerencial à Financeira.....	31
2.1.3.1 Gestão Econômica (GECON).....	31
2.1.3.2 <i>Jenkins Committee Report</i>	33
2.1.3.3 <i>Operating Financial Review (OFR)</i>	35
2.1.3.4 <i>Management Discussion and Analysis (MD&A)</i>	37
2.2 A norma de Informações por Segmento.....	39
2.2.1 A IFRS 8	39
2.2.2 Definição e identificação de segmentos operacionais	40
2.2.3 Mensuração da Informação por Segmento	44
2.2.4 Determinação dos segmentos divulgáveis	46
2.2.4.1 Aplicação dos testes de 10% e 75%	46
2.2.4.2 <i>Rules Based x Principless Based</i>	47
2.2.5 Divulgação Requerida	49
2.2.6 Avaliação e Conciliação	50
2.2.7 Estudos anteriores sobre a importância da Informação por Segmentos	53
2.2.8 <i>Accountability</i>	55
2.2.9 Comparabilidade das Informações, <i>Proprietary Cost & Agency Cost, Disclosure</i>	56
3 METODOLOGIA.....	63
3.1 Tipo de Pesquisa	63
3.2 Estratégia de pesquisa	65
3.3 Seleção da amostra.....	70
3.4 Coleta de dados.....	72
3.5 Análise de dados	74
3.6 Interpretação das figuras	77
3.7 Confiabilidade e validade.....	79
4 ANÁLISE DOS RESULTADOS	81
4.1 Identificar o grau de <i>disclosure</i> do relatório.....	81
4.1.1 <i>Disclosure</i> das informações por segmento	81
4.1.2 Excesso de dados nas informações divulgadas	85

4.1.3	Exigência de mudança cultural	87
4.1.4	Divulgação de informações confidenciais	88
4.1.5	Comparabilidade das informações	91
4.2	Analisar a qualidade das informações contábeis e identificar possibilidades de aperfeiçoamento da norma	95
4.2.1	Benefícios das informações por segmento.....	95
4.2.2	Problemas com a implementação da norma.....	98
4.2.3	O uso de critérios quantitativos	100
4.2.4	O uso de critérios gerenciais de mensuração	102
4.3	Discutir o fenômeno da vinculação da contabilidade financeira à contabilidade gerencial	104
4.3.1	O uso do <i>management approach</i>	104
4.3.2	Vinculação da contabilidade gerencial à financeira	106
4.3.3	Outras informações gerenciais que poderiam ser divulgadas	108
4.3.4	Conciliação das informações gerenciais e societárias	111
4.3.5	Alterações no trabalho de auditoria	113
4.3.6	Há interface entre riscos, decisões empresariais, e formas de contabilização?	115
4.4	Proposições.....	116
4.4.1	Proposição 1	116
4.4.2	Proposição 2	119
5	CONCLUSÕES	121
	BIBLIOGRAFIA.....	125
	REFERÊNCIAS ELETRÔNICAS	137
	APÊNDICE	138
	APÊNDICE 1 – Carta Convite.....	139
	APÊNDICE 2 – Texto anexo à Carta Convite	140
	APÊNDICE 3 – Preparadores de Demonstrações Financeiras	142
	APÊNDICE 4– Auditores de Demonstrações financeiras	159
	APÊNDICE 5 – Analistas de Demonstrações financeiras.....	170
	APÊNDICE 6– Acadêmicos	184

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AICPA: *American Institute of Certified Public Accountants*
ASB: *Accounting Standards Board*
CEO: *Chief Executive Officer*
CICA: *Canadian Institute of Chartered Accountants*
CPC: Comitê de Pronunciamentos Contábeis
CVM: Comissão de Valores Mobiliários
EFRAG: *European Financial Reporting Advisory Group*
FASB: *Financial Accounting Standards Board*
FIPECAFI: Fundação Instituto de Pesquisas Contábeis, Atuariais e Financeiras
GE: *General Electric*
GECON: Gestão Econômica
IAS: *International Accounting Standards*
IASB: *International Accounting Standard Board*
IFAC: *International Federation of Accountants*
IFRS: *International Financial Reporting Standards*
IMA: *Investment Management Association*
IN: Introdução
KPI: *Key Performance Indicators*
MD&A: *Management Discussion and Analysis*
OFR: *Operating and Financial Review*
PDD: Provisão para Devedores Duvidosos
SEC: *Securities and Exchange Commission*
SEP: Superintendência de Relações com Empresas
SFAS: *Statement of Financial Accounting Standards*
SNC: Superintendência de Normas Contábeis e Auditoria
SUSEP: Superintendência de Seguros Privados
US GAAP: *United States Generally Accepted Accounting Principles*

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Exemplos de riscos econômicos com reflexos empresariais.....	24
Quadro 2 - Elementos de diferenciação entre a Contabilidade Financeira e Gerencial	30
Quadro 3 - Informações divulgadas para cada segmento	50
Quadro 4 - Conciliações requeridas	52
Quadro 5 - Artigos internacionais utilizando-se da Grounded Theory	66
Quadro 6 - Critérios para avaliação da teoria substantiva	68
Quadro 7 - Convidados selecionados para as entrevistas	71
Quadro 8 - Duração e data das entrevistas.....	73
Quadro 9 - Exemplos do grau de densidade da figura 5.....	83
Quadro 10 - Exemplos de informações gerenciais.....	108

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Inferência Abdutiva.....	70
Figura 2 - Proposta de codificação e análise.....	76
Figura 3 - Tipos de associação.....	77
Figura 4 - Exemplo de diagrama.....	78
Figura 5 - <i>Disclosure</i> de informações por segmento.....	82
Figura 6 - Excesso de detalhe nas informações divulgadas.....	85
Figura 7 - Exigência de mudança cultural.....	87
Figura 8 - Divulgação de informações confidenciais.....	88
Figura 9 - Comparabilidade das informações.....	91
Figura 10 - Benefícios das informações por segmento.....	95
Figura 11 - Melhorias nas análises econômicas.....	96
Figura 12 - Problemas com a implementação da norma.....	98
Figura 13 - O uso de critérios quantitativos.....	100
Figura 14 - O uso de critérios gerenciais de mensuração.....	102
Figura 15 - O uso do <i>management approach</i>	104
Figura 16 - Vinculação da contabilidade gerencial à financeira.....	106
Figura 17 - Outras informações gerenciais que poderiam ser divulgadas.....	108
Figura 18 - Conciliação das informações gerenciais e societárias.....	111
Figura 19 - Alterações no trabalho de auditoria.....	113
Figura 20 - Interfaces.....	115
Figura 21 - Efeitos positivos da vinculação.....	117
Figura 22 - Efeitos negativos da vinculação.....	119

1 INTRODUÇÃO

1.1 Contextualização

O processo de globalização e a presença de investimentos internacionais acentuaram ainda mais a necessidade de transparência das demonstrações financeiras de modo a permitir que essas melhor representem a realidade econômica das empresas. Para Bushman e Smith (2003, p.66), transparência pode ser definida como a abrangente disponibilidade de informação relevante e confiável a respeito da performance periódica, situação financeira, oportunidades de investimento, governança, valor e risco de empresas.

Além da preocupação com a transparência na divulgação das demonstrações financeiras, esse cenário trouxe também a necessidade de comunicação das informações para os diferentes públicos em uma linguagem universal. Tornou-se fundamental, dessa forma, a elaboração, por parte dessas empresas, de demonstrações financeiras de alta qualidade, baseadas em um conjunto único de normas globais.

Para Carvalho e Lemes (2002, p.43), “a dificuldade que a Contabilidade tem em definir uma linguagem única de comunicação em nível mundial acaba sendo um empecilho inicial às empresas que, por vezes, sentem-se desestimuladas a recorrer a outros mercados, quando se deparam com as dificuldades em apresentar suas demonstrações financeiras sob outras normas”.

A expansão dos mercados impôs às empresas a necessidade de elaboração de demonstrações financeiras baseadas em normas e critérios uniformes e homogêneos, de forma que os proprietários, os gestores, os investidores e os analistas financeiros de todo o mundo possam se utilizar de informações transparentes, confiáveis e comparáveis nos seus processos de tomadas de decisões (ANTUNES et al, 2007).

Para Pohlmann (1995, p.13), a harmonização de normas contábeis é um processo necessário e natural, já que é fato notório a crescente internacionalização e globalização dos negócios,

trazendo como provável consequência o requerimento maciço de informações de natureza contábil, com um conteúdo claro e bem compreendido por todos os usuários.

A necessidade de promover a convergência das práticas contábeis adotadas por empresas e outras organizações na preparação de demonstrações financeiras no âmbito mundial levou à criação, em 1973, do IASB - *International Accounting Standard Board* -, órgão independente cujo objetivo é promover um conjunto único de normas contábeis globais compreensíveis, com informações de alta qualidade, comparáveis, para poder ajudar na tomada de decisões econômicas. Essas normas internacionais de contabilidade recebem a denominação de IFRS - *International Financial Reporting Standards*.

Fajardo (2007, p.58) acredita que o estabelecimento de normas contábeis internacionais beneficiará os usuários e preparadores de demonstrações financeiras ao promover consistência, comparabilidade, confiabilidade, e maior transparência nas demonstrações financeiras divulgadas pelas empresas ao redor do mundo. Em consequência disso, espera-se aumentar os investimentos internacionais, aprofundar o mercado internacional de capitais, e reduzir os custos das multinacionais que divulgam as suas informações sob as mais variadas normas contábeis.

Barth et al (2008, p. 467-469) examinaram se a aplicação das IFRS está associada a uma melhora das informações contábeis. Os autores descobriram que dentre as empresas que utilizavam as normas internacionais, na amostra analisada, 21 que haviam aderido ao IAS - *International Accounting Standards* - entre 1994 e 2003 apresentavam menor nível de gerenciamento de resultados, menor tempo para reconhecimento de perda e uma maior associação entre os valores contábeis com preço de ação e retorno.

Tais autores ressaltam, porém, que não é possível assegurar que esse resultado é devido a mudanças em seus sistemas contábeis, oriundas da implementação das IFRS, ou de mudanças de incentivos relacionadas ao ambiente econômico (Barth et al, 2008, p.497).

Daske et al (2008, p. 1085-1086) examinaram as consequências da divulgação das IFRS no mundo, e descobriram que, em média, a liquidez do mercado aumenta em torno do período em

que a IFRS é introduzida. Também foi observada uma redução no custo de capital das empresas e um aumento nas *equity valuations*, mas somente se forem contabilizadas antes da data oficial de adoção. Os benefícios no mercado de capital ocorrem somente nos países onde as empresas possuem incentivos em serem transparentes, e onde o *enforcement* legal é forte. Tal fato evidencia a importância central na questão de incentivos de divulgação e o regime de *enforcement*, na qualidade da informação reportada.

Ball et al (2000, p.2) estudaram a influência política na contabilidade diferenciando os países da amostra entre *Code Law*¹ e *Common Law*². Os autores apontaram que quando a contabilidade é feita de forma politizada, há uma diminuição da necessidade de demonstrações financeiras pontuais e conservadoras, e um aumento da necessidade de divulgação de resultados com baixa volatilidade.

Watts e Zimmerman (1978) analisaram a influência de alguns fatores nas atitudes dos gerentes das empresas relacionadas às políticas contábeis e aos seus fluxos de caixa. Fatores como impostos, reguladores, planos de remuneração de gerentes e custos políticos influenciam os lucros reportados e as decisões de investimentos dos gerentes.

Renders e Gaeremynck (2007, p. 49) concluíram em seus estudos que a adoção do IFRS leva a um aumento do *disclosure* e a uma redução de escolhas contábeis, resultando em uma perda de benefícios para os *stakeholders* com acesso privilegiado às informações (*insiders*). Tal perda, porém, depende da característica do ambiente institucional (por exemplo, nível de proteção ao investidor). Os autores descobriram que os países com fortes leis e extensas políticas de governança corporativa são mais afetados pelas perdas de benefícios decorrentes do acesso a informações privilegiadas. As políticas de governança corporativa podem efetivamente, segundo os autores, reduzir o conflito de interesse entre *insiders* e *outsiders*.

¹ Em países de *Code Law* as políticas contábeis são preponderantemente determinadas pelo setor público. Exemplo: França, Alemanha e Japão.

² Em países de *Common Law* as políticas contábeis são preponderantemente determinadas pelo setor privado. Exemplo: Austrália, Canadá, *United Kingdom* e Estados Unidos.

Ho e Wong (2001, p.139) fizeram um estudo nas empresas de Hong Kong sobre atributos de governança corporativa. Os resultados indicam que a existência de comitê de auditoria está relacionada de forma positiva à divulgação de informações voluntárias, ao passo que o percentual de membros da família no *board* está relacionado de forma negativa ao *disclosure* voluntário.

Muito embora estudos empíricos evidenciem a melhora na qualidade das informações contábeis com a adoção do IFRS (Renders e Gaeremynck (2007), Daske et al (2008), Barth et al (2008)), desde a criação do IASB, a participação do FASB - *Financial Accounting Standards Board* -, órgão norte-americano responsável pela emissão dos US GAAP - *United States Generally Accepted Accounting Principles* -, no projeto de aprovação de um conjunto único de normas de aceite mundial tem sido pífia ou, em algumas discussões, beira o desprezo, já que muitos de seus membros acreditavam na superioridade das normas norte-americanas frente a outras normas (LEMES e CARVALHO, 2004, p.5).

Foi somente após os escândalos financeiros de empresas americanas como a WorldCom, Global Crossing, Xerox, Enron, entre 1997 e 2002, e as conseqüentes atitudes punitivas tomadas pela SEC - *Securities and Exchange Commission* -, que houve um destaque, nos Estados Unidos, na discussão da melhora na qualidade das informações contábeis divulgadas.

De acordo com Carvalho et al (2004, p.265), os recentes escândalos envolvendo grandes empresas abalaram um dos alicerces fundamentais do relacionamento entre empresas e investidores: a questão da confiança. Conseqüentemente, elevou-se a demanda por mais informações relevantes, o que aumenta ainda mais a importância da transparência das demonstrações financeiras.

Diante das crises de confiabilidade do mercado e motivado pela crença de que maior transparência nas informações possa reduzir os custos do capital, reduzir os custos de adequação das demonstrações financeiras para outro conjunto de normas, reduzir riscos, e, conseqüentemente, atrair mais investimentos, o FASB assinou em 2002 o Memorando de Entendimento com o IASB (LEMES e CARVALHO, 2004, p.5).

Espera-se que o memorando feito entre os organismos resulte em dois modelos contábeis similares dentro de alguns anos. Ainda há, relativamente, poucas evidências empíricas sobre a aproximação entre as normas norte-americanas e internacionais e os seus efeitos no mercado de capitais. Destaque-se, porém, o estudo de Haverty (2004), o qual apresenta resultados que confirmam o maior grau de aproximação entre as normas nos últimos anos (COSTA e LOPES, 2007, p.46).

O objetivo desse acordo era diminuir as diferenças existentes entre as IFRS e os US GAAP. Tais entidades se comprometiam a desenvolver conjuntamente normas contábeis de alta qualidade que pudessem ser usadas no ambiente doméstico e internacional. A partir desse encontro foi definida uma agenda com metas, de curto e longo prazo, para o programa de convergência.

Os projetos de convergência de longo prazo incluem questões como: a definição de uma única estrutura conceitual, orientações sobre mensuração a *fair value*³, apresentação das demonstrações financeiras, reconhecimento de receita, dentre outros.

Para o projeto de convergência de curto prazo, que tinha como meta o ano de 2008, as duas entidades se dividiram para analisar as principais diferenças entre as normas contábeis. O FASB ficou incumbido de analisar as normas de *fair value option*, evento subsequente, pesquisa e desenvolvimento etc. Coube ao IASB, por sua vez, a análise de custos de empréstimos, concessões governamentais, *joint ventures*⁴, informações por segmentos etc. Os dois organismos, em conjunto, analisariam assuntos de *Impairment*⁵ e Imposto de Renda.

Dessa maneira, em função do projeto de curto prazo, em novembro de 2006, o IASB publicou a norma IFRS 8 “*Operating Segments*”, fruto da revisão da norma americana “SFAS⁶ 131 - *Disclosures about Segments of an Enterprise and Related Information*”, desenvolvida em junho

³ Valor pelo qual um bem pode ser trocado entre um comprador, conhecedor e interessado, e um vendedor nas mesmas condições, numa transação a seu alcance.

⁴ Associações contratuais em que duas ou mais partes administram uma atividade econômica sujeita a um controle conjunto (Fonte: www.iasb.org).

⁵ Redução ao Valor Recuperável de Ativos (Fonte: www.iasb.org).

⁶ *Statement of Financial Accounting Standards*.

de 1997, e da IAS 14 “*Segment Reporting*”, inicialmente publicada em agosto de 1981. Tal norma estava prevista para entrar em vigor a partir de 01 de janeiro de 2009.

O FASB e o IASB decidiram que, para essa norma, deveriam utilizar o enfoque adotado pelo organismo americano na divulgação de informações por segmento. No SFAS 131, a segmentação deve refletir os mesmos critérios utilizados na contabilidade gerencial de cada instituição e deve estar de acordo com políticas contábeis e formas de mensuração internas. A divulgação de informações por segmento é feita, portanto, de acordo com a visão “*through the eyes of Management*”⁷, também conhecida como “*Management Approach*”⁸.

A IFRS 8 difere-se da antiga IAS 14 em dois importantes aspectos:

- Na determinação de como os segmentos são identificados;

Para o EFRAG - *European Financial Reporting Advisory Group* - não deve haver mudanças na prática com essa alteração, mas de acordo com a norma antiga, os segmentos eram identificados, em muitos casos, de uma maneira que não refletia a condução dos negócios, resultando em uma necessidade de se produzir uma informação por segmento que não era usada para nenhum propósito. De acordo com o EFRAG, é muito mais útil segmentar o negócio seguindo a mesma estrutura adotada gerencialmente, pois os gerentes farão a segmentação de uma forma que reflita a essência de suas atividades e a melhor maneira de interpretá-las.

- Na determinação das políticas contábeis que serão usadas para produzir as informações por segmento.

Com a norma IAS 14, as entidades utilizavam como mensuração as IFRS, porém a nova norma faz uso de mensurações internas. O resultado dessas modificações, segundo o EFRAG, é que os usuários das demonstrações financeiras poderão conhecer o negócio como ele realmente é. Outra implicação, entretanto, será que tais informações poderão ser preparadas de maneira diferente das

⁷ Por meio dos olhos da gerência (tradução livre).

⁸ Enfoque gerencial (tradução livre).

principais demonstrações financeiras da organização, com critérios diferentes daqueles recomendados pelo IASB. Tal alteração poderá resultar em problemas de reconciliação destas informações, além de problemas ligados à divulgação de informações consideradas privilegiadas ao mercado.

Muitas são as polêmicas resultantes dessa norma, como, por exemplo, a falta de definição na norma sobre o que é ‘receita do segmento’, ‘despesa do segmento’, ‘lucro do segmento’, ‘ativo do segmento’, ‘passivo do segmento’. Na IFRS 8 essas definições ficarão a cargo de cada entidade. Outro exemplo de pontos polêmicos está relacionado à mensuração, pois se requer agora o uso da métrica adotada pelo principal executivo da organização para tomar decisões de alocar recursos e avaliar o desempenho do segmento.

Com essas alterações, as demonstrações financeiras, por meio do relatório de informações por segmento, passaram também a fornecer informações gerenciais a seus diversos usuários. Relatando informações sobre segmentos, o usuário externo passa a compreender a forma com que a administração da empresa toma as decisões. Observa-se aqui a vinculação, feita por um órgão normatizador, da contabilidade financeira ou societária, destinada principalmente aos usuários externos da companhia, à contabilidade gerencial, voltada para planejamento e controle da administração da organização.

O conhecimento da maneira pela qual a administração da empresa toma decisões pode ser obtido, pelos usuários externos, através de outras fontes de informação, dentro das demonstrações financeiras, além do relato de Informações por Segmentos. Na demonstração de fluxo de caixa, por exemplo, é possível entender a gestão de tesouraria de uma empresa, a sua gestão de liquidez e descasamento de operações. Outro exemplo pode ser a nota explicativa das políticas contábeis de uma organização: dentre alguns procedimentos igualmente aceitáveis, a empresa escolhe um para praticar. Essas práticas permitem ao usuário externo extrair informações relacionadas à forma pela qual a administração de uma empresa gerencia as suas atividades.

Uma importante diferença, entretanto, entre a norma de Informações por Segmentos e as outras informações gerenciais divulgadas nos relatórios financeiros por uma empresa é que aquela

evidencia informações usando critérios de mensuração internos, sem precisar fazer uso dos estabelecidos nas IFRS.

Diante da contextualização do processo de convergência contábil, da importância da elaboração de normas de alta qualidade e divulgação de demonstrações financeiras que representem a realidade da empresa, bem como, da vinculação da contabilidade gerencial à financeira conseguida pela norma de Informações por Segmento, faz-se necessária a definição do problema de pesquisa deste trabalho.

1.2 Problema de Pesquisa

Um problema de pesquisa origina-se, segundo Martins e Theóphilo (2007, p.22), da inquietação, da dúvida, da hesitação, da perplexidade, da curiosidade sobre uma questão não resolvida. Para esses autores, a pesquisa científica inicia-se pelo problema e é a busca da solução para ele que orienta toda a lógica da investigação.

Para Kerlinger (1980), o problema de pesquisa é uma questão que pergunta como as variáveis se relacionam. Assim, é:

- 1) uma sentença na forma interrogativa. A interrogação possui a qualidade de apresentar o problema diretamente;
- 2) uma questão que geralmente pergunta algo a respeito das relações entre fenômenos ou variáveis. Exemplo, “A está relacionado com B?” e
- 3) exige que o problema seja tal que implique possibilidades de teste empírico. Evidência real sobre a relação exposta no problema.

A questão não resolvida, citada por Martins e Theóphilo (2007, p.22), no caso deste trabalho, está ligada à vinculação inédita, feita por um órgão normatizador internacional, o IASB, apresentada na norma IFRS 8, da contabilidade financeira à contabilidade gerencial. A dúvida e a hesitação surgem em saber se, na opinião de analistas, preparadores e auditores de demonstrações

financeiras e comunidade acadêmica, tal vinculação leva a uma melhora na qualidade das informações contábeis e a um aumento no nível de *disclosure*.

Há, portanto, a relação de variáveis citadas por Kerlinger (1980): 01 – vinculação da contabilidade financeira à contabilidade gerencial, novidade trazida pela norma de informações por segmento do IASB – IFRS 8; 02- qualidade das informações contábeis; 03- nível de *disclosure*. A possibilidade de teste empírico, abordada pelo autor, se faz presente por meio das entrevistas semi-estruturadas que serão feitas aos analistas, preparadores, auditores e comunidade acadêmica.

Dessa forma, o problema de pesquisa pode ser assim formulado:

Qual é o efeito da vinculação da contabilidade financeira à contabilidade gerencial na qualidade das informações financeiras e no nível de *disclosure*?

1.3 Objetivo

Será analisado, neste trabalho, o efeito das mudanças, oriundas da vinculação da contabilidade gerencial à financeira, na IFRS 8, sob dois aspectos:

- Na qualidade das informações contábeis e nas possibilidades de aperfeiçoamento relacionadas à elaboração da norma;
- No aumento do nível de informações divulgadas e melhoria de informações decorrentes da aplicação da norma.

Dentre as perguntas que surgem sobre a qualidade e o grau de *disclosure* requeridos por essa norma, podem-se destacar as seguintes: a inserção do *Management Approach* possibilita aos usuários da informação contábil a obtenção de uma melhor compreensão do desempenho operacional da entidade? Faz com que haja uma maior abrangência de informações para estimativas de fluxo de caixa futuro? Melhora o entendimento da empresa como um todo? Possibilita melhor análise sobre riscos e retornos? Como fica a questão da comparabilidade das

informações contábeis com esse enfoque? Haverá aumento de custos com a confecção, publicação, e auditoria dessas informações, além dos “*proprietary costs*”? Qual a percepção dos preparadores de demonstrações financeiras relacionadas à divulgação de informações gerenciais e estratégicas?

Nesse sentido, o objetivo deste trabalho é analisar se o fenômeno da vinculação da contabilidade financeira à contabilidade gerencial, na norma de Informação por Segmentos do IASB, leva a uma melhora na qualidade das informações financeiras e a um aumento no nível de *disclosure*, do ponto de vista de analistas, preparadores, auditores e da comunidade acadêmica.

Após a explanação do objetivo geral deste trabalho, faz-se necessário a divulgação dos objetivos específicos, que possuem a principal tarefa de poder contribuir para o atendimento do objetivo principal.

De acordo com Gil (2002, p. 111), “os objetivos gerais são pontos de partida, indicam uma direção a seguir, mas, na maioria dos casos, não possibilitam que se parta para a investigação. Logo, precisam ser redefinidos, esclarecidos, delimitados. Daí surgem os objetivos específicos da pesquisa”.

Os objetivos específicos deste estudo podem ser divididos em 3 partes:

1. Identificar o grau de *disclosure* do relatório;
2. Analisar a qualidade das informações contábeis oriundas da aplicação da norma e identificar se ainda existem possibilidades de aperfeiçoamento no normativo;
3. Discutir o fenômeno da vinculação da contabilidade financeira à contabilidade gerencial.

1.4 Justificativa e Importância

A importância de se estudar com detalhes o conteúdo de uma norma internacional e as suas diferentes implicações é justificada pela crescente adoção de países às normas internacionais. O

mundo caminha para a adoção das IFRS⁹; as mudanças em uma norma contábil afetam a forma de se fazer contabilidade em mais de 100 países diferentes (número aproximado de países que já adotaram as normas internacionais ou estão em processo de convergência), além de influenciarem as mais diversas decisões econômicas, feitas a partir da interpretação das demonstrações financeiras, realizadas por todos os usuários das informações contábeis, tais como, investidores, credores, fornecedores, clientes, analistas de mercado, funcionários, governo, organizações não-governamentais.

Segundo a estrutura conceitual do IASB, o objetivo das demonstrações financeiras é fornecer informações sobre a posição financeira de uma entidade que sejam úteis para os mais variados usuários para a tomada de decisões econômicas. Quanto maior o nível de *disclosure* das informações, melhor é a decisão tomada pelos usuários, e melhor é a sua estimativa sobre os fluxos de caixa futuros da entidade. Este trabalho, ao analisar o nível de *disclosure* da norma de informações por segmentos, poderá contribuir, portanto, para aprimorar a tomada de decisão econômica.

Botosan (1997, p. 323) analisa a associação entre o nível de *disclosure* e o custo de capital próprio. A sua mensuração do nível de *disclosure* é baseada na informação voluntária fornecida em 1990 nas demonstrações financeiras de 122 empresas de manufatura. O autor encontrou evidências de que, em firmas não acompanhadas de perto por analistas financeiros, quanto maior o grau de transparência, menor é o custo do capital próprio. Por outro lado, para firmas com elevado grau de acompanhamento não houve evidências dessa associação, talvez porque a mensuração de *disclosure* seja limitada à análise de demonstrações financeiras, as quais podem não fornecer um poderoso indicativo para avaliar todos os níveis de *disclosure* quando os analistas possuem importante papel no processo de comunicação.

A divulgação de informações financeiras pode impactar, dentre outros fatos, nas decisões de quando se deve comprar, vender ou manter um investimento, nas políticas tributárias, na distribuição de lucros e dividendos, na preparação e uso de estatísticas entre regiões, na regulação de algumas atividades, etc.

⁹ De acordo com o site: <http://www.iasb.co.uk/>. Acesso em 03/09/2008.

Especificamente no caso da divulgação de informações por segmento, a forma com que tal relatório é preparado pode impactar em: análises de projeções de lucratividade de um negócio, potenciais problemas futuros decorrentes de riscos políticos, limitação da capacidade de expansão, tendências de crescimento, concentração regional, variação em preços de *commodities*, avaliação da *accountability*¹⁰ de um negócio etc.

A divulgação de informações por segmento pode também ser um dos fatores necessários para melhorar a qualidade da informação sobre o desempenho empresarial e conseqüentemente sobre os fluxos de caixa esperados, e permitir, dessa maneira, a redução do custo de capital, o que pode ser importante para estimular a criação de novas empresas ou a expansão das existentes, com impacto direto na criação de emprego e renda.

Para o EFRAG, as mudanças na antiga norma do IASB, IAS 14, não só tornam o pronunciamento aderente ao SFAS 131, como também facilita e agiliza a produção das informações. Porém, como grande parte dos sistemas de controle e processamento contábil das empresas brasileiras não é parametrizada para o registro ou geração de informações segmentadas, a entrada da norma em vigor poderá ocasionar, em um primeiro momento, uma elevação de custos para modificações de sistemas extra-contábeis. Além disso, as informações poderão vir de áreas diferentes da contabilidade, gerando dificuldades na conciliação. Poderá haver também resistência de algumas empresas à divulgação de informações privilegiadas, à ameaça de concorrentes e a aumentos nos custos de publicação e auditoria.

Além dessas considerações sobre a influência da publicação de uma norma contábil sobre as mais variadas decisões econômicas e as possíveis dificuldades relacionadas à sua divulgação, pode-se acrescentar o fato, para a justificativa da importância deste trabalho, de não haver no Brasil norma específica relativa à divulgação de informações por segmentos.

¹⁰ Necessidade de os dirigentes da empresa realizarem a prestação de contas (evidenciação) da eficiência e eficácia de seu plano estratégico de negócios perante o seu Conselho de Administração (IFAC, 2007).

O ofício-circular CVM/SNC/SEP nº 01 de fevereiro de 2007 incentiva a divulgação dessas informações pelas companhias de capital aberto, em especial para aquelas que publicam demonstrações consolidadas:

A evolução proposta pelo IFRS 8 e a extrema importância dessa informação na avaliação econômica da companhia devem encorajar as empresas para que apresentem tais informações ao publicarem as suas demonstrações financeiras, ainda que não sejam obrigatórias em nosso ambiente regulatório.

Além disso, o Banco Central, por meio do comunicado 14.259, a CVM - Comissão de Valores Mobiliários -, com a instrução 457, e a SUSEP, com a circular 357, declararam que as instituições financeiras, companhias abertas e seguradoras, respectivamente, deverão, a partir do exercício findo em 2010, apresentar as suas demonstrações financeiras adotando o padrão contábil internacional. Dessa forma, tais entidades deverão divulgar informações por segmentos. Logo, as questões identificadas, discutidas e analisadas neste trabalho também serão de interesse das mesmas.

O CPC - Comitê de Pronunciamentos Contábeis - , entidade que tem como objetivo o estudo, preparação e emissão de pronunciamentos contábeis levando-se em conta a convergência da contabilidade brasileira aos padrões internacionais, estima elaborar, de acordo com o Programa de Trabalho estabelecido¹¹, até 2010, um pronunciamento sobre informações por segmento.

Outro aspecto que torna este estudo válido é que no meio acadêmico há uma conveniência, dado o cenário mundial de convergência contábil para as IFRS e o movimento no Brasil, por meio do CPC, Banco Central e CVM, de divulgação e debate de assuntos relativos às normas contábeis internacionais. Este trabalho pode contribuir para isso, dada a carência em nossa literatura nacional de estudos anteriores sobre o assunto. Além disso, tal trabalho, no meio acadêmico, pode gerar futuras hipóteses para testes de pesquisa com novos pressupostos epistemológicos na medida em que a norma IFRS 8 entre em vigor.

¹¹ <http://cpc.org.br/plano.htm>. Acesso em 03/09/2008.

Outra consideração que justifica o presente trabalho é a discussão dos conceitos que estão por trás da união entre contabilidade gerencial e societária. Divisões da contabilidade muitas vezes vistas como divisões antagônicas. Muitos trabalhos acadêmicos¹² fazem referência a essas divisões, diferenciando os seus usuários, necessidades, objetivos, informações requeridas, formas de análise, e pouco se comenta sobre as suas similaridades, sinergias e impactos da união desses dois diferentes campos de informação para a tomada de decisões econômicas. Procura-se entender até que ponto a divulgação de informações gerenciais pode ajudar os usuários de informações financeiras a conhecer o *management* do negócio, e quais são as implicações na elaboração e evidenciação de tais informações na visão de acadêmicos, auditores, analistas e preparadores de demonstrações financeiras.

1.5 Delimitação da pesquisa

A pesquisa possui como base fundamental a análise de uma norma contábil internacional, a IFRS 8, desenvolvida em novembro de 2006. As empresas que seguem as normas internacionais serão obrigadas a colocá-la em prática a partir de 01 de janeiro de 2009, contudo, é permitida a adoção antecipada. Dessa maneira, a pesquisa delimitou-se em analisar a norma em si, e não o seu produto final, o relato de informações por segmentos, produzido pelas empresas.

Esta pesquisa pretende analisar a norma de Informações por Segmento sob três aspectos: grau de *disclosure*, qualidade da informação financeira e vinculação da contabilidade financeira à gerencial. Não é objetivo desta dissertação, portanto, a comparação detalhada entre os normativos IFRS 8, SFAS 131 e IAS 14, e a análise histórica da evolução das normas.

Este trabalho avaliará a melhora na qualidade e aumento de *disclosure* baseado na percepção dos analistas, preparadores, auditores de demonstrações financeiras e comunidade acadêmica. Não é objetivo deste estudo, portanto, a avaliação quantitativa desses dois fatores. Apenas com a comparação dos requerimentos de divulgação da norma antiga, IAS 14, com a norma atual, IFRS 8, já é possível afirmar que houve um aumento na quantidade de informações divulgadas. A

¹² BRONW (1987), PEARLSTEIN (1988), JOSEPH (1996), CATELLI E SANTOS (2000), SILVA (2002), RICHARDSON (2002), VICECONTI E NEVES (2003), HORNGREN, SUNDEM E STRATTON (2004), BARROS (2005), PRATES (2005), FREZATTI, AGUIAR E GUERREIRO (2006), MARTINS (2006).

percepção de melhora, porém, é oriunda das análises das entrevistas realizadas diante de uma realidade subjetiva.

Cabe ressaltar também que as análises deste trabalho foram elaboradas a partir da interpretação das entrevistas realizadas durante os meses de setembro e outubro de 2008. Os resultados encontrados nesta pesquisa são, portanto, dependentes da amostra selecionada para estudo, empresas de grande porte que já divulgam informações pela norma americana e internacional, grandes instituições que fazem análise de balanços e as maiores empresas de auditoria.

1.6 Estrutura do trabalho

Este trabalho está organizado em cinco capítulos. Inicia-se por esta introdução, onde o assunto da norma de Informações por Segmento é abordado sob um contexto de internacionalização das normas contábeis e convergência dos dois principais órgãos normatizadores: FASB e IASB. Encontram-se aqui ainda a apresentação do problema de pesquisa, objetivo, justificativa, importância e delimitações do trabalho.

O segundo capítulo trata do arcabouço teórico. Para Martins e Theóphilo (2007), tal fase, que visa à construção da plataforma teórica do assunto, é necessária para a condução de qualquer pesquisa científica. O seu objetivo é mostrar como, confrontando várias afirmações, se pode formular a resposta nos termos do pensamento estudado. São abordadas neste capítulo as características e definições da contabilidade gerencial e financeira, bem como aspectos ligados à IFRS 8: descrição dos assuntos abordados na norma, comparação com os normativos anteriores, estudos ligados à sua importância e pontos polêmicos.

O capítulo seguinte trata da metodologia do trabalho. O tipo de pesquisa, modelo adotado, como os questionários e entrevistas foram estruturados, os critérios utilizados para a seleção dos entrevistados, são assuntos abordados nesta etapa. Este trabalho é caracterizado como uma investigação qualitativa. A realidade construída, nesse caso, é subjetiva, pois muitos fatores podem influenciar a percepção dos entrevistados sobre os assuntos abordados.

O penúltimo capítulo analisa os resultados obtidos nas entrevistas semi-estruturadas. A estratégia de pesquisa utilizada é a *Grounded Theory*, também conhecida como Construção da Teoria. De acordo com Martins e Theóphilo (2007), busca-se a construção da teoria à medida que o trabalho de campo se desenvolve. Tal teoria é construída através da coleta seletiva de dados, da categorização de dados e da saturação teórica. A interação das respostas obtidas pela entrevista fará com que teorias sobre o grau de qualidade e o nível de *disclosure* na norma de Informações por Segmento sejam formadas sob um específico contexto histórico, social e cultural.

Por fim, as conclusões são apresentadas no capítulo cinco. Com base em todas as etapas anteriores, tal capítulo visa a formular a resposta para o problema de pesquisa. Serão expostos quais os efeitos da vinculação da contabilidade financeira à contabilidade gerencial, na norma de Informações por Segmento, na qualidade das informações financeiras e no nível de *disclosure*, do ponto de vista de analistas, preparadores, auditores e comunidade acadêmica.

2 PLATAFORMA TEÓRICA

2.1 Contabilidade gerencial e financeira

Com a norma IFRS 8, os critérios de segmentação escolhidos pela empresa para divulgar as suas Informações por Segmento devem ser os mesmos que os utilizados na sua contabilidade gerencial, e devem estar de acordo com políticas contábeis e formas de mensuração internas. Dessa maneira, as demonstrações financeiras, por meio do relatório de Informações por Segmento, passaram também a fornecer informações gerenciais a seus diversos usuários. Ou seja, com a utilização da norma, o usuário externo passa a compreender melhor a forma com que a administração da empresa toma as suas decisões.

Eis a seguir exemplos da interface entre riscos empresariais a serem analisados pelos tomadores de decisão e os possíveis reflexos de tais riscos nos campos tanto da contabilidade gerencial (tida como voltada para o usuário INTERNO da organização) quanto no da contabilidade societária ou financeira (voltada para o público EXTERNO):

Quadro 1 - Exemplos de riscos econômicos com reflexos empresariais

RISCOS ECONÔMICOS COM REFLEXOS EMPRESARIAIS	REFLEXOS NOS CAMPOS CONTÁBEIS (Gerencial e Societário)
CRISE DE CRÉDITO	PDD - Provisão para Devedores Duvidosos
DEFLAÇÃO – QUEDA DE PODER AQUISITIVO DE CONSUMIDORES	QUEDA NO GIRO DOS ESTOQUES – SUA AVALIAÇÃO NO ATIVO
DEFLAÇÃO	QUEDA NO USO DA CAPACIDADE PRODUTIVA INSTALADA – TAXAS DE DEPRECIAÇÃO – <i>IMPAIRMENT</i> RECONHECIMENTO CONTÁBIL DOS SEUS EFEITOS
PROTEÇÃO DO MEIO AMBIENTE	CONTINGÊNCIAS E/OU MAIORES GASTOS COM PREVENÇÃO
QUESTÕES DE NATUREZA SOCIAL (RENEGAR TRABALHO INFANTIL, AUMENTO DA REDE DE PROTEÇÃO AOS TRABALHADORES, ETC)	CONTINGÊNCIAS – QUEDA DE VENDAS POR PERDAS DE MERCADOS – AUMENTO DE GASTOS COM COLABORADORES

Nesta seção, são abordadas as principais definições sobre a Contabilidade Gerencial e a Contabilidade Financeira, apresentados os seus elementos de diferenciação e discutidos exemplos de vinculação entre esses dois tipos de Contabilidade, como o Modelo de Gestão Econômica, *Jenkis Committee Report*, o *Operating Financial Review* e o *Magagement Discussion and Analysis*.

2.1.1 Definições

Para Horngren et al (2004, p.4), a contabilidade gerencial refere-se à informação contábil desenvolvida para gestores dentro de uma organização:

“Ela é o processo de identificar, mensurar, acumular, analisar, preparar, interpretar e comunicar informações que auxiliem os gestores a atingir objetivos organizacionais”.
Horngren et al (2004, p.4)

Na mesma linha de Horngren et al (2004), a contabilidade gerencial é para Atkinson et al (2000, p.36-37) o processo de identificar, mensurar, reportar e analisar informações sobre os eventos econômicos das empresas. Ela é uma das fontes informacionais primárias para a tomada de decisão e controle nas empresas. Sistemas gerenciais contábeis produzem informações que ajudam funcionários, gerentes, executivos a tomar melhores decisões e a aperfeiçoar os processos e desempenhos de suas empresas.

“Atualmente, a informação gerencial contábil inclui informações operacionais ou físicas (não financeiras), tais como qualidade e tempo de processamento, tanto quanto informações mais subjetivas, como mensurar o nível de satisfação dos clientes, capacitação dos funcionários e desempenho do novo produto. Ela mede o desempenho econômico de unidades operacionais descentralizadas, como as unidades de negócios, as divisões da empresa à execução da estratégia individual de cada unidade operacional. É também um dos meios pelo qual operadores, funcionários, gerentes intermediários e executivos recebem *feedback* sobre os seus desempenhos, capacitando-os a aprenderem com o passado e melhorarem para o futuro”.
Atkinson et al (2000, p.36-37)

A relevância da contabilidade gerencial para Santos et al (2003, p.5) reside na identificação daquilo que realmente vai fazer a diferença na decisão de fabricar um bem ou adquirir de terceiros, deixar de produzir uma linha de produtos, terceirizar, enfim, cabe ao contador atuar para subsidiar o modelo para a decisão entre diferentes linhas de ação.

Segundo Stolowy e Tournon (1998, p.4), a Contabilidade Gerencial é uma ferramenta de suporte, e fornece informações que podem ser usadas para analisar as atividades, como análise de produtos e setor de atividades, ou para análises de unidades organizacionais, como divisões e departamentos.

Frezatti et al (2008, p. 13-14) fizeram uma pesquisa para captar a percepção dos professores de pós-graduação em ciências contábeis sobre a contabilidade gerencial no Brasil. Os autores concluíram que o principal usuário da contabilidade gerencial é o gestor, que ela faz uso de sistemas que são suportados pela base de dados da contabilidade financeira em conjunto com outras bases, que este ramo da contabilidade volta-se mais para as partes que compõem a

organização: unidades de negócio, centros de custos, produtos e projetos. As principais temáticas da contabilidade gerencial são sistemas de informações gerenciais e relatórios gerenciais, planejamento estratégico formal e orçamento.

Já a contabilidade financeira, de acordo com Atkinson et al (2000, p.37), lida com a elaboração e a comunicação de informações econômicas de uma empresa dirigidas a uma clientela externa. Ela comunica aos agentes externos as conseqüências das decisões e das melhorias dos processos executadas por administradores e funcionários. O processo contábil-financeiro está restrito aos requisitos obrigatórios de elaboração de relatórios por parte das autoridades regulamentadoras externas. Tende a ser direcionado por regras.

Horngren et al (2004, p.4-5) referem-se à contabilidade financeira como “informação contábil desenvolvida para usuários externos, como acionistas, fornecedores, bancos e agências regulatórias governamentais”.

Stolowy e Touron (1998, p.4) consideram que a contabilidade financeira é freqüentemente vista como se fosse para os usuários externos, enquanto, de fato, há inúmeros usuários internos, não menos importantes que os gerentes das empresas, que devem ser as primeiras pessoas interessadas em saber a posição financeira e os resultados da organização.

De acordo com Sloan (2000, p.15) a contabilidade financeira é um ingrediente chave no processo de governança corporativa. Um complexo mecanismo de instituições e regras foi desenvolvido para facilitar o processo de *reporting*, e fornecer informações para alimentar esse processo é um importante mecanismo de governança corporativa. A contabilidade financeira pode ser usada para indicar se as ações de governança contra os gerentes devem ser requeridas e para ajudar a determinar os pagamentos para os diversos *stakeholders* em casos de disputas legais e problemas financeiros.

Embora os gerentes não sejam os principais usuários da contabilidade financeira, pois se utilizam prioritariamente das informações vindas da contabilidade gerencial para a tomada de decisão, é por meio da contabilidade financeira que o resultado da sua administração é divulgado para o

público externo e o seu desempenho é avaliado. Nesse sentido, de acordo com Sloan (2000, p.4), a Contabilidade Financeira fornece aos usuários externos a fonte primária e independente de verificação sobre o desempenho dos gerentes.

De acordo com Atkinson et al (2000, p. 37),

“Durante o século passado a contabilidade para a clientela externa tornou-se uma exigência total por causa do crescimento das regulamentações e da quantidade de relatórios externos padronizados. As exigências dessa clientela levaram muitas empresas a colocarem mais ênfase no desenvolvimento de informação para demonstrações financeiras externas do que para a tomada de decisão e controle gerencial internos. Como resultado, o sistema de contabilidade gerencial, na maioria das empresas, comprovou-se inadequado para condições de mudanças e de desafios competitivos, tecnológicos e mercadológicos”.

Jopseph et al (1996) estudaram a influência dos requerimentos relativos à divulgação de informações financeiras no desenho dos sistemas internos e no processo de decisão dentro das organizações. Foram encontradas pequenas evidências sobre a crença de que a contabilidade financeira domina a gerencial. Há evidências, porém, que os gerentes podem e fazem tentativas de influenciar a visão dos investidores por meio de escolhas de políticas contábeis. Não estão claros os achados a respeito do impacto dos relatórios externos nas decisões gerenciais. Para os gerentes, as informações mais importantes estão ligadas ao fluxo de caixa; para os usuários externos, entretanto, nesta pesquisa, as informações mais importantes relacionam-se ao lucro por ação.

Richardson (2002, p. 116) analisou no Canadá entre 1926 e 1986 trabalhos publicados na revista “Cost and Management”. Evidências mostram que a contabilidade gerencial é tecnológica, organizacional, e profissionalmente subordinada à contabilidade financeira no Canadá. De acordo com o autor,

“a contabilidade gerencial não tem condições de se desenvolver de acordo com suas preferências porque (1) ela usa os critérios da contabilidade financeira para julgar a qualidade dos sistemas de contabilidade gerencial, (2) a contabilidade gerencial possui uma posição de subordinação em áreas da organização que principalmente são de contabilidade financeira, (3) há dominância da contabilidade financeira nos materiais acadêmicos, (4) existe o julgamento no mercado de trabalho que a contabilidade financeira pode substituir a contabilidade gerencial (mas não o contrário), (5) é necessário que jovens profissionais ganhem e retenham apoio para se estabelecer interesse na sociedade”.

Toms (2005, p.649) apresenta um modelo onde a Contabilidade Gerencial e a Contabilidade Financeira poderiam, em determinadas circunstâncias, existirem de maneira complementar. Mas as evidências históricas sugerem, entretanto, que essas áreas da Contabilidade estão em conflito devido à contradição, ao longo dos anos, no processo de socialização e centralização de forças de produção.

Para Brown (1987), a neutralidade que é tão importante para a contabilidade financeira pode ser inapropriada para a contabilidade gerencial. A comparabilidade das informações entre empresas é fundamental para a contabilidade financeira, mas possui menos relevância para a contabilidade gerencial. O alcance de comparabilidade requer uso de normas contábeis, a quais podem fazer da contabilidade financeira algo restrito e inflexível.

Embora Brown faça diferenças sobre a questão da neutralidade, é possível citar que essa característica se faz presente nas duas formas de contabilidade: financeira e gerencial. A contabilidade financeira, sem neutralidade, baseia-se no conservadorismo. De acordo com essa convenção, uma entidade deve utilizar a maior despesa e a menor receita entre duas opções possíveis. Entretanto, a contabilidade financeira com neutralidade utiliza-se do conceito de subjetivismo responsável, citado por Iudícibus e Carvalho (2001). Nesse exemplo, a entidade deverá escolher a despesa (receita) que, em seu juízo de valor, deverá ser a mais provável de acontecer.

A contabilidade gerencial, ao elaborar um orçamento anual, por exemplo, também esbarra nas questões de neutralidade. Ela apresenta uma menor neutralidade quando elabora as suas projeções baseadas em dados já ocorridos, e uma maior neutralidade quando baseia-se no cenário atual.

Pearlstein (1988) entrevistou Robert Kaplan sobre as relações entre a contabilidade gerencial e a financeira. Para o entrevistado, existem dois tipos de contabilidade. Uma delas é a contabilidade financeira que é destinada aos acionistas, credores, governo, e é, dessa forma, preparada de acordo com regras que têm sido estabelecidas há décadas. Os gerentes estão adaptando aquelas demonstrações financeiras e as usando para tomar importantes decisões sobre as companhias. E em função de diferentes finalidades das informações, isso pode ser totalmente perigoso. Tais

demonstrações não podem dizer aos gerentes qual é o custo para se produzir vários produtos, ou como avaliar corretamente a performance de uma unidade particular ou gerência, ou qual linha de negócios é mais ou menos lucrativa, ou mesmo onde a companhia deve cortar despesas. E esse é o maior problema.

Pode-se concluir, portanto, da afirmação de Kaplan, que não é recomendável a tomada de certas decisões utilizando-se de relatórios elaborados de acordo com regras da contabilidade financeira. É preciso que as empresas, em certos casos, definam as suas próprias regras e os critérios de mensuração que possibilitem a tomada de decisão; disso decorre a importância da contabilidade gerencial.

Santos et al (2003, p.7) afirmam que, para alguns autores, a Contabilidade Gerencial já é também direcionada às partes externas, onde os administradores cada vez mais compartilham a informação contábil com fornecedores e clientes.

Quanto aos aspectos em comum, Ricardino (2005, p.240) ressalta que “existem, de acordo com Garrison, ao menos duas semelhanças entre a contabilidade gerencial e societária:

- a- Ambas apoiam-se no sistema de informações contábeis;
- b- Ambas baseiam-se fortemente nos conceitos de administração, os quais, no que diz respeito à contabilidade financeira, se concentram na empresa como um todo e, no que tange à contabilidade gerencial, nas partes que compõem a empresa”.

2.1.2 Elementos de diferenciação

Frezatti, Aguiar, Guerreiro (2006, p.10) reuniram os principais elementos de diferenciação entre a Contabilidade Financeira e a Gerencial de acordo com os autores constantes no quadro 02.

“A separação nos dois grupos decorre do entendimento de que os usuários são diferentes, que apresentam distinções significativas em suas necessidades, perspectivas e expectativas de utilização das informações contábeis. Ambos os grupos pretendem utilizar a Contabilidade como fonte básica no processo decisório, mas não, necessariamente, da mesma forma”. (Frezatti, Aguiar, Guerreiro, 2006, p.10)

Quadro 2 - Elementos de diferenciação entre a Contabilidade Financeira e Gerencial

Fontes	Elementos de diferenciação entre a Contabilidade Financeira e Gerencial
Anderson, Needles e Cadwell (1989)	<ol style="list-style-type: none"> 1) Usuários primários da informação. 2) Tipos de sistemas contábeis. 3) Restrições de definições. 4) Unidades de mensuração. 5) Foco da análise. 6) Frequência de relatórios. 7) Grau de confiabilidade da informação gerada.
Louderback et al. (2000)	<ol style="list-style-type: none"> 1) Diferentes audiências (interna e externa à empresa). 2) Foco de classificação (controlabilidade, comportamento e responsabilidade no caso da Contabilidade Gerencial). 3) Fontes das informações (no caso da gerencial, não apenas financeiras). 4) Usuário específico <i>versus</i> usuário generalizado. 5) Foco nas informações passadas e foco nas informações que permitam entender, planejar e prever o futuro.
Anthony e Welsch (1981)	<ol style="list-style-type: none"> 1) Estrutura: a Contabilidade Financeira. 2) Princípios: GAAP <i>versus</i> os três princípios. 3) Inclui informações não-monetárias. 4) Diferentes enfoques temporais: passado e futuro. 5) Frequência de relatórios. 6) Diferentes enfoques na precisão. 7) Fim em si mesmo ou não.
Hansen e Mowen (1997)	<ol style="list-style-type: none"> 1) Regras específicas <i>versus</i> gerais.
Horngren, Foster e Datar (2000)	<ol style="list-style-type: none"> 1) Princípios norteadores. 2) Diferentes ênfases no futuro e no passado. 3) Diferentes interesses sobre o comportamento.
Horngren, Sundem e Stratton (2004)	<ol style="list-style-type: none"> 1) Usuários primários. 2) Liberdade de escolha. 3) Implicações comportamentais. 4) Enfoque de tempo. 5) Horizonte de tempo. 6) Relatórios. 7) Delineamento de atividades.

FONTE: Frezatti, Aguiar, Guerreiro (2006)

Esses autores fizeram um estudo para identificar os elementos que podem causar diferenciações entre os dois ramos da Contabilidade. A conclusão do trabalho foi que esses elementos são:

- Aplicação de princípios contábeis. A maioria dos respondentes considerou que a Contabilidade Gerencial pode produzir números utilizando outro critério de avaliação de ativos, sendo menos conservadora em seus cálculos;
- Foco de análise. Os respondentes consideraram que, para a Contabilidade financeira, a ênfase recai na empresa como um todo. A Contabilidade Gerencial considera análises por unidades de negócios, centro de custos, grupo de produtos e por projeto;

- Grau de confiabilidade. Os respondentes consideraram que os relatórios financeiros necessitam de auditoria externa, não havendo essa exigência para os relatórios gerenciais;
- Agentes que influenciam ou podem influenciar. A Contabilidade financeira, na opinião dos respondentes, sofre controle principalmente normativo, enquanto a Contabilidade Gerencial é influenciada pelo estilo dos seus gestores e por outras empresas de mercado;
- Frequência na emissão de relatórios. Para a Contabilidade Financeira, a divulgação de relatórios é basicamente anual; e na Contabilidade Gerencial publicações mensais são demandadas;
- Exigência legal de pessoal habilitado em amplitudes variadas. A exigência de Graduação em Contabilidade e registro em órgão de classe não é requisitada para o responsável técnico dos relatórios gerenciais, de acordo com os respondentes.

2.1.3 Vinculação da Contabilidade Gerencial à Financeira

A seguir, são exemplificadas três diferentes iniciativas no mundo contábil que fazem, de uma certa maneira, uma ligação entre a contabilidade gerencial e a contabilidade financeira: o modelo de Gestão Econômica desenvolvido pela Universidade de São Paulo, o estudo do AICPA - *American Institute of Certified Public Accountants* - sobre questões ligadas à relevância e utilidade das demonstrações financeiras, a demonstração inglesa denominada OFR (*Operating Financial Review*), além do relatório da SEC chamado *Management Discussion and Analysis*.

2.1.3.1 Gestão Econômica (GECON)

Com o objetivo de aprimorar o fornecimento de informações contábeis aos diversos usuários o modelo GECON - Gestão Econômica - foi desenvolvido pelo Departamento de Contabilidade e Atuária da Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade da Universidade de São Paulo, sob a orientação do Professor Dr. Armando Catelli.

O modelo GECON diz respeito ao processo de planejamento, execução e controle operacional das atividades e é estruturado com base na missão da empresa, nas suas crenças e valores, na sua filosofia administrativa e em um processo de planejamento estratégico que busca em última instância a excelência empresarial e a otimização do desempenho econômico da empresa. (CATELLI, 2001, p. 30)

O modelo visa a atender às necessidades informativas dos diversos gestores da empresa para o seu processo de tomada de decisão e faz uso de conceitos como custo de oportunidade, lucro econômico, valor do dinheiro no tempo e valor presente. Tal modelo assemelha-se às mudanças de paradigma que a nova contabilidade financeira vem adotando. Como exemplo, é possível citar as críticas dessa nova contabilidade ao custo histórico e as mudanças para o conceito de valor justo.

De acordo com Santos (2005, p.72) a avaliação do ativo e a mensuração do lucro deveriam expressar o valor econômico do bem para a empresa, validado pelo mercado de seu fluxo de serviço futuro.

O modelo GECON acredita que a teoria e a prática contábil deveriam caminhar para um consenso em torno de um único conceito de lucro, que estivesse o mais próximo possível do lucro econômico. Nesse modelo, os ativos devem ser avaliados de forma que o patrimônio líquido da empresa represente efetivamente o quanto vale a empresa em determinado momento. O patrimônio líquido da empresa deve representar o seu custo de oportunidade, ou seja, o quanto os seus proprietários deixarão de ganhar em uma tomada de decisão alternativa à continuidade da empresa (CATELLI, 2001, p.89 e 91).

“O GECON leva em consideração que a otimização do todo (empresa) depende da otimização das partes (áreas de responsabilidade, departamentos, atividades, eventos e transações), portanto, seu modelo de mensuração é voltado para a correta mensuração do patrimônio e do lucro pela correta mensuração de cada evento econômico. O modelo identifica, mensura e reporta os resultados das atividades (receitas menos custos) nas respectivas áreas de responsabilidade, segregando os resultados operacionais dos financeiros, apurando as margens de contribuição e reconhecendo que o valor econômico de uma entidade aumenta ou diminui à medida que o mercado atribui um maior ou menor valor aos ativos que ela possui”.

Santos (2005, p.72)

Para Guerreiro (1990, p.99) os sistemas contábeis deveriam fornecer informações mensuradas tanto pela unidade monetária, quanto por escalas físicas, tais como capacidade produtiva em toneladas e número de empregados. Tais informações podem ser relevantes para certas predições e tomada de decisões.

Além do Modelo de Gestão Econômica é possível citar uma outra iniciativa no mundo contábil que promove a ligação entre a contabilidade gerencial e a contabilidade financeira. Trata-se da discussão sobre a relevância da informação oriunda da contabilidade financeira para o processo de tomada de decisão econômica, promovida pelo AICPA, conhecida como *Jenkins Committee Report*.

2.1.3.2 Jenkins Committee Report

Em 1991, o AICPA formou um comitê chamado *Special Committee on Financial Reporting* (conhecido popularmente como *Jenkins Committee Report*) para discutir questões ligadas à relevância e utilidade das demonstrações financeiras. Por meio desse comitê foi desenvolvido, em 1995, um relatório, baseado na opinião de usuários das demonstrações financeiras, com recomendações para a divulgação de informações financeiras, tais como:

- Fornecimento de mais informações para a projeção de fluxos de caixa futuros incluindo planos da gerência, oportunidades, riscos e mensurações de incertezas;
- Melhor alinhamento das informações divulgadas externamente com as informações internas divulgadas para os gerentes administrarem os negócios;
- Desenvolver e manter um modelo compreensível de divulgação dos tipos de negócios, o qual inclui conceitos como divulgação de forma separada de cada segmento de negócio de uma entidade com oportunidades e riscos diferenciados, informações sobre a perspectiva gerencial, foco em mensurações que ajudarão os usuários a entenderem o desempenho da companhia em relação aos competidores, etc.

A necessidade de convergência entre a contabilidade gerencial e a financeira foi abordada nesse relatório. De acordo com o Comitê, os usuários preferem as informações fornecidas pelos

gerentes de negócio por três razões. Primeira, os gerentes estão mais perto do negócio e são muitas vezes as melhores fontes de informação da companhia. Segunda, os gerentes influenciam na direção futura da organização. Dessa forma, entender a visão gerencial da companhia e os seus planos para o futuro dá, aos usuários externos, um valioso indicador sobre aonde os gerentes levarão a empresa. Terceira, a perspectiva da gerência fornece aos usuários informações para avaliar a qualidade da administração, que também pode ser um indicador do seu desempenho futuro.

As análises gerenciais incluem dois elementos de acordo com o Comitê. Um deles são as razões para explicar as mudanças relativas à aceitação de mercado, produtividade, custos dos recursos chave, lucratividade, inovação, mudanças na posição financeira, liquidez, identificação e efeito de transações não recorrentes. Outro elemento refere-se à identificação das principais tendências e do seu efeito passado.

Para Euske e Ansari (1995, p.40-41), essa convergência é um movimento saudável e tem impacto na melhora a divulgação de informações financeiras, na qualidade dos dados disponíveis, além de melhorar a atmosfera de investimentos e o processo de alocação de capital. Para os autores, a contabilidade não é apenas uma disciplina técnica, mas também envolve aspectos comportamentais, simbólicos e políticos. Por exemplo, ao se pensar em custos gerenciais, entende-se que uma boa alocação de custos é aquela que fornece a “melhor” mensuração dos custos consumidos, protege os direitos dos principais envolvidos, e é percebida como justa. Uma alocação entendida como superior envolve muitas outras questões do que somente a preocupação baseada na acurácia e verificabilidade.

Com o *Jenkins Report*, de acordo com Euske e Ansari (1995, p.41), nasce uma interessante possibilidade de convergência entre as duas formas de se fazer contabilidade, uma voltada ao usuário externo, e a outra voltada para o usuário interno. A convergência será benéfica se as demonstrações financeiras saírem da visão baseada na verdade e passarem a ter a visão multi-dimensional.

Os usuários das demonstrações financeiras analisadas por esse comitê consideraram, dentre outras medidas, que a análise de informações por segmento pode ser uma importante ferramenta para as análises de oportunidades e riscos que as diversas companhias enfrentam, e que tal informação pode ser útil para o entendimento da empresa como um todo. Identificaram a necessidade de informações sobre os tipos de produtos e serviços oferecidos, os métodos de produção e entrega, o número e tipo de fornecedores e clientes, as localizações dos mercados, e outros fatores que descrevem os negócios. Os usuários não podem avaliar os riscos e oportunidades relativos às companhias sem entenderem as suas atividades.

O Comitê acredita que a melhor maneira para divulgação de segmentos é alinhar os negócios reportados com os relatórios internos. As empresas deveriam definir os seus segmentos de uma maneira consistente com as suas definições internas divulgadas para administração. Isso pode indicar a direção em que os gerentes pretendem levar a empresa, fornecer indícios para avaliação de riscos e oportunidades e reduzir os custos para a preparação dessas divulgações.

Outra iniciativa que promove a ligação entre a contabilidade gerencial e a contabilidade financeira é a apresentação de uma norma inglesa denominada OFR. Tal norma permite a análise do negócio de uma companhia por meio dos olhos da gerência.

2.1.3.3 Operating Financial Review (OFR)

Em Julho de 1993 o ASB - *Accounting Standards Board* – do Reino Unido publicou uma norma não obrigatória para as companhias Inglesas denominada OFR, a qual fornece um conjunto de *frameworks* em que os diretores das companhias podem discutir os principais fatores sobre o desempenho e a posição financeira da empresa.

A OFR deve servir para uma análise equilibrada e comparável sobre a performance e a posição de uma entidade. Ela deve identificar as principais tendências e fatores subjacentes ao atual desempenho e posição da empresa, e ainda fatores que provavelmente afetarão o seu desempenho futuro.

De acordo com Johnston (2006, p.818-819), esse normativo possibilita o *disclosure* de uma série de informações que não são normalmente encontradas nas demonstrações financeiras, como dados qualitativos e prospectivos. Isso possibilita, segundo o autor, melhores avaliações da performance e previsões sobre os negócios de uma companhia.

Esse normativo lista os 22 princípios que uma empresa deve seguir para a sua preparação. O primeiro princípio estabelece que a norma deve permitir a análise do negócio por meio dos *eyes of board*, além de fornecer informações não-financeiras para avaliar os resultados passados e mensurar prospecções futuras.

Uma parcela significativa do demonstrativo é destinada à divulgação de informações como: desempenho dos negócios, recursos, principais riscos e incertezas, relações entre *stakeholders*, posição financeira, fluxo de caixa, e liquidez.

Muitas das informações contidas na OFR são em forma de KPI - *Key Performance Indicators* - (Indicadores Chaves de Performance); há 23 exemplos de divulgações que os incorporam. Quando ele é divulgado, a companhia deve, dentre outros fatos, definir o indicador, explicar o seu cálculo e proposta, identificar as fontes de origem dos números, comentar as metas futuras relacionadas e fornecer a quantia correspondente ao ano anterior.

Na última versão da norma OFR, em janeiro de 2006, o *Chairman* do ASB, Ian Mackintosh, declarou, de acordo com Harris e Rentfro (2008, p.26):

“The Operating and Financial Review has for some years been an important feature of corporate reporting, providing an opportunity for director to set out a clear and balanced analysis of the strategic position and direction of their business. This reporting statement gives companies clear guidance and a framework within which they can achieve transparent and open communication with their shareholders”.¹³

¹³ O OFR tem sido por muitos anos um importante componente de divulgação da companhia, fornecendo uma oportunidade aos diretores de estabelecer uma análise clara e equilibrada da posição estratégica e direção dos negócios. Essa norma possibilita as companhias um claro guia no qual elas podem adquirir transparência e melhorar a comunicação com seus acionistas (tradução livre).

De acordo com Johnston (2006, p.833), a OFR possibilita aos investidores a obtenção de um melhor entendimento sobre como os negócios individuais (segmentos) de uma companhia geram riqueza, e essa informação pode ser usada de duas maneiras. Em primeiro lugar, nas decisões de comprar, vender ou manter ações. E segundo lugar, os investidores podem usar tais informações para manter um diálogo mais informal com os gerentes corporativos sobre as direções estratégicas dos negócios.

Embora a publicação do OFR fosse voluntária, segundo a *Association of Chartered Certified Accountants*, cerca de 80% das maiores empresas abertas em 2003 o publicavam. De acordo com Harris e Rentfro (2008, p.26), esses dados são surpreendentes, dada a natureza não mandatória do normativo. Depois desse estudo, o governo inglês passou a obrigar as companhias abertas a publicarem a OFR, e logo depois cancelou tal obrigatoriedade.

2.1.3.4 *Management Discussion and Analysis* (MD&A)

Um outro exemplo de vinculação da contabilidade gerencial à contabilidade financeira é o *Management's Discussion and Analysis of Financial Condition and Results of Operations*, desenvolvido pela SEC inicialmente em 1968.

O relatório conhecido como MD&A - *Management Discussion and Analysis* - tem como objetivo a evidenciação, por parte das companhias, de uma discussão sobre liquidez, fontes de capital, resultados das suas operações e outras informações necessárias para entender as condições financeiras, as suas mudanças e o resultado das suas operações.

O relatório deve conter assuntos sobre liquidez, fonte de capital, resultados das operações, dados *off-balance*, e evidenciar obrigações contratuais. Para cada um dos tópicos é necessário informar as ameaças e incertezas.

Sondra Stokes, da SEC, relatou em uma conferência do AICPA em 2006 que a principal vantagem do MD&A é que ele torna completa a história a ser contada, significando algo mais específico, transparente e informativo (HARRIS e RENTFRO, 2008, p. 78).

A principal função do relatório é fornecer informações históricas e prospectivas, em formato de texto, para auxiliar investidores e demais usuários das informações contábeis a avaliarem as condições financeiras e os resultados das operações de uma companhia, com uma ênfase na estimativa de prospecções futuras.

Esse relatório tem a intenção de dar ao investidor uma oportunidade de olhar a companhia por meio dos “olhos da gerência”. O normativo sugere que os gerentes devem começar com o processo de identificar a informação que melhor ajuda os investidores a conhecer melhor a empresa, como efeitos potenciais de conhecidas ameaças, acordos, eventos e incertezas.

Para Meiers (2006,p. 602), “hoje as empresas possuem substancialmente mais informação detalhada e pontual sobre as suas operações do que há 10 anos. Com essa riqueza de informação em tempo real, os gerentes sabem as dinâmicas do mercado, as tendências e fatores que atualmente influenciam (ou esperam que influenciem) os resultados das operações da companhia e as suas condições financeiras. Os gerentes podem e devem selecionar os principais itens a serem evidenciados mesmo antes das demonstrações financeiras estarem prontas internamente”.

Barron et al (1999, p.98) realizaram um estudo para avaliar o valor preditivo do MD&A. O estudo testa a associação entre as análises de previsões de lucro e a qualidade do relatório, sendo essa qualidade medida pela SEC. Verificou-se que altos *ratings* de MD&A estão associados a menores erros e dispersões nas análises de previsão de lucro.

Bryan (1997, p. 285) analisou sete informações obrigatórias de divulgação contidas no MD&A. O resultado mostra que certas divulgações do relatório, particularmente as relativas ao futuro das operações e planejamento com gastos de capital, estão associadas à mensuração de performance futura (curto prazo) e decisões de investimento. Entretanto, as associações de longo prazo não são relevantes.

Clarkson et al (1999, p. 130-131) suportam evidências indicando que o MD&A é uma fonte nova e útil de informação, e é usada com o propósito de análises financeiras. A evidenciação de

informações qualitativas do relatório estimula também o *disclosure* dessas informações em outros relatórios.

2.2 A norma de Informações por Segmento

A seguir, são apresentados os principais aspectos relacionados à norma internacional de informações por segmentos – IFRS 8. Aborda-se uma discussão sobre as questões técnicas da norma, feita em comparação com o antigo pronunciamento do FASB e IASB, além de se trazer um panorama geral dos principais artigos acadêmicos relacionados ao tema.

2.2.1 A IFRS 8

O objetivo da norma IFRS 8 – *Operating Segments* – é estabelecer requerimentos de evidenciação de informações sobre os segmentos operacionais de uma Companhia, e também sobre os seus produtos e serviços, áreas geográficas e principais clientes. Uma entidade divulgará informação para permitir que usuários de suas demonstrações financeiras avaliem a natureza e os efeitos financeiros das atividades de negócios nas quais ela está engajada e os ambientes econômicos em que opera. Tal norma é fruto do processo de convergência entre IASB (IAS 14 – *Segment Reporting*) e FASB (SFAS 131 – *Disclosures about Segments of an Enterprise and Related Information*).

A entidade adotará as disposições dessa IFRS nas suas demonstrações financeiras anuais para os períodos a partir de 1º de janeiro de 2009. Fica facultada a sua adoção antecipada, e caso isso ocorra, a entidade deverá divulgar esse fato.

A norma IFRS 8 determina o escopo de sua aplicação, e faz uma lista dos tipos de entidade que obrigatoriamente deverão cumprir os seus requerimentos:

(a) as demonstrações financeiras em separado ou individuais de uma entidade:

- (i) cujos títulos de dívida ou patrimoniais sejam negociados em mercado aberto (bolsa de valores no país ou no exterior ou um mercado não organizado, inclusive mercados locais e regionais), ou
 - (ii) que entregue ou esteja em vias de entregar as suas demonstrações financeiras na comissão de valores mobiliários ou outra entidade de regulamentação para fins de emitir qualquer classe de instrumentos em um mercado aberto; e
- (b) as demonstrações financeiras consolidadas de um grupo com uma controladora:
- (i) cujos títulos de dívida ou patrimoniais sejam negociados em mercado aberto (bolsa de valores no país ou no exterior ou um mercado não organizado, inclusive mercados locais e regionais), ou
 - (ii) que entregue ou esteja em vias de entregar suas demonstrações financeiras na comissão de valores mobiliários ou outra entidade de regulamentação para fins de emitir qualquer classe de instrumentos em um mercado.

2.2.2 Definição e identificação de segmentos operacionais

Segmentos operacionais podem ser definidos como os componentes de uma Companhia sobre quais informações financeiras segregadas devem estar disponíveis para avaliação regular por parte dos gestores ao decidir como alocar recursos e medir desempenho.

Um segmento operacional é um componente de uma Companhia que trabalha em atividades financeiras de onde obtém receitas e incorre em despesas (incluindo transações com outros componentes da mesma entidade), cujos resultados operacionais são regularmente revisados pelos gestores para decidir sobre recursos a serem alocados ao segmento e avaliar o seu desempenho, e para o qual informações financeiras separadas são disponíveis.

Geralmente, um segmento operacional tem um gestor diretamente responsável que mantém contato regular com o CEO - *Chief Executive Officer* -, com um grupo de diretores executivos ou algo similar. Um gestor pode ser responsável por mais de um segmento operacional. A identificação dos segmentos deve seguir os mesmos critérios utilizados pela gerência da empresa para tomar decisões sobre alocações de recursos para um segmento e avaliação de performance.

A norma IFRS 8 traz a novidade de também considerar na identificação do segmento o componente de uma entidade que venda principalmente ou exclusivamente para outros segmentos da mesma entidade. Os diferentes estágios de integração vertical não eram inclusos na determinação de um segmento pela norma IAS 14.

Na norma americana, SFAS 131, quando uma entidade possuía mais de um critério utilizado na identificação do segmento, ou seja, quando a sua estrutura era em forma matricial, a segmentação deveria ser feita com base nos seus produtos e serviços. Tal determinação foi eliminada com a IFRS 8, pois contrariava a visão do *management approach*.

Hermann e Thomas (2000) analisaram as demonstrações financeiras de empresas antes e depois da SFAS 131, e descobriram que dois terços da amostra redefiniram os seus segmentos devido à aplicação da nova norma. Com a introdução do SFAS 131, houve, de acordo com os autores, um aumento no número de empresas divulgando informações por segmento e no número de itens por segmento divulgado. Além disso, o número de informações por áreas geográficas reduziu drasticamente.

Na IAS 14, os segmentos eram identificados por dois critérios: 01- produtos e serviços (*Business Segment*); e 02- áreas geográficas (*Geographical Segment*). A norma ainda fazia definições dos segmentos, por exemplo:

Business Segment (segmentos de produtos e serviços) visa a prover informações correlacionadas a produtos e serviços ou grupos de produtos e serviços sujeitos a riscos e retornos diferentes de outros segmentos de negócios, compreendendo:

- Natureza dos produtos e serviços;
- Tipo ou classe dos clientes;
- Método usado na distribuição de produtos e serviços;
- O ambiente regulatório.

Geographical Segment visa a prover informações correlacionadas a produtos e serviços ou grupo de produtos e serviços oferecidos em ambientes econômicos específicos, com riscos e retornos que são distintos de outros ambientes econômicos em que a entidade atue:

- Similaridade de condições políticas e econômicas;
- Riscos associados a operações em áreas específicas;
- Controle de política de câmbio.

Havia ainda, na norma IAS 14, a segregação entre segmentos primários e secundários. O segmento secundário era aquele com menor grau de *disclosure*. A empresa deveria decidir se usaria a linha de “produtos ou serviços” ou “áreas geográficas”, na determinação do segmento primário baseada nas suas avaliações de risco e retorno, ou seja, se a companhia avalia os riscos e retornos com base nos produtos e serviços ou com base nas regiões em que atua.

A justificativa para a eliminação dessas definições e a substituição, no processo de identificação dos segmentos, por critérios gerenciais foi a de que os segmentos eram identificados, em muitos casos, de uma maneira que não refletia a condução dos negócios, resultando em uma necessidade de se produzir uma informação por segmento que não era usada para nenhum propósito. O maior benefício do enfoque gerencial seria perdido com as definições anteriormente utilizadas.

De acordo com o EFRAG, é muito mais útil segmentar o negócio seguindo a mesma estrutura adotada gerencialmente, pois os gerentes farão a segmentação de uma forma que reflita a essência de suas atividades e da melhor maneira que elas possam ser interpretadas.

O enfoque gerencial possibilitará um maior detalhamento da estrutura interna de uma organização e o conhecimento dos riscos e oportunidades que os gerentes consideram importantes. Essa forma de segmentação pode melhorar a capacidade dos usuários das informações contábeis em fazer previsões sobre as ações e reações da gerência, o que poderá afetar significativamente as suas estimativas de fluxo de caixa futuro.

Um aspecto relacionado à divulgação de informações por segmentos utilizando-se de critérios gerenciais é que as empresas poderão identificá-los de diversas maneiras além do critério geográfico, tais como tipos de clientes, órgãos reguladores, serviços prestados, etc. A preocupação existente é se poderá haver uma diminuição no número e na qualidade das informações divulgadas.

Um estudo similar foi feito por Emmanuel et al (1999) com demonstrações financeiras de empresas britânicas. Notou-se uma queda no detalhe das informações, principalmente no número de segmentos reportados, e também nas informações de áreas geográficas. Os autores concluíram que há poucos, mas grandes segmentos divulgados.

Para Hope (2008), informações por áreas geográficas são úteis em avaliar as ações gerenciais e o valor da firma, e a falta dessas informações pode causar um impacto muito grande nas análises dos investidores, principalmente em um cenário de complexidades internacionais, incluindo diferenças de cultura, oportunidades de crescimento, competição, regulação governamental, relações trabalhistas, leis tributárias, práticas de negócio e condições de mercado. Mande e Ortman (2001) consideram que a não divulgação de informações geográficas está relacionada ao fato de as empresas quererem evitar práticas de *dumping* e aumentos nos impostos relativos a preço de transferência, mas que os analistas consideram tais informações, juntamente com as dos principais clientes, importantes.

Nichols e Wilder (2002) analisam as mudanças trazidas pelo SFAS 131 e seu *management approach* no setor petrolífero. Os autores consideram muito importante a divulgação por região geográfica para avaliação de risco e retorno, análise do potencial de lucros futuros, além de conhecer os riscos políticos e econômicos de cada região geográfica em que uma empresa atua. Quanto maior o nível de desagregação da informação, melhor a análise. Para eles, o ideal seria informações por país de atuação. O artigo faz ainda um “ranking” do nível de desagregação de informações geográficas. Os setores com informações mais desagregadas são o de petróleo, químico e de manufatura. Os setores de comida e têxtil apresentam informações muito agregadas, dificultando a análise.

2.2.3 Mensuração da Informação por Segmento

Esse normativo requer divulgações sobre segmentos operacionais em que as Companhias operam, os quais devem ser apresentados considerando-se as mesmas bases adotadas internamente para a elaboração de informações para a tomada de decisões dos executivos da companhia. Por exemplo, uma empresa que contabiliza o seu estoque utilizando-se de um método de avaliação específico não será requerida para fazer uma nova avaliação utilizando-se dos critérios das IFRS para cada segmento reportado.

Com a norma IAS 14, as entidades utilizavam como mensuração as IFRS, e os segmentos eram mensurados de acordo com as mesmas políticas contábeis das demonstrações financeiras consolidadas; porém a nova norma, IFRS 8, faz uso de mensurações internas.

De acordo com o FASB, preparar informações por segmentos de acordo com os princípios contábeis geralmente aceitos poderia ser difícil, pois alguns desses princípios não foram feitos para serem aplicados em segmentos, mas na forma consolidada. Além disso, não existem normas sobre critérios de alocação de custos, ativos, passivos, nem sobre preço de transferências entre segmentos.

O resultado dessas modificações, segundo o EFRAG, é que os usuários das demonstrações financeiras poderão conhecer o negócio como ele realmente é. Outra implicação, entretanto, será que tais informações poderão ser preparadas de maneira diferente das principais demonstrações financeiras da organização, com critérios diferentes daqueles recomendados pelo IASB.

De acordo com Nichols e Street (1999), muitos analistas ficaram preocupados com a novidade no critério de mensuração das informações por segmentos trazida pela norma americana SFAS 131. Para eles, os gerentes poderiam manipular as informações para enaltecer os segmentos mais lucrativos. Além disso, não ter definições específicas pode resultar em falta de uniformidade, o que acarretará a redução de comparabilidade entre os segmentos.

O texto de Jeremy Kahn (2001) relata alguns problemas no relatório de Informações por Segmento da GE¹⁴, como, por exemplo, no cálculo de dividendos e na identificação de segmentos de um ano para outro. O autor cita que em 1997 o segmento “*Industrial Products and Systems*” possuía um lucro de \$1,5 bilhões, contra um valor de \$1,6 bilhões do ano anterior. Mas em 1998 esse mesmo segmento apresentou um lucro em 1997 de \$1,8 bilhões, contrariando a informação divulgada no ano anterior. A GE explicou que a razão para isso era a aderência às regras da SEC em apresentar aos investidores informações pelo mesmo modo de que são divulgadas para os executivos da companhia.

Para a associação nacional inglesa de fundos de pensão, em entrevista concedida ao *Financial Times* em 2007, esse critério pode levar os executivos a esconder segmentos com baixas performances para encobrir os resultados de suas más decisões estratégicas. O IMA - *Investment Management Association* - também comenta a sua insatisfação com a norma IFRS 8 e o seu enfoque gerencial. Em reportagem concedida ao *European Pensions & Investments News* em 2007, um dos seus representantes classificou a norma de desnecessária e imperfeita.

Um importante ponto a ser considerado é se essas questões se devem a falhas na elaboração da norma ou a problemas de *enforcement*. A preocupação com o problema de manipulação de informações por parte dos gestores não deve ser o principal ponto de atenção ao se elaborar um normativo, mas sim os benefícios dessas divulgações no processo de estimativas de fluxos de caixa futuros.

Nessa mesma reportagem do *European Pensions & Investments News*, o *Chairman* do IASB, Sir David Tweedie, considera que a utilização do *management approach* dará aos usuários das informações financeiras a oportunidade de conhecer como a entidade é controlada pelos principais tomadores de decisão, além de permitir divulgar as informações em tempo hábil, com um pequeno custo extra, uma vez que tais informações já estão disponíveis internamente.

¹⁴ *General Electric*.

2.2.4 Determinação dos segmentos divulgáveis

Após a identificação da base para segmentação dos negócios, utilizando-se o mesmo critério adotado pela gerência da empresa para tomar decisões sobre alocações de recursos para um segmento e avaliação de performance, é necessário definir quais os segmentos que serão divulgados.

A norma do IASB apresenta limites quantitativos que devem ser considerados por uma entidade na escolha de quais segmentos devem ser divulgados. Há o teste dos 10% para receita, resultado e ativo, e o teste dos 75% para receitas externas.

Porém, de acordo com o normativo, segmentos operacionais que não se enquadram em quaisquer limites quantitativos podem ser considerados divulgáveis, e separadamente evidenciados, se os gestores acreditarem que as informações sobre o segmento sejam úteis para os usuários das demonstrações financeiras.

As informações devem ser apresentadas de forma comparativa com o período anterior. Se a entidade altera a estrutura de sua organização interna de modo a ocasionar mudança na composição dos seus segmentos a serem reportados, as informações correspondentes referentes a períodos anteriores serão atualizadas.

2.2.4.1 Aplicação dos testes de 10% e 75%

Por meio do teste dos 10%, uma entidade deve divulgar, separadamente, informações sobre um segmento operacional que se enquadre em quaisquer dos seguintes limites quantitativos:

- sua receita divulgada, incluindo vendas para clientes externos e vendas ou transferências intersegmentos, é 10% ou mais das receitas totais, internas e externas, de todos os segmentos operacionais;

- o montante absoluto divulgado de seu lucro ou prejuízo é 10% ou mais do maior valor absoluto, de (i) total de lucros de todos os segmentos operacionais e (ii) total de prejuízos de todos os segmentos operacionais;
- seus ativos são 10% ou mais do total de ativos de todos os segmentos operacionais.

Porém, se o total das receitas externas divulgado pelos segmentos operacionais constitui menos de 75% das receitas da Companhia, segmentos operacionais adicionais devem ser identificados como segmentos divulgáveis (mesmo que não se enquadrem nos critérios de limites quantitativos), até que pelo menos 75% das receitas da entidade estejam incluídas nos segmentos divulgáveis.

De acordo com a norma, deve haver um limite plausível para o número de segmentos divulgáveis que uma Companhia evidencia separadamente. Embora não se tenha determinado nenhum limite preciso, assim que o número de segmentos que são divulgáveis ultrapassar dez, a entidade deve considerar que um limite prático foi atingido.

2.2.4.2 Rules Based x Principlless Based

Emmanuel et al (1999) fazem críticas aos limites quantitativos. Para os autores, essas regras não melhoram a qualidade do *disclosure*. Menos de 25% dos preparadores dos relatórios de informações por segmento, da amostra selecionada no estudo dos autores, aplicavam a regra dos 10%.

Muitos respondentes do *Exposure Draft* da norma IFRS 8 alegaram que os testes quantitativos utilizavam-se de um enfoque *rules-based* em detrimento do *principless-based approach*, e que o uso do critério de 10% poderia gerar um precedente na determinação de materialidade em outras áreas. Mesmo assim, porém, o IASB decidiu manter tais limites.

Uma norma considerada *rules-based*, de acordo com o estudo de Elifoglu e Fitzsimons (2003, p35), pode levar as demonstrações financeiras de uma entidade a não representar de maneira adequada as transações e os eventos econômicos. Tais demonstrações poderiam ser vistas como

um ato de *compliance*, e não como um ato de comunicação. São características desse sistema contábil:

- Volumoso detalhamento,
- Múltiplas exceções,
- Testes de percentagem,
- Eventos econômicos similares com tratamentos diferentes.

O trabalho de Elifoglu e Fitzsimons (2003, p35) recomenda a utilização do sistema contábil *principles-based "objectives-oriented"*, em que onde as informações contábeis vão gerar mais significado e informação para os investidores e levarão os gerentes e auditores a se responsabilizarem em assegurar que as demonstrações financeiras estejam aderentes aos objetivos das normas. São características desse sistema contábil:

- Poucas exceções ou inconsistências conceituais;
- Apropríada quantidade de orientações operacionais;
- Desprovido de teste de percentagens;
- Consistente com as estruturas conceituais;
- Possibilidade de julgamento profissional;
- Capacidade de capturar a substância econômica das transações e eventos;
- Qualidade, consistência e tempestividade no processo de padronização.

Os testes quantitativos podem ser vistos como orientações profissionais, pois fornecem estruturas e detalhes suficientes para que a determinação dos segmentos que devem ser divulgados seja operacionalizada e aplicada de maneira consistente à norma. Os testes servem, dessa forma, para melhor facilitar a consistência e aderência à norma de Informações por Segmentos, e não impedem que o relatório represente de maneira adequada os eventos econômicos.

Além disso, quando a norma IFRS 8 elimina algumas definições, tais como, o que é ‘receita do segmento’, ‘despesa do segmento’, ‘lucro do segmento’, ‘ativo do segmento’, ‘passivo do segmento’, ela está fazendo uso do *principless-based "objectives-oriented"*, pois essas definições,

agora, serão feitas de acordo com o julgamento profissional de cada entidade, refletindo aquilo que já é adotado internamente.

D'Souza (2007, p.1) considera tais mudanças um passo positivo e classifica as definições anteriores de inapropriadas. Para o autor, os possíveis problemas que poderiam ocorrer com esse novo enfoque serão mitigados por meio da reconciliação, exigida pela norma, entre os segmentos divulgados e as demonstrações financeiras.

2.2.5 Divulgação Requerida

A norma IFRS 8 requer divulgação de informações sobre as receitas derivadas dos seus produtos ou serviços, sobre os países em que se têm receitas e se retêm ativos, e sobre os principais clientes, independentemente se as informações são usadas para tomada de decisão pelos gestores. Entretanto, ela não exige que a Companhia divulgue informações que não são preparadas para uso interno se as informações necessárias não estiverem disponíveis e o custo para obtê-las for excessivo.

É necessário evidenciar receitas de clientes externos de cada produto e serviço ou cada grupo similar de produtos e serviços, informações por área geográfica, ativos de longo prazo alocados no próprio país e em países estrangeiros, receitas de clientes nacionais e estrangeiros.

Se a receita de um único cliente estrangeiro for material, ela deve ser reportada separadamente. Será necessário evidenciar também o cliente externo de uma entidade cuja receita transacionada representar mais de 10% da receita total.

Uma entidade divulgará as seguintes informações gerais:

- (a) fatores utilizados para identificar os segmentos da entidade que devem ser reportados, inclusive a base de organização (por exemplo, se a administração escolhe organizar a entidade em torno das diferenças de produtos e serviços, áreas geográficas, ambiente de regulamentação);

(b) tipos de produtos e serviços dos quais cada segmento a ser divulgado obtém suas receitas.

A entidade divulgará uma avaliação do resultado e do total do ativo de cada segmento a ser reportado, além de uma avaliação do passivo de cada segmento a ser reportado se esse valor for apresentado periodicamente para o principal responsável pela tomada de decisões operacionais.

A entidade também divulgará as seguintes informações sobre cada segmento a ser reportado:

Quadro 3 - Informações divulgadas para cada segmento

(a) receitas de clientes externos;
(b) receitas de transações com outros segmentos operacionais da mesma entidade;
(c) receita financeira;
(d) despesa financeira;
(e) depreciação e amortização;
(f) itens significativos de receitas e despesas;
(g) a participação da entidade no resultado de associadas e <i>joint ventures</i> registradas pelo método patrimonial;
(h) receitas e despesas de imposto sobre a renda;
(i) itens não monetários significativos que não sejam depreciação e amortização.

Na norma IAS 14, a entidade era obrigada a evidenciar certas informações sobre seus segmentos primários, por exemplo: receita de vendas (diferenciando as externas e as intersegmentos), resultado, ativos, bases para transferências entre segmentos, passivos, depreciação, resultado de equivalência patrimonial, etc

Não existia na norma IAS 14 a divulgação de receitas e despesas financeiras de cada segmento. É importante ressaltar que a empresa só divulgará tais informações, na norma atual, caso os valores especificados sejam incluídos na avaliação do resultado do segmento revisada pelo principal responsável pela tomada de decisões operacionais.

2.2.6 Avaliação e Conciliação

A entidade divulgará, de acordo com o normativo, as seguintes informações:

- (a) a base para contabilização de quaisquer transações entre segmentos a serem reportados;
- (b) a natureza de quaisquer diferenças entre as avaliações do resultado dos segmentos a serem reportados e do resultado da entidade antes das despesas com imposto de renda e descontinuidade das operações. Essas diferenças poderiam incluir práticas contábeis e políticas para alocação de custos incorridos de forma centralizada que sejam necessários para o entendimento das informações sobre o segmento reportado;
- (c) a natureza de quaisquer diferenças entre as avaliações do ativo dos segmentos a serem reportados e do ativo da entidade. Essas diferenças poderiam incluir práticas contábeis e políticas para alocação de ativos utilizados conjuntamente que sejam necessários para o entendimento das informações sobre o segmento reportado;
- (d) a natureza de quaisquer diferenças entre as avaliações do passivo dos segmentos a serem reportados e do passivo da entidade. Essas diferenças poderiam incluir práticas contábeis e políticas para alocação de passivos utilizados conjuntamente que sejam necessários para o entendimento das informações sobre o segmento reportado;
- (e) a natureza de quaisquer mudanças, em relação a períodos anteriores, nos métodos de avaliação adotados para apurar o resultado do segmento reportado e o efeito, se houver, das mudanças na avaliação do resultado do segmento;
- (f) a natureza e o efeito de quaisquer alocações assimétricas para os segmentos a serem reportados. Por exemplo, a entidade poderia alocar despesa de depreciação para um segmento sem alocar o respectivo ativo depreciável para esse segmento.

A norma requer ainda que as empresas apresentem conciliações de todos os seguintes itens:

Quadro 4 - Conciliações requeridas

Receita	(a) o total de receitas dos segmentos a serem reportados com a receita da entidade.
Resultado	(b) o total das avaliações do resultado dos segmentos a serem reportados com o resultado da entidade antes da despesa (receita) tributária e descontinuidade das operações. Contudo, se a entidade alocar para os segmentos a serem reportados itens como despesa (receita) tributária, ela pode conciliar o total de avaliações do resultado dos segmentos com o resultado da entidade após esses itens.
Ativo	(c) o total do ativo dos segmentos a serem reportados com o ativo da entidade.
Passivo	(d) o total do passivo dos segmentos a serem reportados com o passivo da entidade
Outras informações	(e) o total dos valores dos segmentos a serem reportados para cada uma das outras informações significativas divulgadas com o valor correspondente para a entidade.

Um ponto em que a conciliação de informações será importante refere-se às transações entre segmentos utilizando-se de métricas diferentes das IFRS. A entidade deverá evidenciar tais transações e explicar quais as políticas utilizadas para a mensuração dessas transações, inclusive as relacionadas à alocação de custos e despesas e preço de transferência.

A evidenciação dessas informações é importante para evitar qualquer tentativa de gerenciamento de resultados entre os segmentos, sejam eles produtos ou regiões de atuação. Porém, a implementação dessas conciliações poderá ser trabalhosa para a companhia por enfrentar, dentre outros aspectos, problemas relacionados à não parametrização de sistemas contábeis e questões ligadas à confidencialidade das informações.

Após a evidenciação dos aspectos técnicos relacionados à aplicação da norma IFRS 8, como o seu objetivo, escopo, entrada em vigor, além da definição, identificação, mensuração, divulgação

e conciliação do segmento, apresenta-se um panorama geral dos principais artigos acadêmicos relacionados ao tema.

Este trabalho procura reunir os trabalhos já realizados que analisam a importância da informação por segmento, seja pela norma americana (SFAS 131), ou pela norma internacional (IAS 14 e IFRS 8), discutir se a questão do *management approach* melhora a *accountability* dos negócios, além de apresentar algumas críticas, oriundas de estudos acadêmicos, sobre a norma, tais como o problema da falta de comparabilidade e de divulgação de informação privilegiada.

2.2.7 Estudos anteriores sobre a importância da Informação por Segmentos

Hermann e Thomas (1997) classificaram os benefícios da divulgação de segmentos por áreas geográficas no processo decisório, de acordo com estudos anteriores, em 3 grandes blocos: capacidade preditiva, precificação e avaliação de riscos. Eles concluíram que quanto maior o nível de desagregação de informações geográficas, melhor é a previsão de vendas e lucros de uma entidade. Não há conclusões, porém, dos benefícios ligados à precificação. Autores como Boatsman (1993) e Thomas (1996) consideram que há pouca associação entre os atuais retornos e os lucros dos segmentos geográficos. Entretanto, quando as duas variáveis são avaliadas ao longo do tempo, a avaliação dos segmentos geográficos torna-se consistente com as estimativas de lucro. Porém com relação à avaliação de risco, muitas pesquisas concluem que ele reduz com a diversificação.

Divisão semelhante à de Hermann e Thomas (1997) pode ser encontrada também no artigo de Aitken et al (1994) nas empresas australianas. A análise de estudos anteriores mostra os benefícios das informações por segmento na previsão de lucros e análise de riscos, porém não encontra evidências conclusivas sobre os benefícios das informações por segmento quanto à avaliação de retornos. Os autores citam estudos de Kinney (1971), Collins (1976), Balakrishnan, Harris e Sem (1990) que fornecem evidências sobre a melhora na previsão de lucros quando uma informação está segmentada.

Quando o FASB elaborou a norma de informações por segmento, considerava que a sua importância estava ligada ao conhecimento dos diferentes tipos de negócios em que uma empresa atua e dos diferentes ambientes econômicos em que ela opera. Esse conhecimento ajudaria os usuários das informações financeiras a:

- Melhor entenderem o desempenho da companhia;
- Melhor medirem as suas estimativas de fluxos de caixa futuros;
- Conhecerem mais a empresa como um todo.

O “*Basis for Conclusion*” da norma IFRS 8 cita alguns benefícios da inserção do *management approach* no SFAS 131 de acordo com alguns estudos acadêmicos:

- Aumento no número de segmentos reportados e fornecimento de mais informações;
- Possibilidade de levar os usuários a analisar a organização por meio dos “olhos da gerência”;
- Permite à empresa fornecer informações em tempo hábil e com baixo custo;
- Fornece várias mensurações da performance dos segmentos.

Kou e Hussain (2007) examinaram a capacidade do relatório de segmentos em fornecer previsões de lucro por ação e descobriram que a análise é melhorada quando as empresas fornecem informações sobre as suas regiões geográficas.

Mande e Ortman (2001) fizeram um estudo com analistas de demonstrações financeiras no Japão e perceberam a importância da informação por segmento na previsão de vendas e lucro líquido da entidade como um todo. Os analistas estavam preocupados com a não definição de segmentos e com a arbitrariedade na alocação de custos comuns. Além disso, eles não acreditavam que a utilidade de tais informações pudesse ser melhorada quando auditadas.

2.2.8 *Accountability*

Conforme comentado anteriormente, a divulgação de Informações sobre Segmentos possibilita a *accountability* do negócio por parte dos usuários das demonstrações financeiras, e por meio desse relatório os gestores de cada segmento prestarão contas sobre o desempenho dos negócios.

Nakagawa (2007) define *accountability* de acordo com a IFAC - *International Federation of Accountants* - como algo direcionado pela necessidade de os dirigentes da empresa realizarem a prestação de contas (evidenciação) da eficiência e eficácia do seu plano estratégico de negócios perante o seu Conselho de Administração. Essa forma de quitação de *accountability* é realizada com base na atividade de Contabilidade da empresa, sob a responsabilidade técnica de seus contadores gerenciais ou *controllers*, capacitados a interpretar e comunicar a todos os gestores de negócio da empresa e os seus *stakeholders* os riscos associados aos fenômenos direcionadores do desempenho da empresa e dos seus administradores, com especial destaque à estimativa dos fluxos de caixa de futuros negócios.

A questão da *accountability* é melhor evidenciada com a inserção do *management approach*, pois essa forma de segmentação reflete a essência das atividades da organização, possibilita um maior detalhamento da sua estrutura interna e torna-se uma alternativa aos usuários externos para analisarem o desempenho das ações dos gestores, em cada unidade formadora da empresa, no que tange às alocações de recursos e avaliação de performance.

Accountability é a obrigatoriedade de prestação de contas resultante das responsabilidades que decorrem da delegação de poder; e o *disclosure* se constitui um elemento de fundamental importância para ela, pois possibilita que as organizações divulguem essa prestação de contas e permite ainda que a sociedade, em geral, possa participar e reivindicar melhores resultados da organização (LUCA et al, 2006).

A evidenciação de Informações por Segmentos contribui, dessa forma, para melhorar a capacidade dos usuários de informações contábeis em analisar as ações e reações da gerência, fazer previsões e conhecer os riscos e oportunidades dos diversos negócios.

2.2.9 Comparabilidade das Informações, *Proprietary Cost & Agency Cost, Disclosure*

Uma das principais críticas relativas à norma de informações por segmento, e principalmente ao *management approach*, relaciona-se à questão da comparabilidade das informações entre as empresas de um determinado setor, e ao *trade-off* entre comparabilidade e relevância do relatório.

A preocupação com a importância da comparabilidade pode ser evidenciada por meio do estudo de Kou e Hussain (2007). A pesquisa mostra que a acurácia das análises de previsões de lucros por ação aumenta quando a informação por segmento tem um alto sinal de comparabilidade em seus respectivos setores. Segmentos com alto grau de comparabilidade são mais facilmente empregados nos procedimentos de previsão dos analistas, uma vez que baixos sinais de comparabilidades no setor estão associados a aumentos nos erros das previsões.

De acordo com a estrutura conceitual de Contabilidade do FASB, informações sobre uma determinada companhia tornam-se úteis se conseguem ser comparadas por alguma outra entidade por um certo período de tempo ou em um determinado momento. Comparabilidade entre empresas e consistência na aplicação de métodos aumentam o valor da informação em avaliações de performance e oportunidades econômicas. Para o IASB, a comparabilidade permite aos usuários das informações contábeis identificar mudanças na posição financeira e performance das companhias.

O FASB e o IASB consideram que uma informação, para ser relevante, precisa ser pontual e ter valor preditivo ou de *feedback*. Relatam ainda que uma informação tem a qualidade de ser relevante quando influencia a decisão econômica dos usuários.

Muitos trabalhos avaliam a relevância e a comparabilidade das informações por segmento. Emmanuel e Garrod (2002, p.215) perceberam que essa questão está fortemente relacionada à identificação dos segmentos pelas companhias. Devido aos critérios de escolha dos segmentos, grande parte da sua amostra, cerca de 20%, revela que a relevância e comparabilidade das

informações por segmento, quando analisadas simultaneamente, é baixa. Para esses autores, a aplicação do *management approach* reduz a comparabilidade e relevância das informações.

Um outro estudo foi feito por Pacter (1996). Para esse autor, a introdução do conceito gerencial reduz a comparabilidade das informações, mas aumenta a sua relevância. Para o EFRAG, a norma possui os critérios de entendimento, relevância, comparabilidade e confiabilidade requerida pelas informações financeiras necessárias para a tomada de decisões econômicas e avaliação da natureza do negócio.

A importância dessa questão difere para os diversos tipos de usuários das informações. Ijiri (1995) acredita que os gerentes estão mais preocupados com a questão da relevância das informações, enquanto os investidores preocupam-se mais com a comparabilidade. Para Brown (1987), a comparabilidade entre empresas é um ponto importante para a contabilidade financeira, e de menor impacto na contabilidade gerencial. Emmanuel e Garrod (2002, p.219) afirmam que a informação por segmento somente tem relevância quando utilizadas em conjunto para entender melhor a empresa como um todo.

Com relação ao enfoque gerencial, o CICA (1992) - *Canadian Institute of Chartered Accountants* - considera que ele é baseado numa estrutura interna específica e não facilita a comparação entre empresas. As estruturas internas muitas vezes são desenvolvidas por razões que não interessam aos usuários das informações, como, por exemplo, questões históricas, interesses, habilidades e status de autoridade em uma divisão.

Devido à forma com que as empresas estão estruturadas, o dinamismo dos negócios, a competição, o aparecimento de novos produtos, as novas estratégias, as alterações estruturais, as diferenças culturais, de sistemas, nos critérios de alocações de recursos, em preços de transferência e nas políticas contábeis, as informações por segmento podem passar, sobretudo em uma multinacional, a serem inconsistentes, prejudicando, ainda mais, a comparabilidade.

O EFRAG (2007) analisa a questão da falta de comparabilidade sob dois aspectos: identificação na determinação de um segmento e critério de mensuração interno.

Para o grupo, a maneira de se identificar um segmento já permitia um certo grau de flexibilidade, e a mudança na norma não envolveu significativa deterioração na comparabilidade da informação. A determinação de como o segmento é identificado continua, se comparado à norma anterior (IAS 14), em muitos casos, a mesma.

Para os associados do EFRAG, as mudanças na norma relativa aos critérios de mensuração interna diminuem a comparabilidade. Porém tal critério não deve ser visto de forma isolada e restrita. O *trade-off* entre relevância e comparabilidade deve ser aceito.

É importante ressaltar, também, a forma como a informação é usada. Os usuários das demonstrações, segundo o EFRAG, já esperam que essas informações não contenham um alto grau de comparabilidade, pois toda empresa é organizada de forma diferente, significando que os seus segmentos serão diferentes.

A própria estrutura conceitual do IASB indica que a comparabilidade não pode ser um impeditivo para a introdução de melhores normas contábeis e não pode ser confundida com uniformidade.

Paul e Largay (2005) suspeitam que os altos níveis de comparabilidade resultantes da aplicação de uma mesma norma contábil para várias circunstâncias são ilusórios e consideram que o enfoque gerencial possibilita informações financeiras organizadas em torno da maneira pela qual os negócios de uma empresa são conduzidos. Para eles, a comparabilidade é uma questão secundária.

É importante ter em mente que o principal objetivo da norma de informações por segmento é o de ajudar os diferentes usuários a entenderem melhor a natureza e os efeitos financeiros das atividades de uma companhia e não o de fazerem comparações entre os segmentos de diferentes empresas.

Além da questão da falta de comparabilidade, a divulgação de informação por segmentos recebe críticas referentes ao custo de propriedade e agência, os chamados *Proprietary & Agency Costs*.

Berger e Hann (2007) relatam que existem dois motivos para os administradores ocultarem informações por segmento: os custos de propriedade e os custos de agência. Nessa mesma linha, Kelly (1994, p.222) testa a hipótese de que os custos de propriedade (relativos à divulgação de informações privilegiadas) e os custos de agência (oriundos do conflito de interesses e informações assimétricas) influenciam nas decisões de divulgação dos gerentes.

Corporações são caracterizadas pela separação da propriedade e controle dos recursos. Custo de agência surge do resultado do conflito de interesses e de informações assimétricas entre os participantes associados do contrato com a firma, tais como acionistas, credores, gerentes.

“Nós definimos um relacionamento de agência como um contrato pelo qual uma ou mais pessoas contratam outra pessoa para executar algum serviço em favor deles, e que envolva delegar, ao agente, alguma autoridade de tomada de decisão. Se ambas as partes do relacionamento são maximizadoras de utilidade existe boa razão para acreditar que o agente não agirá sempre pelos melhores interesses do principal” (JENSEN e MECKLING, 1976, p.308).

Para Berger e Hann (2007), a presença de um segmento com baixa lucratividade deve ocasionar problemas de agência não resolvidos, associados à diversificação dos negócios ou ineficiência de transferências entre segmentos, levando a empresa ao monitoramento externo, aumento de mecanismos de governança corporativa e controle.

Ball et al (2000, p.26-27) consideram que em países de *Common Law* há incentivos, por parte dos gerentes, de reconhecerem rapidamente as perdas econômicas, afetando, dessa maneira, as políticas de bônus e dividendos. Nesses países, o custo de agência, para monitoramento dos gerentes, é menor, devido ao maior nível de *disclosure* das informações.

O fornecimento detalhado de informações sobre o desempenho de um negócio dentro de um setor, de acordo com Gigler e Hemmer (2002), aumenta o monitoramento e o contrato entre proprietários e gerentes.

Gerentes encontram custos de propriedade, de acordo com Berger e Hann (2007), quando a revelação de um segmento altamente rentável atrai mais competidores, que seguirão as suas

estratégias de marketing e negócios, provocando a diminuição da rentabilidade desse segmento. Essa é a visão mais tradicional para explicar a não divulgação de informações. Paul e Largay (2005, p.305) afirmam que questões ligadas a custo de propriedade não estão restritas a setores competitivos.

Segundo Kelly (1994, p.218), os custos de propriedade constituem os gastos incorridos em gerar e divulgar informações contábeis e os gastos incorridos com a publicação de informações que podem ser comercialmente valiosas. A magnitude dos custos de propriedade depende do impacto da divulgação de uma má notícia em gerar estimativas negativas de fluxos de caixa futuros e da probabilidade de acionistas, órgãos reguladores e potenciais entrantes no setor se beneficiarem com a divulgação de uma boa notícia.

Proprietary Costs também estão relacionados aos incentivos econômicos dos gerentes para a divulgação de informações voluntárias. Além disso, as empresas evidenciam mais informações quando o tamanho da empresas e as suas atividades estrangeiras são importantes, porém, escondem mais informações quando a divulgação prejudicaria as vantagens competitivas e aumentaria o número de processos trabalhistas (DEPOERS, 2000, p.257).

O trabalho de Berger e Hann (2007) mostra que há uma relação entre custos de agência e não divulgação de informações por segmento com baixa lucratividade; enquanto Kelly (1994) relaciona os custos de propriedade à baixa divulgação de segmentos com altos retornos.

Berger e Hann (2007, p.4) concluem que os custos de agência são as principais razões para que os gerentes evitem revelar informações de segmentos com baixa lucratividade. Os autores não encontraram evidências consistentes com a hipótese de custo de propriedade.

Kelly (1994, p.226) indica que empresas com elevados retornos estão menos propensas a divulgar informações do que empresas com baixos retornos. As empresas preferem reter informações para minimizar os custos de propriedade associados à entrada de novos competidores.

Gigler (1994, p. 225) mostrou em seu trabalho, porém, que o *proprietary cost* pode, na verdade, aumentar o *disclosure* voluntário por gerar credibilidade nas informações divulgadas que não são auditadas.

Existe uma associação entre a qualidade da informação disponível e os incentivos de divulgar ou esconder uma informação por partes dos gerentes da empresa na presença de partes externas que possuem expectativas racionais sobre a motivação desses gestores.

Quando a qualidade da informação aumenta, assumindo o *disclosure* como voluntário, a informação torna-se mais precisa e as chances de divulgação aumentarão, pois o mercado penalizaria a empresa caso a informação não fosse divulgada (VERRECCHIA, 1990, p.375).

Verrecchia (2001, p.97-98) analisou a literatura contábil sobre *disclosure* e a dividiu em três tipos de categorias. A primeira categoria é chamada *association-based disclosure*, e nela se analisam as relações entre divulgação e as alterações no comportamento dos investidores. A segunda, *discretionary-based disclosure*, investiga como os gerentes exercem a escolha entre divulgar ou não uma informação que eles tenham. Por fim, a terceira categoria é chamada *efficiency-based disclosure*, e analisa qual conjunto de divulgação é preferido na ausência de conhecimento anterior da informação. O autor recomenda o uso de um modelo próprio, sugerindo a redução da assimetria informacional como um meio para integrar a eficiência da escolha do *disclosure*, os incentivos da evidenciação e um processo que envolve interação entre os indivíduos e diversos investidores.

Dye (2001, p.230) realizou uma análise crítica do trabalho de Verrecchia (2001) e da literatura por ele utilizada. O autor aponta alguns problemas com a literatura publicada sobre o assunto nos últimos 20 anos: os modelos atuais não possuem novas idéias ou conceitos, não representam o mundo real e possuem capacidade para uso empírico limitada. Há ainda ausência de grandes questões para serem respondidas por esses estudos.

3 METODOLOGIA

3.1 Tipo de Pesquisa

Este trabalho é caracterizado como uma investigação qualitativa. Martins e Theóphilo (2007, p.135) citam que este tipo de pesquisa pede descrições, compreensões, análise de informações, fatos, ocorrências, evidências que naturalmente não são expressas por dados e números. Neste caso, as técnicas de coleta são mais específicas, como, por exemplo, entrevistas, observações, análise de conteúdo, observação participante, etc. Tais autores evidenciam três tipos de situações onde se presta atenção particular, segundo Lazarsfeld, em indicadores qualitativos:

- a) Situações nas quais a evidência qualitativa substitui a simples informação estatística relacionada a épocas passadas;
- b) Para capturar dados sociológicos;
- c) Para descobrir e entender a complexidade e a interação de elementos relacionados ao objeto de estudo.

Strauss e Corbin (2008, p.24) definem a pesquisa qualitativa como o “processo não matemático de interpretação, feito com o objetivo de descobrir conceitos e relações nos dados brutos e de organizar esses conceitos e relações em um esquema explanatório teórico”.

A principal função da pesquisa qualitativa, de acordo com Ahrens e Chapman (2006), é relatar as expressões de uma realidade subjetiva, objetivada a partir da interação entre os indivíduos. Ela visa a compreender as experiências e os significados que os seres humanos constroem em interação.

Faz parte da pesquisa qualitativa, segundo Neves (2006, p.1), a obtenção de dados descritivos mediante contato direto e interativo do pesquisador com a situação objeto de estudo: “o

pesquisador procura entender os fenômenos segundo as perspectivas dos participantes da situação estudada e a partir daí situa sua interpretação dos fenômenos estudados”.

Não existe um parâmetro ou conceito pré-definido para analisar o efeito da vinculação da contabilidade financeira à contabilidade gerencial na qualidade das informações financeiras e no nível de *disclosure*. A resposta ao problema de pesquisa dependerá da percepção dos entrevistados sobre o assunto; essa percepção, de fato, está relacionada à interação do entrevistado com o mundo empresarial.

A realidade, neste caso, é subjetiva, pois muitos fatores podem influenciar a percepção do entrevistado, tais como o seu conhecimento prévio sobre o assunto, a sua experiência de vida, o contexto histórico de convergência às normas internacionais, as características do mercado brasileiro, os aspectos ligados aos valores e a cultura da organização na qual trabalha, etc.

Nesta forma de pesquisa, a realidade é construída a partir da interação entre os sujeitos, neste caso, os preparadores, analistas, auditores de demonstrações financeiras e comunidade acadêmica. Não existe produção de conhecimento independente do sujeito conhecedor, o investigador deve incorporar e assumir na sua produção científica a sua própria subjetividade.

O conhecimento científico do mundo não reflete diretamente o mundo tal como ele existe externamente ao sujeito conhecedor, mas é produzido ou construído pelas pessoas, e dentro de relações históricas, sociais e culturais (Henwood e Nicolson, 1995, p.109). Os pesquisadores, no campo qualitativo, acreditam que a realidade social é emergente, criada subjetivamente e construída por meio das relações humanas (Chua, 1986).

A resposta ao problema de pesquisa formulado neste trabalho é proveniente da interpretação de entrevistas produzidas com grupos que são de alguma forma impactados com o estabelecimento de uma norma contábil: os preparadores, analistas, auditores e comunidade acadêmica. A interação das respostas obtidas pela entrevista, dos sujeitos que compõem tais grupos, levará à formação de teorias sobre o grau de qualidade e o nível de *disclosure* sob um específico contexto histórico, social e cultural.

A realidade sobre o efeito vinculação da contabilidade financeira à contabilidade gerencial na norma de Informações por Segmento é, portanto, criada, de forma subjetiva, por meio das interações desses grupos. De acordo com Strauss e Corbin (1998), as teorias derivadas dessa realidade não são consideradas definitivas e podem ser refutadas por meio de novas interações entre os sujeitos, dando continuidade, dessa forma, ao processo de conhecimento científico.

Os resultados obtidos por meio desta investigação, de acordo com Martins e Theóphilo (2007, p.77), devem ser considerados provisórios, passíveis de modificações à medida que novas variações forem incorporadas à teoria anteriormente construída.

3.2 Estratégia de pesquisa

A estratégia de pesquisa a ser utilizada neste trabalho é a *Grounded Theory*, desenvolvida por Glaser e Strauss (1967), e Strauss e Corbin (1998), cujo objetivo é realizar a construção de uma teoria na medida em que o trabalho de campo se desenvolve.

“O método da *Grounded Theory* surgiu em Glaser e Strauss (1967). Teve seu desenvolvimento em Glaser (1978) e Strauss (1987), com contribuição substancial de Strauss e Corbin (1998). A *Grounded Theory* é, geralmente, apresentada como uma abordagem de pesquisa qualitativa. No entanto, há duas linhas divergentes quanto ao método. Uma delas é defendida por Glaser (1992) e dá ênfase à característica emergente do método e aos processos indutivos desenvolvidos pioneiramente pelo Departamento de Sociologia da Universidade de Columbia nos anos 50 e 60. A outra linha — considerada por Glaser a antítese da *Grounded Theory*, pois, segundo o autor, permite a influência de concepções do pesquisador — foi desenvolvida por Strauss (1987) e consolidada em Strauss e Corbin (1998), com primeira edição em 1990, livro que tornou o método, suas técnicas e procedimentos populares na comunidade acadêmica”.
Mello e Cunha (2003, p.3)

A opção pelo uso da *Grounded Theory* está relacionada ao fato de não haver estudos anteriores sobre o tema a ser analisado neste trabalho. No universo pesquisado não existem teorias já estabelecidas sobre a vinculação da contabilidade financeira à contabilidade gerencial na norma de Informações por Segmento. Por meio da interpretação das respostas dos entrevistados selecionados nessa amostra, teorias serão desenvolvidas com o objetivo de explicar a realidade.

A Contabilidade, por ser considerada uma ciência social e ter o seu desenvolvimento histórico relacionado com as mudanças na sociedade, pode perfeitamente utilizar-se da *Grounded Theory* para criar teorias sobre os padrões de ação e interação entre os vários tipos de unidades sociais com o objetivo de conhecer os fenômenos a ela relacionados.

Os trabalhos internacionais em Contabilidade de Tillmann e Goddard (2008), Elharidy et al (2008), Gurd (2008), Efferin e Hopper (2007), Goddard (2004), Norris (2002), conforme sintetizado no quadro, abordam essa estratégia de pesquisa:

Quadro 5 - Artigos internacionais utilizando-se da Grounded Theory

Tillmann e Goddard (2008)	Os autores analisam como a contabilidade gerencial estratégica, em uma multinacional Alemã, é percebida e usada na prática. Utilizam-se para isso a <i>Grounded Theory</i> e o “senso-comum”.
Elharidy et al (2008)	O propósito do artigo é avaliar e explicar o papel da <i>Grounded Theory</i> na interpretação de pesquisas em Contabilidade Gerencial. Para os autores, esse método pode ser uma poderosa ferramenta que o pesquisador pode utilizar para coletar e analisar dados empíricos. Entretanto, os autores consideram que é preciso alinhar os dados empíricos com os paradigmas mais amplos adotados ao pesquisar um fenômeno social, e fornecem um guia para isso.
Gurd (2008)	O artigo analisa 23 <i>papers</i> internacionais que usam o método de <i>Grounded Theory</i> em pesquisas contábeis. É relatada a falta de consistência no uso desse método, a falta de transparência nas explicações dos dados coletados e análises, e apontado direções futuras para encorajar uma maior divulgação e uso da <i>Grounded Theory</i> .
Efferin e Hopper (2007)	O trabalho utiliza-se do método da pesquisa etnográfica e da <i>Grounded Theory</i> para analisar como a cultura, diferenças de etnias, história, política e questões comerciais moldam os controles gerenciais em uma indústria de manufaturas da China.
Goddard (2004)	O estudo utiliza a metodologia da <i>Grounded Theory</i> , por meio de estudo de caso, para descobrir a percepção dos participantes de quatro organizações governamentais locais na Inglaterra sobre a relação entre contabilidade, governança e <i>accountability</i> .
Norris (2002)	Aplicações dos princípios da <i>Grounded Theory</i> em um estudo de caso de dois bancos ingleses para investigar a influência no uso de informações de Contabilidade Gerencial são feitas nesse artigo.

Conforme Mello e Cunha (2003, p.2) o método da *Grounded Theory* adota as considerações ontológicas e epistemológicas do subjetivismo, conforme definições de Morgan e Smircich (1980), as quais consideram que a realidade pode ser socialmente construída a partir da interação entre indivíduos que a legitimam por meio de símbolos: “é um método interpretativista de pesquisa que busca explicar a realidade a partir dos significados atribuídos pelos envolvidos às suas experiências”.

Na visão de Fernandes e Maia (2002, p.53) os diferentes autores que se debruçam sobre a *Grounded Theory* partilham o abandono da crença na existência de uma verdade sobre uma realidade externa que pode ser descoberta, valorizando as condições textuais em que os fenômenos ocorrem. Tal teoria se centra na dimensão humana na sociedade, no significado que as pessoas atribuem às suas vidas e nos aspectos subjetivos da vida social.

Os investigadores da *Grounded Theory* não estão interessados em criar teorias sobre os atores individuais, mas sobre os padrões de ação e interação entre os vários tipos de unidades sociais, sobre processos decorrentes nas mudanças das condições sejam internas, sejam externas, ao fenômeno em estudo. (FERNANDES; MAIA, 2002, p.49).

Strauss e Corbin (2008, p.35) definem teoria como “um conjunto de categorias bem desenvolvidas (ex: temas, conceitos) que são sistematicamente inter-relacionadas através de declarações de relação para formar uma estrutura teórica que explique alguns fenômenos relevantes sócias, psicológicos, educacionais, de enfermagem, ou outros”.

Tais autores, Strauss e Corbin (1998, p.22), também definem a *Grounded Theory* como um “método científico que utiliza um conjunto de procedimentos sistemáticos de coleta e análise dos dados para gerar, elaborar e validar teorias substantivas, geradas dentro de um contexto, sobre fenômenos essencialmente sociais, ou processos sociais abrangentes. Entende-se por teoria um conjunto de categorias que estão sistematicamente inter-relacionadas através de proposições para formar o esquema teórico que explica um fenômeno social”.

Teorias sobre a qualidade das informações e o nível de *disclosure* com a aplicação da norma IFRS 8 serão formuladas para formar um esquema teórico sobre o fenômeno da vinculação da contabilidade gerencial à financeira.

Mello e Cunha (2003, p.15) mostram os critérios para avaliação da teoria substantiva em quadro adaptado de Sherman e Webb (1988) por Kerlin (1997):

Quadro 6 - Critérios para avaliação da teoria substantiva

CRITÉRIOS	DESCRIÇÃO	CONTRIBUIÇÃO
Grau de coerência (<i>fit</i>)	As categorias da teoria devem ser derivadas dos dados e não de preconceitos do pesquisador.	Confere credibilidade à teoria e permite que seja entendida por terceiros que não participaram do estudo.
Funcionalidade	A teoria deve explicar as variações encontradas nos dados e as inter-relações dos construtos, de forma a fornecer capacidade preditiva acerca do fenômeno explicado.	Uma teoria substantiva funcional deve ser entendida como teoria útil para os envolvidos.
Relevância	A teoria deve emergir fruto da sensibilidade teórica do pesquisador, que deve ser capaz de identificar a categoria central mais relevante para explicar o fenômeno.	A relevância é verificada pelo reconhecimento imediato do significado da categoria central pelos envolvidos.
Flexibilidade	A teoria deve ser passível de modificação, permitindo que novos casos a enriqueçam com a introdução de novas propriedades e categorias.	Uma teoria substantiva deve estar aberta para o aprimoramento da sua capacidade de generalização.
Densidade	A teoria deve possuir poucos elementos-chaves e grande número de propriedades e categorias relacionadas.	A densidade confere maior validade aos construtos da teoria.
Integração	Todos os construtos devem estar relacionados a uma categoria central e ser expressos em termos de proposições derivadas de um esquema teórico.	A integração evita a existência de falhas na lógica explicativa da teoria.

FONTE: Mello e Cunha (2003, p.15) – Adaptado de Sherman e Webb (1988) por Kerlin (1997)

Essa estratégia de pesquisa, *Grounded Theory*, possibilitará, por meio de seus procedimentos técnicos, a coleta e análise dos dados, obtidos durante as entrevistas realizadas, de maneira sistemática e rigorosa. O processo utilizado é o método indutivo, pois as interpretações dos dados permitirão gerar teorias que explicam o problema de pesquisa.

A *Grounded Theory* tem como objetivo gerar uma teoria que é construída com base na recolha e análise sistemática e rigorosa dos dados e na orientação dos investigadores através de um processo indutivo de produção do conhecimento. Por um lado, os procedimentos são bem definidos no sentido de conduzir a interpretação com rigor e precisão, por outro, permitem a criatividade necessária à ocorrência de um dos princípios básicos na construção da teoria: a interpretação e conceituação dos dados. A criatividade suporta a sensibilidade teórica, ou seja, a capacidade para dar sentido e significado aos dados, e estimular a formulação de questões, sendo assim, também favorável ao método de comparação constante (FERNANDES; MAIA, 2002, p.54).

Para Mello e Cunha (2006, p.251), o método da *Gounded Theory* utiliza-se da lógica de inferência abdutiva, pois há um processo indutivo de interpretação e um processo de dedução e validação de proposições. A análise inicia-se com a indução de princípios gerais a partir do material empírico coletado. Desses princípios gerais, deduzem-se categorias e seus relacionamentos a serem checados em novo material empírico. A lógica abdutiva permite a descoberta e a validação das causas a partir dos efeitos (observações).

A inferência abdutiva pode ser esquematizada, de acordo com Mello e Cunha (2006, p.252) , da seguinte forma:

Figura 1 - Inferência Abdutiva

FONTE: Mello e Cunha (2006, p.252)

3.3 Seleção da amostra

Para esta dissertação, a população selecionada foi dividida em quatro grupos que estão relacionados, de alguma forma, com demonstrações financeiras. Procurou-se identificar quais seriam os grupos que proporcionariam uma melhor interação para a compreensão da realidade construída neste trabalho.

A amostra utilizada é a não probabilística, definida por Mattar (1996, p.132) como aquela em que a seleção dos elementos da população para compor a amostra depende ao menos em parte do julgamento do pesquisador ou do entrevistador no campo. A escolha dos grupos e dos entrevistados foi feita, portando, de maneira julgamental, intencional, com a preocupação de identificar quais seriam os grupos relevantes necessários para se conseguir relatar as expressões de uma realidade subjetiva.

Os grupos foram divididos em:

1. Preparadores de informações contábeis

Foram escolhidas grandes empresas, de capital aberto, envolvidas com o processo de internacionalização da contabilidade, com grande foco em transparência e divulgação de informações contábeis;

2. Auditores das principais firmas de Auditoria

Foram entrevistados neste trabalho sócios ou gerentes de três das quatro principais empresas de auditoria;

3. Analistas de demonstrações financeiras

Para a escolha dos analistas, houve uma tentativa de escolher as mais diferentes formas de análise de demonstrações financeiras, análise de crédito, análise de investimento, agência de *rating*;

4. Acadêmicos

Professores de Contabilidade gerencial e Contabilidade Financeira da Universidade de São Paulo foram convidados a participar das entrevistas.

Para cada um dos grupos, foram escolhidos renomados profissionais para realizar as entrevistas, conforme o quadro 07:

Quadro 7 - Convidados selecionados para as entrevistas

Preparadores de Demonstrações Contábeis	Carlos Kawall Geraldo Toffanello Sílvio de Carvalho Bruno Melo Marcus Severini	Bovespa Gerdau S.A. Banco Itaú. S.A. Petrobrás Companhia Vale do Rio Doce
Auditores de Demonstrações Contábeis	Flávio Peppe Aquiles Bergamini Francisco Papellás	Ernst & Young KPMG Deloitte Touche Tohmatsu
Analistas de Demonstrações Contábeis	Vanessa Miranda Reginaldo Alexandre Marcelo Costa Amador Rodriguez	Banco do Brasil APIMEC Standard & Poor's Serasa
Acadêmicos	Ariovaldo dos Santos Bruno Salotti Fábio Frezatti Reinaldo Guerreiro Wellington Rocha	USP - Contabilidade Financeira USP - Contabilidade Financeira USP - Contabilidade Gerencial USP - Contabilidade Gerencial USP - Contabilidade Gerencial

A análise dos dados obtidos por meio das entrevistas possibilita a construção de generalizações teóricas sobre a realidade construída. Portanto, na pesquisa qualitativa, as generalizações encontradas são teóricas, e não estatísticas. O objetivo da análise é desenvolver generalizações, em forma de teorias, sobre o efeito vinculação da contabilidade financeira à contabilidade gerencial, na norma de Informações por Segmento, na qualidade das informações financeiras e no nível de *disclosure*.

3.4 Coleta de dados

A coleta de dados foi feita por meio de entrevistas semi-estruturadas com preparadores, auditores, analistas de demonstrações financeiras e acadêmicos. Após a identificação dos entrevistados para cada um dos grupos (preparadores, auditores, analistas de demonstrações financeiras e acadêmicos), foi enviada uma carta convite, marcando, antecipadamente, uma entrevista presencial, na qual, constante no apêndice, foi colocada a possibilidade de manter o nome do entrevistado no anonimato, caso assim ele desejasse. Além disso, foi enviado um texto, anexo à carta, com uma breve explicação sobre o assunto da dissertação, cujo objetivo era inserir o entrevistado no assunto a ser abordado.

As perguntas contidas no questionário, utilizado na entrevista, foram enviadas antecipadamente aos entrevistados, logo após a confirmação da aceitação do convite. O envio prévio das questões teve o mesmo objetivo do texto anexo à carta: inserir o entrevistado no assunto da norma de Informações por Segmentos.

Para Martins e Theóphilo (2007, p.90), um questionário é um conjunto ordenado e consistente de perguntas a respeito de variáveis e situações que se deseja medir ou descrever. Para cada objetivo específico desta dissertação, apresentados no capítulo 01, foram elaboradas algumas questões abertas relacionadas a tais objetivos. Ou seja, existiam perguntas para:

1. Identificar o grau de *disclosure* do relatório;

2. Analisar a qualidade das informações contábeis oriundas da aplicação da norma e identificar se ainda existem possibilidades de aperfeiçoamento no normativo;
3. Discutir o fenômeno da vinculação da contabilidade financeira à contabilidade gerencial.

Cada grupo de entrevistados (preparadores, auditores, analistas de demonstrações financeiras e acadêmicos) recebeu um tipo de questionário, ou seja, existiam quatro tipos de questionários diferentes, mas para cada objetivo específico, havia, pelo menos, uma pergunta em comum para todos os grupos, num total médio de oito perguntas para cada entrevistado.

As entrevistas foram realizadas durante os meses de setembro e outubro em local definido pelo entrevistado. Foram gravadas e transcritas em formato de documento de texto e evidenciadas nos apêndices 3, 4, 5 e 6 deste trabalho. O quadro número 08 demonstra o tempo e a data de cada entrevista:

Quadro 8 - Duração e data das entrevistas

Nome do Entrevistado	Data da Entrevista	Duração da Entrevista
Carlos Kawall	8/10/2008	35 min
Silvio de Carvalho	1/10/2008	40 min
Bruno Melo	8/10/2008	20 min
Marcus Severini	2/10/2008	20 min
Flávio Peppe	14/10/2008	30 min
Aquiles Bergamini	3/10/2008	40 min
Francisco Papellás	15/10/2008	36 min
Vanessa Miranda	8/9/2008	16 min
Reginaldo Alexandre	10/10/2008	20 min
Marcelo Costa	9/10/2008	65 min
Amador Rodriguez	9/10/2008	19 min
Ariovaldo dos Santos	29/09/2008	19 min
Bruno Salotti	23/09/2008	23 min
Fábio Frezatti	24/09/2008	36 min
Reinaldo Guerreiro	7/10/2008	31 min
Wellington Rocha	24/09/2008	27 min

Borinelli (2006, p.62) cita algumas vantagens de entrevistas, como: versatilidade, abrangência, fidedignidade, uniformidade de mensurações, qualidade e quantidade de dados. Para Martins e Theóphilo (2007, p.87) uma entrevista pode fornecer perspectivas diferentes sobre determinado evento, por falas, e olhos, de distintos entrevistados.

3.5 Análise de dados

A fonte inicial para a exploração dos dados foram os documentos de textos com a transcrição de todas as entrevistas realizadas durante os meses de setembro e outubro. Essas transcrições foram transferidas para um *software* específico — Atlas/ti — para análises de pesquisas qualitativas, e analisadas. Na medida em que a entrevista foi sendo lida, trechos julgados relevantes foram sendo destacados. Esses trechos recebem a denominação de *Quotes*.

Neste trabalho, 17 entrevistas foram realizadas, as quais se tornaram documentos de textos transferidos para o software, e 559 trechos relevantes foram selecionados. São exemplos dos *quotes* encontrados:

- A segmentação por área geográfica passa uma idéia de como está nossas operações em relação aos dados macroeconômicos da região;
- No curto prazo, o relatório de Informações por Segmentos será incomparável;
- As empresas vão interpretar a norma a seu favor e irá divulgar o mínimo necessário;
- A melhor projeção do mundo é a feita pela própria empresa;
- Os critérios gerenciais de mensuração foram a solução encontrada.

Ao mesmo tempo da criação de *quotes* foram definidos *codes* para cada uma das citações importantes destacadas. As frases, com algum significado em comum, foram classificadas com um determinado *code*, ou seja, cada frase encontrada que parecia ter a mesma categoria era classificada com o mesmo *code*. Esse processo exige uma boa dose de criatividade e capacidade de abstração, visto que o rótulo do código deve significar uma idéia ou conceito que permita ser utilizado em outros casos.

Com relação ao rótulo (*codes*), dois aspectos, segundo Mello e Cunha (2003, p.9) devem ser observados. Um é a possibilidade, sempre que factível, de associar um adjetivo para facilitar posterior dimensionalização. O segundo aspecto diz respeito à utilização de nomes gerais, e não específicos do caso; a exceção é a utilização de códigos *in vivo* fornecidos pelo próprio entrevistado.

O processo de codificação é dividido em 3 fases: aberta, axial e seletiva., cada uma dessas fases é explicada pelos autores. Na codificação aberta, são descobertas propriedades e dimensões das categorias, e os incidentes ou eventos são agrupados em códigos (ou construtos ou conceitos) através da comparação incidente–incidente. A intenção é realizar amostragens teóricas suficientes e ter as evidências necessárias para formar uma categoria conceitual fundamentada nos dados. Os códigos podem ser classificados em categorias — que representam um fenômeno— ou subcategorias associadas, tais como condições de ocorrência do fenômeno, ações e conseqüências. Os códigos gerados podem ainda ser classificados em: códigos de primeira ordem, diretamente associados às citações; e códigos abstratos ou teóricos, associados a outros códigos, sem necessariamente estarem ligados a alguma citação.

Foram criados 277 *codes*. São exemplos de códigos de primeira ordem:

- O trabalho de auditoria ficará mais complicado;
- Pressão do mercado para uniformidade;
- Os concorrentes adoram os *disclosure*;
- Indicadores de performance poderiam ser divulgados;
- O critério quantitativo é adequado.

Como exemplificação de códigos abstratos ou teóricos têm-se:

- Divulgação de informações confidenciais;
- Pontos positivos no uso de critérios quantitativos;
- Há no Brasil acesso a informações privilegiadas;
- Aumento de credibilidade em razão da conciliação contábil;

- Análise das interfaces.

Após a identificação de categorias conceituais pela codificação aberta, a codificação axial examina as relações entre categorias e subcategorias. Explicitam-se causas e efeitos, condições intervenientes e estratégias de ação, em proposições que devem ser testadas novamente nos dados.

Finalmente, a codificação seletiva refina todo o processo identificando a categoria central da teoria, à qual todas as outras estão relacionadas. A categoria central deve ser capaz de integrar todas as outras categorias e expressar a essência do processo social que ocorre entre os envolvidos. Ainda na codificação seletiva, categorias mal formuladas são revistas, e falhas na lógica da teoria são resolvidas.

A figura número 02, de Mello e Cunha (2003, p.5) ,ilustra esquematicamente uma proposta do processo de codificação e análise.

Figura 2 - Proposta de codificação e análise

FONTE: Mello e Cunha (2003, p.5)

Simultaneamente ao processo de codificação, memorandos foram escritos com o objetivo de deixar documentado todo o processo de interpretação, busca de significados desta pesquisa, além de identificar as relações com o objetivo deste trabalho e as suas ligações com o referencial

teórico. Os memorandos nada mais são que anotações que subsidiam o processo de elaboração das análises e elaboração dos textos.

Por meio da interpretação e conceituação dos dados constantes nas entrevistas transcritas, na procura de um significado durante o processo de codificação, foram elaboradas teorias substantivas, sobre uma realidade socialmente construída a partir da interação entre os entrevistados deste trabalho, visando a identificar o grau de *disclosure* do relatório de Informações por Segmento, analisar a qualidade da norma publicada, identificar se ainda existem possibilidades de aperfeiçoamento no normativo e discutir o fenômeno da vinculação da contabilidade financeira à contabilidade gerencial.

Tais teorias nada mais são que um conjunto de categorias que estão sistematicamente inter-relacionadas através de proposições para formar o esquema teórico que explica o fenômeno estudado pelo presente trabalho.

3.6 Interpretação das figuras

Por meio do software ATLAS/ti, diagramas podem ser construídos, os quais são, de acordo, com Strauss e Corbin (2008, p.209), produtos de análise ou direções para os analistas e representam as relações entre os conceitos.

Tais relações podem ser do tipo: é associado com, é parte de, é causa de, contradisse, é um, é propriedade de, e são evidenciadas por meio do seguinte esquema:

Figura 3 - Tipos de associação

==	: is associated with
✓ []	: is part of
=>	: is cause of
<>	: contradicts
isa	: is a
	: noname
*}	: is property of

A figura 4 contém um exemplo de diagrama elaborado pelo software sobre os efeitos negativos da vinculação da contabilidade gerencial à financeira.

Figura 4 - Exemplo de diagrama

Na figura 4 percebe-se que “perda de comparabilidade no curto prazo” e “alterações no trabalho de auditoria” são propriedades de “efeitos negativos da vinculação”, pois estão associadas ao símbolo $\approx\}$. Além disso, é possível notar que, por causa da perda de comparabilidade no curto prazo (símbolo $=>$), há a má interpretação das informações pelo mercado. O diagrama mostra ainda que, em relação ao trabalho de auditoria, a entrada no campo de julgamento profissional é parte (relação ilustrada por $\square$) da mudança de postura, que, por sua vez, é uma (is a) alteração no trabalho do auditor.

Além de evidenciar as relações entre os conceitos, a figura 4 fornece ainda informações sobre o grau de densidade empírica e o grau de densidade conceitual, representados pelos números constantes entre os símbolos, respectivamente {densidade empírica; densidade teórica}.

O conceito “perda de comparabilidade no curto prazo” {2,6} possui densidade empírica igual a dois, ou seja, há duas citações colhidas durante a entrevista que se remetem a esse conceito. Além disso, a densidade teórica é seis, pois além de “efeitos negativos da vinculação” e “as

informações incomparáveis podem ser mal interpretadas pelo mercado”, existem quatro outras ligações que não estão evidenciadas na figura.

3.7 Confiabilidade e validade

Para medir, avaliar, as informações é preciso atentar para os critérios de significância e precisão dos instrumentos de medidas que serão utilizados: validade e confiabilidade. Validade pode ser definida como a capacidade do instrumento em medir de fato o que se propõe medir; a confiabilidade, porém, está relacionada à constância dos resultados obtidos, quando o objeto é avaliado mais de uma vez (MARTINS E THEÓPHILO, 2007, p.12).

O primeiro passo é definir o que deve ser medido e como deve ser medido. O instrumento de medida adotado neste trabalho é o questionário, e o seu sucesso é obtido quando se conseguem resultados merecedores de crédito para a solução de um problema de pesquisa. O aprimoramento e o aumento da confiabilidade e validade podem ser obtidos no pré-teste. Depois de ser redigido, o questionário passou por testes antes da sua utilização definitiva: escolheu-se uma amostra de 3 colaboradores, estudantes do Programa de Pós Graduação em Controladoria e Contabilidade da Universidade de São Paulo, para responderem e criticarem as perguntas formuladas. A análise dos dados coletados desses colaboradores evidenciou possíveis falhas que, após verificadas, serviram para reformular o questionário.

Por fim, confiabilidade e validade dos dados analisados puderam ser obtidas por meio do uso do software ATLAS/ti, desenvolvido pela *Scientific Software Development*. Tal software permite a auditoria e rastreabilidade, pelos leitores, necessárias para verificar a validade e confiabilidade dos resultados. A auditoria e a rastreabilidade são possíveis por meio da análise de dois relatórios gerados pelo ATLAS/ti. O primeiro mostra o histórico do processo de análise e de codificação, através da listagem, por ordem de data de criação de todos os elementos que culminaram com a versão final da teoria substantiva. O segundo relatório, mais denso, contém a descrição e comentários dos elementos da teoria, principalmente comentários dos *codes* e as notas de análise na íntegra.

4 ANÁLISE DOS RESULTADOS

A seguir, os resultados das análises das entrevistas são apresentados. Eles foram divididos de acordo com os objetivos específicos deste trabalho: identificar o grau de *disclosure* do relatório, analisar a qualidade das informações contábeis e identificar possibilidades de aperfeiçoamento da norma, discutir o fenômeno da vinculação da contabilidade gerencial à contabilidade financeira. Por fim, duas proposições são apresentadas.

4.1 Identificar o grau de *disclosure* do relatório

4.1.1 *Disclosure* das informações por segmento

Figura 5 - Disclosure de informações por segmento

Quadro 9 - Exemplos do grau de densidade da figura 5

Categoria	Densidade Empírica	Densidade Teórica
A quantia de informações divulgadas aumentará gradualmente	9	3
O benefício da norma dependerá da profundidade do disclosure	3	11
Problema de disclosure	0	3

O quadro 09 apresenta três categorias retiradas da figura “*Disclosure* de informações por segmento” para exemplificar as suas densidades empíricas e teóricas, as quais são indicativos da qualidade conceitual do trabalho.

A densidade empírica refere-se ao número de *quotes*, trechos destacados das entrevistas realizadas, relacionados com essa categoria. Nas entrevistas realizadas, nove trechos selecionados faziam referência ao aumento gradual da quantidade de informações divulgadas.

Já a densidade teórica fornece o número de associações que uma determinada categoria possui com outros conceitos. Onze conceitos (como, “A quantia de informações divulgadas aumentará gradualmente”, “O *disclosure* é um caminho sem volta”, “A transparência é muito importante”) estão associados à categoria “O benefício da norma dependerá da profundidade do *disclosure*”.

A categoria exemplificada “Problemas de *disclosure*” é um código abstrato, pois está associado a três outros códigos (sua densidade teórica), sem estar ligado a alguma citação (por isso sua densidade empírica é zero).

Analisando as entrevistas, nota-se que o benefício da norma de informações por segmento dependerá da profundidade do *disclosure*. Para Papellás, da Deloitte, “se o relatório for bem feito, o usuário terá a chance de ter *insights* sobre operações da entidade, fato que não possui hoje, e a decisão tomada pode ser diferente. O benefício da norma dependerá do interesse do usuário final, pressão dos usuários, regulamentação, como o novo mercado da Bovespa e a pressão internacional”.

O sócio de auditoria também considera que a pressão por transparências nas demonstrações financeiras é um processo sem volta. Nessa mesma linha está o executivo do Banco Itaú:

“Sem dúvida, a informação por segmentos será muito produtiva, haverá criação de valor para o processo de *disclosure*. É preciso ter em mente que não há volta quando se faz um *disclosure*, os concorrentes adoram. O Itaú possui *disclosure* mais aprofundado que o dos concorrentes. Fazemos por negócio, não por região geográfica. Os concorrentes ainda não chegaram ao mesmo nível de transparência. Se os concorrentes abrirem mais suas informações, o Itaú poderá avançar ainda mais em suas divulgações” (Silvio de Carvalho).

Vanessa Miranda acredita que a norma IFRS 8 poderá formalizar o processo de *disclosure* de informações sobre os negócios da empresa: “tais informações não são divulgadas ou são comentadas de forma não organizada no relatório de administração e no *site* das empresas. Os analistas, até então, precisavam montar um quebra-cabeça”.

Os preparadores de demonstrações financeiras não são unânimes em relação a avaliar qual será a tendência de divulgação de informações para o futuro. Silvio de Carvalho acredita que há uma tendência de redução no nível de *disclosure*. O executivo do Itaú considera que os bancos internacionais têm fechado o *disclosure*, principalmente das operações de tesouraria, e ainda acrescenta que, para ele, os Europeus e os Americanos têm relatórios anuais pobres em termos de segmentação.

Para Severini e Toffanello, entretanto, a quantia de informações divulgadas aumentará gradualmente. O executivo da Vale acredita que “há uma reação quase natural dos responsáveis pelas áreas de negócio de reduzir as informações a serem divulgadas alegando questões de confidencialidade e uso dessas informações pelos concorrentes. Mas no longo prazo isso vai melhorar muito”. Na mesma linha, o preparador de demonstrações financeiras da Gerdau, considera que “as empresas vão divulgar pouco no começo esse tipo de informação, é uma questão cultural, o tempo vai ensinar”.

De acordo com os entrevistados, nota-se que a divulgação de informações por segmento proporciona um aumento de valor para o processo de *disclosure* das instituições, mas o seu benefício dependerá da profundidade que essa evidenciação for efetuada.

Toffanello e Frezatti enxergam, porém, problemas relativos à divulgação dessas informações. O executivo da Gerdau acredita que empresas com negócios muito segmentados poderão ter problema de *disclosure*; porém para o Professor da USP “não é adequado dar a mesma informação a usuários diferentes. Para a Contabilidade financeira, a iniciativa é válida, representa um esforço para diminuir a assimetria informacional”.

4.1.2 Excesso de dados nas informações divulgadas

Figura 6 - Excesso de detalhe nas informações divulgadas

Alguns respondentes dessas entrevistas citaram um fator negativo, ligado à norma de segmentação e o seu enfoque gerencial: o excesso de detalhes das informações divulgadas. Vanessa Miranda, analista de crédito do Banco do Brasil, acredita que “analistas não gostam de muitos detalhes. A informação detalhada dificulta a comparabilidade”. O preparador de demonstrações financeiras da Vale, Marcus Severini, também possui uma opinião similar sobre o assunto; “o excesso de dado nem sempre é adequado, ele pode confundir os usuários”.

Marcelo Costa acrescenta que “informações com muito detalhe acabam atrapalhando, e nesse caso, podemos encontrar muita quantidade com baixa relevância. Aí, se o analista não tem

experiência, ele pode tomar a decisão incorreta”.. Reinaldo Guerreiro, por sua vez, acredita que “o usuário olha tantos dados e não consegue tomar decisão com aquilo”.

O auditor da KPMG, Aquiles Bergamini, faz considerações nessa mesma linha a respeito:

“Mesmo que as empresas divulguem todas as informações que divulgariam caso estivessem analisando o negócio com os olhos da gerência, informações excessivamente detalhadas e fora do contexto podem não ser entendidas corretamente. As divulgações contábeis devem se prestar a proporcionar um sumário relevante que seja útil aos usuários e não necessariamente um detalhamento de cada transação ocorrida. Quanto mais informações uma empresa fornece, maior é a capacidade de esconder fatos relevantes”.

Reginaldo Alexandre, APIMEC, considera, entretanto, importante um maior detalhamento das informações, desde que apresentadas de uma forma adequada. O analista acrescenta que “se a empresa não apresenta informação adequada, ela é punida pelo mercado. É pecado mortal o *guidance* não cumprido, por isso ele deve ser realista, fazer sentido para empresa”.

Caberá aos preparadores de demonstrações financeiras, em parceria com os analistas e auditores, estabelecer um nível adequado de informações a serem divulgadas, para que os usuários das demonstrações financeiras possam analisar os negócios de maneira adequada. Com o tempo, pressão da sociedade por transparência, mudança cultural, profissionalização das análises contábeis, poderá haver mudanças de percepção dos diferentes *stakeholders* relativas à quantidade de informações divulgadas.

4.1.3 Exigência de mudança cultural

Figura 7 - Exigência de mudança cultural

Os analistas entrevistados neste trabalho possuem acesso privilegiado às informações das empresas preparadoras de demonstrações financeiras. Eles podem sugerir à área de relações com investidores algumas alterações nos relatórios que serão divulgados e também pedir aos administradores detalhes sobre uma determinada operação.

Mesmo assim eles acreditam que a transparência e a divulgação de informações relevantes sejam fundamentais:

“Quando uma empresa é transparente e divulga muita informação, podemos fazer perguntas mais objetivas, com isso usamos menos o tempo da alta gerência para explicar alguns fatos. As nossas reuniões tornam-se muito mais produtivas quando existe mais informação. É difícil mensurar esse valor, muitas empresas não possuem essa noção. Isso facilita o trabalho da empresa, as informações ficam organizadas e sistemáticas. O relacionamento com os diferentes públicos melhora. Nós da Standard & Poor's somos considerados *insiders*, pois temos acesso à informação privilegiada, mas defendemos a transparência. Quanto mais transparente, maior o *disclosure*, o relacionamento fica melhor, mais eficiente. Além disso, aumenta-se o nível de confiabilidade e segurança no comitê onde o *rating* é decidido” (Marcelo Costa, Standard & Poor's).

Um fator limitante aos benefícios da divulgação de informações por segmento relaciona-se ao que o Prof. Ariovaldo dos Santos chamou de “sub-aproveitamento das demonstrações financeiras”. Ele acredita que é necessário fazer um projeto no Brasil para ensinar as pessoas a utilizarem as demonstrações.

Marcus Severini também concorda com o acadêmico:

“No Brasil, a norma de informações por segmentos servirá para alavancar o aprendizado de alguns analistas de demonstrações financeiras. Nós não possuímos tradição de análise devido a um histórico de efeitos cambiais e monetários. Estamos começando a aprender a analisar os balanços. Mundialmente as pessoas estão mais preparadas, conseguem entender e captar os movimentos naturalmente”.

Carlos Kawall também possui a mesma opinião. Para o executivo da Bovespa, os analistas fazem uso de hipóteses mais simplificadas para as suas projeções e muitas vezes deixam de usar certas informações fornecidas pelas empresas para as suas estimativas.

4.1.4 Divulgação de informações confidenciais

Figura 8 - Divulgação de informações confidenciais

A preocupação com a divulgação de informações privilegiadas é uma constante no que tange aos *disclosure* de informações por segmento, critérios de mensuração internos, e enfoque gerencial.

Toffanello, da Gerdau, acredita que a preocupação com a divulgação de certas informações para a concorrência é um problema que será resolvido no longo prazo: “empresas com negócios muito

segmentados poderão ter problema de *disclosure*. As empresas vão divulgar pouco no começo este tipo de informação, é uma questão cultural, o tempo vai ensinar”.

Na mesma linha do executivo da Gerdau está o Prof. Welington Rocha, para ele, “no longo prazo, o poderá haver um maior nível de detalhamento. À medida que as empresas abrirem as suas informações, as outras empresas perceberão e também o farão. Será um avanço gradual”.

Severini, preparador de demonstrações financeiras da Vale, conta que no começo teve resistências internas ligadas à divulgação de informações por segmento ao mercado: “na Vale, já divulgamos essa informação há um longo tempo, mas tivemos que vencer uma certa resistência das pessoas, as áreas de negócio pressionavam a Controladoria a não abrir essas informações”.

Para os auditores, essa é uma forte preocupação, principalmente devido à cultura brasileira. De acordo com Bergamini, ao aumentar o nível de detalhes, há o risco de se exigirem informações confidenciais que podem prejudicar o negócio, portanto as empresas evitarão divulgações excessivamente comprometedoras.

Todos os preparadores de demonstrações financeiras entrevistados neste trabalho informaram que atualmente não possuem problemas relativos à divulgação dessas informações, e que a informação reportada é a mesma que utilizada internamente nas suas instituições.

Com relação à divulgação baseada em critérios de mensuração internos, o analista da Standard & Poor's acredita que elas não serão evidenciadas em muitas empresas: “creio que as empresas não vão querer divulgar os seus critérios de alocação, razões de segmentação, como, por exemplo, questões tributárias”.

Essa preocupação, segundo, Amador Rodriguez, da Serasa, não faz muito sentido, pois se tratam de questões do dia-a-dia das empresas e não possuem um caráter estratégico:

“As empresas no Brasil adoram dizer que as informações são estratégicas como desculpa para não divulgarem. As únicas informações estratégicas, em minha opinião, são: (i) lançamento de novos produtos, inexistentes no mercado, (ii) intenção de compra de outras empresas e (iii) intenção de entrar

em um novo mercado. Todas as outras informações não são estratégicas e fazem parte da condução natural dos negócios”.

O executivo da Serasa considera que as informações por segmento não são consideradas confidenciais e devem ser divulgadas naturalmente. Os preparadores de demonstrações financeiras entrevistados dizem não temer a divulgação de tais informações. O executivo da Gerdau relata que um dos valores da empresa é a “seriedade com todos os públicos”, e com isso há um discurso de performance para o mercado consistente com o do público interno. Bruno Melo, da Petrobrás, considera que “divulgamos da mesma maneira que analisamos a informação internamente”.

Silvio de Carvalho acredita que o Banco Itaú possui um nível de transparência mais aprofundado que o dos seus concorrentes:

“Para mim, a transparência é sempre bem vinda. O Itaú possui *disclosure* mais aprofundado que os dos concorrentes. Se eles abrirem mais suas informações, o Itaú poderá avançar ainda mais em suas divulgações. Sempre analisamos o momento oportuno para o aumento de informações para os investidores. Não há um *gap* entre o que é feito no Brasil e o que se faz nos grandes bancos internacionais de mercado mais desenvolvidos. Os europeus e os americanos têm relatórios anuais pobres em termos de segmentação, e tenho observado que os bancos internacionais têm fechado o *disclosure*, principalmente das operações de tesouraria. Encaro esse fato como um retardamento da evolução mundial na forma de se medir risco”.

Um fator importante ligado à evidenciação de informações baseadas em um enfoque gerencial é que para muitos entrevistados o *management approach* poderá servir como “válvula de escape” para a não divulgação de algumas informações.

Sobre esse assunto o Prof. Reinaldo Guerreiro considera que “as empresas vão interpretar a norma a seu favor e irão divulgar o mínimo necessário”. Bruno Melo, da Petrobrás, também trata desse tema: “um problema da norma é que as empresas divulgam só o que elas querem, selecionam as informações”.

Nesta mesma linha o Prof. Frezatti considera que:

“a norma é interessante, mas as empresas não possuem a intenção de mostrarem essas informações aos seus concorrentes. Tais informações poderiam fomentar um ataque dos concorrentes nas empresas. Mostrar os segmentos da mesma forma que a gerência analisa internamente é dizer que a empresa pode

evidenciar do jeito que ela quiser, pensando em não divulgar informações importantes para os concorrentes. Creio ainda que a empresa faça o relatório de segmentação dentro das suas possibilidades, não existirá um conflito interno”.

O trabalho do auditor será importante para amenizar a questão mencionada da válvula de escape. Ele precisará avaliar, de acordo com Papellás, se faz sentido a informação divulgada em relação ao que é feito internamente.

4.1.5 Comparabilidade das informações

Figura 9 - Comparabilidade das informações

Uma das principais críticas relativas à norma de informações por segmento, e principalmente ao *management approach*, relaciona-se à questão da comparabilidade das informações entre as empresas de um determinado setor, e ao *trade-off* entre comparabilidade e relevância do relatório.

De fato, a preocupação com a comparabilidade fez-se presente nas respostas dos entrevistados, pois acreditam que a possibilidade de a empresa escolher o tipo de segmentação a divulgar em seu relatório, pensando no critério que utiliza para a tomada de decisões internas, possa prejudicar a comparabilidade entre empresas de um mesmo setor ou mesmo entre setores diferentes. Reinaldo Guerreiro explica que “o relatório não dá para ser comparado, a não ser que empresas do mesmo ramo façam o mesmo tipo de segmentação”.

Outro fator que impossibilita a comparabilidade, segundo entrevistados, é o excesso de informações do relatório. Segundo Vanessa Miranda, analista de crédito do Banco do Brasil, “analistas não gostam de muitos detalhes. A informação detalhada dificulta a comparabilidade”.

Amador Rodriguez, da Serasa, também concorda com esse ponto e acrescenta que “existem escalas diferentes de detalhamento de informações, e isso pode ser um ponto preponderante na comparabilidade de informações entre as empresas”.

A dificuldade de comparação é ainda acentuada com a possibilidade de confeccionar o relatório usando critérios de mensuração internos. De acordo com o Prof. Reinaldo Guerreiro, “isso leva à total impossibilidade de comparação. Só se comparam coisas padronizadas”. Para resolver essa questão, será preciso uma nota explicativa bem detalhada com a conciliação entre as informações gerenciais apresentadas e as políticas contábeis do IFRS.

O posicionamento do Professor coincide com o ponto de vista do EFRAG. Para esse órgão, as mudanças na norma relativa aos critérios de mensuração interno diminuem a comparabilidade. Porém tal critério não deve ser visto de forma isolada e restrita. O *trade-off* entre relevância e comparabilidade deve ser aceito.

Muitos respondentes consideraram que a percepção particular de cada empresa sobre a “relevância” das informações divulgadas é mais importante que a questão da “comparabilidade”. O IASB define que uma informação tem a qualidade de ser relevante quando influencia a decisão econômica dos usuários.

Bruno Salotti, professor da USP, acredita que “no curto prazo, o relatório de Informações por Segmentos será incomparável. Nesse caso, a relevância, entendida como a administração toma as suas decisões, é mais importante que a comparabilidade”. Reinaldo Guerreiro acrescenta: “para pessoas ligadas à área de contabilidade gerencial, a relevância é mais importante que a comparabilidade. Deve-se comparar com grandes números e não com detalhes”.

Sobre essa mesma questão, Vanessa Miranda e Welington Rocha também consideram que a relevância é preferível em relação à comparabilidade. Porém o Prof. Bruno Salotti lembra que “a estrutura conceitual do IASB considera que as informações qualitativas não devem ter peso, todas devem possuir a mesma importância”

A grande maioria dos respondentes deste trabalho acredita que no futuro o problema da comparabilidade estará resolvido, pois as empresas preparadoras identificarão qual o critério de segmentação que está sendo utilizado pela maioria das empresas do mesmo setor e farão os seus relatórios da mesma maneira.

Além disso, haverá uma pressão do mercado, por meio dos analistas de crédito e investidores, para se divulgarem informações utilizando-se de um critério de identificação dos segmentos comparável.

De acordo com o Prof. Ariovaldo dos Santos, “com bom senso, as empresas farão coisas semelhantes. Empresa de saneamento, por exemplo, vai segmentar por água e esgoto. Há uma tendência de uniformidade no longo prazo. Isso dependerá da importância da empresa, Ltda, S/A de capital aberto, porte, etc”.

“Em um primeiro momento, a relevância será importante, uma vez que as empresas não possuem informações sobre as outras. Depois, o mercado irá pressionar para que empresas que publicam de uma maneira diferente passem a fazer esse relatório da mesma forma que o setor. As informações incomparáveis podem ser mal interpretadas pelo mercado, podendo trazer prejuízo na avaliação da empresa” (BRUNO SALOTTI).

Muitos analistas possuem acesso à área de relações com investidores das empresas preparadoras de demonstrações financeiras e conseguem pedir certas alterações nas informações que serão divulgadas: “nas empresas de capital aberto, a área de relações com investidores escuta muito as nossas sugestões. Geralmente os bancos, agências de *rating*, investidores começam a pedir certas informações, e quando estas se tornam constantes, passam a ser divulgadas anualmente. Tal área, quando funciona corretamente, tenta sempre aprimorar o nível de informação divulgada”, considera o analista da Standard & Poor's.

Um problema que surge dessa pressão por homogeneização no que tange à identificação dos segmentos está ligado à perda do principal benefício trazido pelo *management approach*. As empresas, dessa maneira, deixarão de segmentar o negócio seguindo a mesma estrutura adotada gerencialmente e passarão a segmentá-lo seguindo uma tendência de mercado.

Dessa forma, a vantagem do enfoque gerencial, que é poder fazer a segmentação de forma que reflita a essência das atividades da empresa, será reduzida com a homogeneização a longo prazo, fruto da pressão do mercado por comparabilidade.

Outros respondentes acreditam que o problema da falta de comparabilidade poderia ser resolvido caso a empresa divulgasse as suas informações utilizando-se de mais de um critério de segmentação. Marcelo Costa considera que “por experiência própria, creio que as empresas devem ter outras formas de fazer a segmentação, não apenas a maneira como divulga. A empresa divulga por produto, mas internamente tem por cliente, região, etc”.

O analista da Serasa também concorda com essa afirmação e ressalta que “as empresas fazem internamente diversas segmentações, elas poderiam divulgar relatórios com segmentação por produto, cliente, região, mas com um grau de detalhamento menor. Não apenas escolher uma única forma de segmentação”.

Porém essa sugestão esbarra em questões, como o problema encontrado pelas empresas em relação à divulgação de informações privilegiadas, aumento dos gastos de preparação e *disclosure* do relatório, além da dificuldade de análise trazida pelo excesso de informações.

Para Reginaldo Alexandre, entretanto, não haverá perda de comparabilidade com a aplicação do IFRS 8. O analista da APIMEC considera que existirão outras maneiras de fazer a comparação dos relatórios.

Reginaldo acredita que será possível comparar a informação consolidada com os seus diversos segmentos, comparar os segmentos entre si, e ainda comparar um segmento com uma empresa especialidade neste tipo de serviço. Para o analista, os usuários ganharam comparabilidade.

4.2 Analisar a qualidade das informações contábeis e identificar possibilidades de aperfeiçoamento da norma

4.2.1 Benefícios das informações por segmento

Figura 10 - Benefícios das informações por segmento

Figura 11 - Melhorias nas análises econômicas

De acordo com a análise das entrevistas, os benefícios da norma de informações por segmento podem ser divididos em 4 categorias:

1. Possibilidade de estudos acadêmicos com essas informações;
2. Capacidade de realizar projeções sobre a geração de fluxos de caixa futuros;
3. Aumento do poder de negociação com fornecedores, clientes, e conhecimento de todos os elos da cadeia de valor;
4. Melhor análise sobre a situação da empresa, os seus negócios, investimentos, riscos, mercado, estratégias.

O Professor Welington Rocha ressalta a importância da divulgação de informações por segmento relativas à Gestão Estratégica de Custos:

“Para análise de custos de concorrentes, essa norma é um passo importante, permitirá o entendimento de seus custos, informações econômico-financeiras, patrimoniais. A norma permitirá a análise de clientes e fornecedores e toda a sua cadeia de valor. Aumentará meu poder de negociação com os fornecedores, por exemplo”.

Vanessa Miranda acredita que a norma poderá contribuir para uma maior utilidade das demonstrações financeiras com informações sobre risco de concentração, tanto de ramo de negócio, quanto de região, além de fornecer uma visão da evolução do negócio e resultado de cada segmento.

Papellás ressalta que a informação extraída do relatório poderá fornecer *insights* sobre as operações da entidade, e a decisão tomada pelos usuários dessas demonstrações financeiras pode ser diferente.

O benefício citado por Papellás também foi considerado por Flávio Peppe e por todos os analistas entrevistados. Todos eles acreditam que a principal vantagem da análise das informações oriundas da aplicação da norma IFRS 8 reside em poder entender a lógica e a razão de ser dos negócios das empresas.

Kawall considera que a implementação da norma exigirá uma postura mais pró-ativa do acionista para entender suas opções, estratégias, prioridades, investimentos e desempenho dos seus segmentos. A importância do relatório, para Marcelo Costa, é entender a representatividade de cada negócio para a empresa: “os analistas precisam entender a razão de ser de cada segmento”. Além disso, todos os analistas de demonstrações financeiras entrevistados neste estudo acreditam que uma importante utilidade da divulgação de informações por segmento em suas atividades de análise é a capacidade de o relatório auxiliar na previsão de movimentos futuros nos negócios das empresas.

Os benefícios da norma de informações por segmento dependem, contudo, da profundidade do *disclosure*, qualidade da informação gerada, implementação da norma, auditoria das informações contábeis, profissionalização das análises.

4.2.2 Problemas com a implementação da norma

Figura 12 - Problemas com a implementação da norma

No que diz respeito à preparação das informações por segmento, Sir David Tweedie considera que a utilização do *management approach* permitirá divulgar as informações em tempo hábil, com um pequeno custo extra, uma vez que tais informações já estão disponíveis internamente.

Porém não é o que acreditam os preparadores de demonstrações financeiras entrevistados. Silvio de Carvalho não concorda que haja um pequeno custo extra, para ele, “ao adotar esse procedimento, estamos fazendo divulgações adicionais. O custo marginal não é tão alto, mas vai aumentando à medida que mais dados e mais detalhes são divulgados”.

O executivo da Petrobrás considera que o relatório não é rápido, nem fácil de se produzir: “há muito trabalho para segmentar. Se decidirmos mudar o critério de segmentação, deveremos refazer os dados passados para ter consistência. O número de informações e seus detalhes são altos”.

O sócio de auditoria, Flávio Peppe, acrescenta um ponto que pode aumentar os custos na elaboração do relatório. Para ele, os sistemas de contabilidade, nas empresas, não estão parametrizados para essa quebra por segmento. Muitas empresas gastaram muitos esforços para a configuração seguindo os requerimentos da antiga IAS 14 e agora terão que fazer novas mudanças.

Bergamini, da KPMG, concorda com esse ponto relativo ao aumento de custos com os sistemas contábeis: “as empresas que adotaram as IFRS em 2005 gastaram considerável tempo e esforço para o entendimento do IAS 14 e, agora, estão novamente envolvidas num trabalho árduo de adaptação de suas informações. Mas a tendência no Brasil é não sentirmos mudanças, pois a adoção efetiva das IFRS, em 2010, já será pela norma atual”.

Um outro problema relacionado à implementação da norma é que ficará evidente, de acordo com Welington Rocha, que muitas empresas não possuem critérios gerenciais, muito menos critérios econômicos de mensuração. Muitas instituições utilizam-se dos mesmos valores da contabilidade societária para a tomada de decisão interna.

Nessa mesma linha, Silvio de Carvalho considera que “poderá haver um *gap* nos bancos menores com contabilidade gerencial menos desenvolvida. Para esses casos, poder-se-ia requerer uma implementação gradual da norma”.

O Professor Bruno Salotti recomenda um guia prático para ajudar na implementação da norma para as empresas brasileiras. Para ele, seria importante colocar mais exemplos práticos, com impactos no dia a dia, na forma de guia de implementação: “a Europa já está acostumada a ler a norma, o Brasil não”. Bergamini cita ainda um guia prático relativo aos critérios de agregação e aos critérios de mensuração internos.

Todos os auditores e acadêmicos entrevistados citam problemas relativos à implementação da norma IFRS 8 no Brasil. O sócio da Ernst & Young enxerga problemas para a parametrização dos sistemas contábeis. Bergamini e Guerreiro consideram que a divulgação de informações

detalhadas pode ser prejudicial. Papellás ressalta a importância de critérios objetivos para a transferência entre segmentos.

O Professor Ariovaldo identifica o sub-aproveitamento das análises de demonstrações financeiras, enquanto o Professor Bruno ressalta a dificuldade de implementação no Brasil devido à essência *principless-based* do IFRS. Contudo, o Professor Frezatti enfatiza os problemas de fornecer a mesma informação a usuários diferentes. Welington Rocha enfatiza, por fim, o não amadurecimento da informação gerencial em muitas empresas.

4.2.3 O uso de critérios quantitativos

Figura 13 - O uso de critérios quantitativos

Muitos respondentes do *Exposure Draft* da norma IFRS 8 alegaram que os testes quantitativos dos 10% e 75% utilizavam-se de um enfoque *rules-based* em detrimento ao *principless-based approach*. Emmanuel et al (1999) fazem críticas aos limites quantitativos, ao dizerem que essas regras não melhoram a qualidade do *disclosure*. Menos de 25% dos preparadores dos relatórios

de informações por segmento, da amostra selecionada no estudo dos autores, aplicavam a regra dos 10%.

Porém os respondentes dessas entrevistas acreditam que há flexibilidade no uso dos critérios quantitativos. Eles são adequados, de uma maneira geral, e servem como um guia de orientação, muito embora a empresa possa utilizar um outro critério, caso acredite que ele espelhe melhor a sua realidade econômica.

Para exemplificar a questão da flexibilidade no uso desses critérios, o executivo da Petrobrás, Bruno Melo, cita que há 5 anos estava entrando em um novo nicho de mercado, área de gás e energia: “considerávamos essa informação relevante e a divulgávamos”.

Os preparadores de demonstrações financeiras da Gerdau, Vale e Itaú acreditam que esses critérios são importantes e adequados. Severini, da Vale, considera porém que eles foram criados pelo IASB “para evitar que empresas criem instrumentos para evitar certas divulgações”.

Os auditores da Ernst & Young e KPMG acreditam que os critérios percentuais estabelecidos nas normas são importantes para permitir comparabilidade. Porém, o sócio da Deloitte considera que esses critérios são um *guideline* útil no Brasil, pois a “tendência do país hoje é fazer o mínimo obrigatório”.

A aplicação desses critérios no cenário brasileiro também foi comentada pelo Prof. Bruno Salotti, para quem “no Brasil poderá haver uma dificuldade, uma vez que as empresas levam os percentuais muito a sério. Mas a norma deixa claro que o que vale é o princípio, o que a gerência acredita que pode ser útil. Os critérios quantitativos estão lá para ajudar. O auditor deve fazer a avaliação de qual segmento poderia ser incluído”.

Para a grande maioria dos entrevistados, não há problemas relacionados ao uso dos critérios quantitativos. Eles são considerados adequados, flexíveis, servem como guia de orientação para as empresas para a divulgação de informações, são importantes por permitirem a comparabilidade das informações.

4.2.4 O uso de critérios gerenciais de mensuração

Figura 14 - O uso de critérios gerenciais de mensuração

Com a norma IAS 14, as entidades utilizavam como mensuração as IFRS, porém a nova norma faz uso de mensurações internas. O resultado dessas modificações, segundo o EFRAG, é que os usuários das demonstrações financeiras poderão conhecer o negócio como ele realmente é. Outra implicação, entretanto, será que tais informações poderão ser preparadas de maneira diferente das principais demonstrações financeiras da organização, com critérios diferentes daqueles recomendados pelo IASB.

Esse fato é visto com bons olhos pelos respondentes desta pesquisa. Prof. Bruno Salotti considera que “isso é algo positivo, pois agrega informação para o analista externo. Porém a nota explicativa que pede a reconciliação com o contábil deve ser muito bem feita. Os usuários precisarão entender bem”.

Os analistas Marcelo Costa e Amador Rodriguez também relatam a questão da reconciliação com o contábil. Eles acreditam que esse fato levará a um aumento no número de conversas dos analistas com a administração da empresa para entenderem os ajustes.

O Prof. Welington Rocha também aprova tais critérios: “isso é extremamente positivo. A aproximação das duas contabilidades é muito bem vinda. Um problema é que ficará evidente que muitas empresas não possuem critérios gerenciais, e que se utilizam da contabilidade financeira para a tomada de decisão interna”.

Carlos Kawall, na mesma linha do acadêmico da USP, acredita que quanto mais próximo a informação estiver da contabilidade gerencial, melhor é para os analistas.

A analista do Banco do Brasil acredita que “o uso de medidas internas ajuda a enxergar a empresa com os olhos da administração, ver a realidade. É possível fazer análises a partir da visão da administração. Os problemas são a subjetividade e a perda de comparabilidade com outras empresas que utilizam critérios diferentes”.

O problema da falta de comparabilidade é também abordado pelo Prof. Reinaldo Guerreiro. Para ele, o uso de critérios de mensuração internos leva à total falta de comparabilidade.

Com relação à subjetividade apontada por Vanessa, Papellás, da Deloitte, ressalta que “deverá ser analisado se há fatores objetivos para fazer alocação dos custos e despesas entre segmentos. A alocação precisa de um critério objetivo e comprovável”.

Sendo o critério objetivo e comprovável, a divulgação de informações sobre as transações entre segmentos, bem como os seus preços de transferência, são muito importantes para as análises dos negócios. Toffanello considera que tal fato agrega valor para as análises e possibilita conhecer a rentabilidade de cada operação. Silvio de Carvalho julga o preço de transferência como fundamental para a análise de cada um dos segmentos de uma instituição.

Para Flávio Peppe, “os critérios gerenciais de mensuração foram a solução encontrada, pois os sistemas contábeis das empresas não são parametrizados para a segmentação. Isso é um ponto positivo, mas deve ser usado com certa cautela. Se a empresa mudar um critério de alocação, ela pode mudar o resultado do negócio”.

O Prof. Frezatti e Marcelo Costa, porém, acreditam que as empresas não vão querer divulgar esse tipo de informação aos seus concorrentes devido à questão de confidencialidade.

Um ponto importante no uso e divulgação de critérios de mensuração internos é a possibilidade de estudos acadêmicos. Sobre isso, o Prof. Ariovaldo dos Santos considera que “essa informação pode ser importante para análises. Quando se comparam valor de mercado e custo histórico, podem-se avaliar as diferenças que isso pode causar, e saber se as consequências são ou não relevantes”.

4.3 Discutir o fenômeno da vinculação da contabilidade financeira à contabilidade gerencial

4.3.1 O uso do *management approach*

Figura 15 - O uso do *management approach*

Os entrevistados consideram que o *management approach*, quando evidenciado de maneira adequada, possibilita fornecer informações detalhadas sobre a empresa, melhorando a comunicação sobre o gerenciamento dos negócios e agregando valor para o processo de análise. A gerência, por estar no dia a dia dos negócios, consegue identificar o critério de segmentação adequado.

Não há como travar a liberdade de se escolher o critério de segmentação. Cada empresa tem uma estrutura diferente. Ninguém melhor que o gestor para entender a companhia e os seus segmentos. A empresa tem a liberdade de escolher a sua metodologia, isso melhora a comunicação, pois vai refletir realmente os seus negócios. A intenção é deixar o relatório mais aderente possível à realidade da companhia (BRUNO MELO).

Para o executivo da Petrobrás, o benefício do *management approach* está em permitir o acesso a informações que anteriormente não eram divulgadas: “consegue-se com isso captar os riscos, investimentos futuros, prospecções, estratégias. É possível saber se a empresa está aderente a seu plano estratégico, os usuários podem acompanhar se a empresa está seguindo o seu planejamento”.

Carlos Kawall aponta que o enfoque gerencial melhora as informações utilizadas pelos analistas: “quanto mais se aproximar do critério gerencial, e maior transparência houver, mais os analistas ganham. A contabilidade precisa ser feita dentro de algumas regras, e isso oculta algumas questões que são evidenciadas pela maneira gerencial”.

Silvio de Carvalho acredita que com o enfoque gerencial há melhora na comunicação sobre o *management* do negócio, mas considera que essa melhora depende da profundidade do *disclosure*. Adicionalmente, a analista do Banco do Brasil considera que tal benefício só será realizado em longo prazo: “quando existirem informações sobre vários anos, será possível analisar o gerenciamento dos negócios”.

4.3.2 Vinculação da contabilidade gerencial à financeira

Figura 16 - Vinculação da contabilidade gerencial à financeira

Analisando as respostas dos entrevistados deste trabalho, nota-se que os benefícios da vinculação da contabilidade gerencial à financeira referem-se à uniformidade de prática e maior nível de *disclosure*.

Para o executivo da Gerdau, o benefício maior de vincular a contabilidade gerencial à financeira é a uniformidade de prática: “é complexo, difícil, a empresa ter um discurso de performance para o público interno e outro para o mercado. Um valor da Gerdau é ‘seriedade com todos os públicos’ , por isso temos uma base de dados consistente”.

Marcus Severini concorda com o posicionamento da Gerdau. O preparador de demonstrações financeiras da Vale considera que “a vinculação é muito útil para não contar uma historinha mentirosa”.

Porém, para Silvio de Carvalho, os benefícios da vinculação da contabilidade gerencial à financeira estão ligados a maiores níveis de *disclosure*. Na mesma linha do preparador de demonstrações financeiras do Itaú está Bruno Melo, da Petrobrás. Ele acredita que essa vinculação permite o acesso a informações que anteriormente não eram divulgadas, e os usuários das informações contábeis conseguem com isso captar os riscos, investimentos futuros, prospecções, estratégias da empresa: “é possível saber se a empresa está aderente ao seu plano estratégico, os usuários podem acompanhar se a empresa está seguindo o seu planejamento”.

Kawall, da Bovespa, também defende a idéia do aumento na qualidade e quantidade de informações com a vinculação: “é difícil entender olhando só para a contabilidade financeira como a empresa está sendo administrada sob uma ótica gerencial”.

Reinaldo Guerreiro considera a aproximação das duas contabilidades muito bem vinda: “um problema é que ficará evidente que muitas empresas não possuem critérios gerenciais, que não possuem critérios econômicos de mensuração. Muitas empresas utilizam os mesmos valores da contabilidade financeira para a tomada de decisão interna”.

Os benefícios da vinculação limitam-se à qualidade dos dados gerenciais das empresas. Se a empresa toma decisões baseada na sua contabilidade financeira, provavelmente a sua contabilidade gerencial não deve ser muito aprimorada, e certamente não fornecerá informações úteis para a tomada de decisão dos usuários externos. Outros empecilhos da vinculação, encontrados nas respostas dos entrevistados, relacionam-se à divulgação dos dados gerenciais, considerada por muitos algo confidencial e divergências de interesses entre os usuários.

Amador Rodriguez ressalta um problema da vinculação ligado à questão de como esses dados gerenciais serão repassados ao usuário das demonstrações financeiras, uma vez que serão necessárias adaptações para que essas informações sejam corretamente entendidas pelos usuários e para que não prejudiquem a análise e a tomada de decisão de investimento.

O professor de contabilidade da USP, Fábio Frezatti, acredita que há uma expectativa de uma parte do mercado achando que a IFRS vai trazer uma maior aproximação da contabilidade

gerencial. Mas para ele, é muito difícil essa vinculação acontecer na prática: “não é possível dar a mesma informação a usuários diferentes”. O professor acredita que algumas informações não são interessantes para a contabilidade financeira, como, por exemplo, preço de reposição futuro.

4.3.3 Outras informações gerenciais que poderiam ser divulgadas

Figura 17 - Outras informações gerenciais que poderiam ser divulgadas

Eis exemplos de informações oriundas da contabilidade gerencial das empresas que deveriam, segundo esses entrevistados, ser divulgadas, juntamente com aquelas constates nas demonstrações financeiras, para uma melhor análise da expectativa de fluxos de caixa futuros.

Quadro 10 - Exemplos de informações gerenciais

Preparadores de Demonstrações Contábeis	Bruno Melo	Petrobrás	Riscos geopolíticos e econômicos, investimentos futuros, prospecções, estratégias.
	Carlos Kawall	Bovespa	Base de custo, base de investimentos, planos, custos alocados, projetos, tipos de negócios. Não acredito que a divulgação de indicadores internos seja útil para a empresa. Até que pontos os indicadores internos são melhores que os externos?

Auditores de Demonstrações Contábeis	Flávio Peppe	Ernst & Young	A IFRS 8 cobre todas as informações gerenciais necessárias
	Aquiles Bergamini	KPMG	Situação do setor no Brasil, prazos, levantamento de capital, alterações nas condições de mercado, escassez de recursos, formas de financiamento.
Analistas de Demonstrações Contábeis	Vanessa Miranda	Banco do Brasil	Divulgação das premissas utilizadas pela empresa sobre o que acontecerá no futuro, taxas econômicas, tendência de faturamento, visão de futuro, perda de capacidade produtiva, expectativas de crescimento, vendas e lucro em determinada região e segmento.
	Reginaldo Alexandre	APIMEC	Informações sobre derivativos, guidance sobre os cenários econômicos, além de uma maior abertura, mais detalhes, das informações.
	Marcelo Costa	Standard & Poor's	A melhor projeção do mundo é a feita pela própria empresa. Estatísticas do negócio, indicadores de performance, quantidades vendidas, preços de venda, tipos de derivativos, projeções, estratégias, quando isso vai entrar em operação, estratégias de financiamento, projetos futuros para aumento da capacidade.
	Amador Rodriguez	Serasa	Indicadores gerenciais voltados ao ciclo operacional, como prazo médio de renovação de estoque, prazo médio de pagamento de compras, prazo médio de recebimento de vendas, além de outros, como necessidade de capital de giro, estrutura de capital, premissas sobre cenários econômicos

Acadêmicos	Ariovaldo dos Santos	USP - Contabilidade Financeira	Qualidade de ativos e passivos, risco, taxas de juros, valor presente, planos de investimento e formas de financiamento, estimativa de operação (como será o desempenho nos próximos anos).
	Bruno Salote	USP - Contabilidade Financeira	Cada segmento tem as suas variáveis-chaves, informações de volume, perspectivas de investimentos, etc.
	Fábio Frezatti	USP - Contabilidade Gerencial	Nível de investimento no futuro, quanto precisa de financiamento, informações sobre desenvolvimento de produtos, tempo de desenvolvimento, vida útil, quantos dos gastos estão ligados a treinamento e desenvolvimento de pessoas, expectativa da empresa em relação ao mercado, cenários dos próximos anos.
	Reinaldo Guerreiro	USP - Contabilidade Gerencial	Níveis de investimentos em pesquisa, condições de manutenção da capacidade intelectual, crescimento futuro do mercado e empresa, indicação de reposição da capacidade instalada, representatividade da depreciação.
	Wellington Rocha	USP - Contabilidade Gerencial	Estratégias da empresa, questões de qualidade e prevenção, investimentos em prevenção de falhas internas, estratégias em relação ao consumidor final.

4.3.4 Conciliação das informações gerenciais e societárias

Figura 18 - Conciliação das informações gerenciais e societárias

A conciliação das informações da contabilidade gerencial à contabilidade financeira é vista pelos preparadores de demonstrações financeiras entrevistados como algo que promove uma maior credibilidade para a informação. Todos os preparadores de demonstrações financeiras entrevistados consideram essa conciliação fundamental para se obter uma informação segura no processo de tomada de decisão em suas atividades.

Silvio de Carvalho, do Itaú, considera a conciliação da informação gerencial com a financeira fundamental: “no Itaú, ninguém acredita em uma informação que não esteja amarrada com a Contabilidade. A contabilidade gerencial ou reflete a informação contábil (no *bottom line*), ou é reconciliada”. O executivo cita a divulgação das informações financeiras trimestrais (IFTs), em que dados oriundos da contabilidade gerencial são evidenciados: “nas IFTs, usamos as informações gerenciais, mas todas essas informações são reconciliadas. Informamos os ajustes e a razão dos ajustes existirem, principalmente em relação às operações de Tesouraria”.

Na Gerdau, a conciliação da contabilidade gerencial e financeira está presente. Geraldo Toffanello considera que “hoje o resultado gerencial é igual ao resultado societário. E o padrão contábil é o IFRS”.

Severini, da Companhia Vale do Rio Doce, toma uma decisão somente com base em informações que estejam conciliadas com a Contabilidade financeira: “deve haver conciliação entre o gerencial e o financeiro. Quando não há, é uma questão de sorte não existir informação inadequada”.

Bruno Salotti ressalta a importância da reconciliação contábil no uso de critérios de mensuração internos na divulgação de informações por segmentos: “a nota explicativa que pede a reconciliação com o contábil deve ser muito bem feita para os usuários poderem entender bem as políticas contábeis internas”.

Mas nem sempre a conciliação é realizada. O sócio de auditoria da Ernst & Young cita um exemplo de um cliente: “em muitas empresas, a contabilidade gerencial é vinculada ao CDI, é em dólar, etc. Muitas informações não são conciliadas com a contabilidade. Tinha um cliente que colocava o seu imobilizado na contabilidade gerencial como despesa”.

Embora a maioria dos entrevistados acredite que a conciliação das informações da contabilidade gerencial à financeira promova maior confiabilidade ao processo de tomada de decisão, Amador Rodriguez, da Serasa, possui uma opinião diferente. O analista considera que em certos casos as informações não precisam estar conciliadas: “as informações gerenciais são complementares às informações societárias. Elas não precisam estar conciliadas com o contábil”.

4.3.5 Alterações no trabalho de auditoria

Figura 19 - Alterações no trabalho de auditoria

Com a vinculação da contabilidade gerencial à financeira, a auditoria passará por algumas modificações e ampliação de escopo, pois terá que analisar os processos realizados pela contabilidade gerencial.

O auditor precisará, segundo Peppe, entender como a informação para a nota explicativa foi gerada. Se o rateio for por horas/homens, por exemplo, ele precisará auditar esse processo. O trabalho será ampliado, mas a auditoria será a mesma: “aumentará a demanda para documentar os processos de geração dessas informações. Teremos que avaliar a confiança da informação gerada”.

O auditor também avaliará se as informações por segmento divulgadas pela empresa são realmente as utilizadas internamente para a tomada de decisão dos gestores da organização. Ele deverá avaliar se o *management approach* foi cumprido pelos preparadores de demonstrações financeiras.

Para Bergamini, da KPMG, “a tendência é um maior volume de horas e maior complicação, pois a auditoria é voltada para as informações contábeis, e não para informações gerenciais. Será um desafio para os auditores emitirem *assurance* sobre números não originados da contabilidade ‘oficial’”. Papellás, entretanto, não acredita que existirá essa maior complicação citada por Bergamini.

De acordo com o sócio de auditoria da Deloitte, os auditores terão um importante papel a cumprir: “não adianta dizer que é ‘ênfoque gerencial’, tentando ocultar alguma informação, se o auditor sabe que não é”:

“Para o auditor, não haverá muita complexidade, ele já olha a parte gerencial para identificar riscos e fazer planejamento de auditoria. A dificuldade relaciona-se em avaliar se faz sentido a informação divulgada em relação ao que é feito internamente. O resultado é suficiente e adequado para o leitor? Isso entra na área de julgamento profissional, estratégia e intenção da administração”. (PAPELLÁS, Deloitte).

Bruno Salotti, da USP, relata que o subjetivismo relacionado à divulgação dos segmentos pelas organizações pode ser um problema para a auditoria. Para ele, será muito difícil auditar a intenção, filosofia, de tomada de decisão da empresa. Para ilustrar essa afirmação, o professor da USP fornece um exemplo sobre o uso dos critérios quantitativos constantes na norma. Os percentuais sugeridos pela IFRS 8, para a identificação dos segmentos que serão evidenciados, estão lá para ajudar: “o auditor deverá fazer a avaliação de qual segmento poderia ser incluído”.

4.3.6 Há interface entre riscos, decisões empresariais, e formas de contabilização?

Figura 20 - Interfaces

Os entrevistados neste trabalho, de uma maneira geral, concordam que as interfaces, apresentadas nesta dissertação no capítulo 2.1, entre riscos empresariais a serem analisados pelos tomadores de decisão e os possíveis reflexos de tais riscos nos campos tanto da contabilidade gerencial quanto no da contabilidade societária ou financeira existem.

Para Silvio de Carvalho, “as interfaces existem, e entendê-las com detalhes constituem diferenciais, sendo o preço de transferência fundamental para a avaliação de cada um dos segmentos”. Marcus Severini também concorda com a existência das interfaces e acrescenta:

“Essas interfaces existem, mas às vezes não são identificadas de forma tão direta. Elas servem no mínimo de painel de controle, de indicador. Hoje, nas grandes empresas são poucas as coisas que a contabilidade não consegue captar. Creio que captem cerca de 90% dos efeitos. Em empresas menores, isso é algo mais complicado, há poucas pessoas, menos experiência”.

O sócio de auditoria da Deloitte considera que essas interfaces são naturais, qualquer administração pensa assim: “mas não sei o nível de qualidade da análise feita na empresa. Se uma empresa não toma uma ação, ela terá uma punição no futuro”. Para Bruno Salotti, “os riscos sempre impactarão a contabilidade e deveriam, desta forma, sempre estar refletidos nos números contábeis”.

O Prof. Ariovaldo dos Santos acredita, porém, que “a vinculação depende do porte e do tipo de empresa. Algumas empresas fazem isso de forma automatizada. Essas vinculações estão fora da realidade da maior parte das empresas brasileiras”. O executivo da Bovespa também concorda com o professor, para Carlos Kawall, “tais análises não são sempre feitas. Muitas destas informações são feitas de maneira oportunista, para gerenciar algum tipo de resultado”. Severini não acredita que parte das empresas brasileiras divulgue essas interfaces: “a minha dúvida está entre captar e divulgar”.

4.4 Proposições

A partir da análise indutiva realizada, o trabalho gerou duas proposições teóricas que serão explicadas a seguir.

4.4.1 Proposição 1

O fornecimento de informações gerenciais, desde que conciliadas com a contabilidade financeira, promove maior nível de disclosure e possibilita melhorias nas decisões econômicas e na capacidade de projeções, aumento no poder de negociação da empresa e uniformidade de práticas com as seus diferentes públicos.

Figura 21 - Efeitos positivos da vinculação

A proposição 1, gerada neste trabalho, refere-se aos efeitos positivos da vinculação da contabilidade gerencial à financeira. Quando informações gerenciais são divulgadas, há um aumento no nível de *disclosure* e maior detalhamento de algumas questões.

Um dos reflexos é a melhora nas análises econômicas. Os usuários das demonstrações financeiras, por meio dessas informações, conseguem aprimorar as suas análises de risco, além de aumentarem o entendimento sobre a performance da empresa, conhecendo a rentabilidade de cada negócio, sua representatividade, as prioridades de investimento, movimentos e estratégias da empresa. Além disso, é possível ainda compreender as regiões de atuação da empresa e os seus principais produtos.

É possível citar outro efeito positivo, a melhora na capacidade de fazer projeções sobre fluxos de caixa futuros e antever alguns movimentos. Há, portanto, um reforço qualitativo que expande a

visualização da empresa e leva as decisões econômicas dos usuários das demonstrações financeiras serem, em consequência das análises, melhoradas.

O aumento do poder de negociação da empresa com os seus *stakeholders* pode ser atingido por meio do relatório de informações por segmentos. Serão divulgadas informações sobre os elos da cadeia de valores, principais clientes, regiões e produtos. Ainda será possível ampliar as análises sobre custos dos concorrentes.

Conhecer os critérios internos de mensuração da empresa é também considerado um efeito positivo da vinculação. Além de permitir estudos acadêmicos sobre o assunto, esses critérios são muito importantes para analisar a empresa com os olhos da administração, além de contribuir para a *accountability* dos negócios por meio do conhecimento das políticas ligadas a preço de transferência e alocações de custos e despesas.

Esses critérios devem ser muito bem evidenciados em nota explicativa para não gerarem dúvidas aos usuários das demonstrações financeiras e para permitirem comparabilidade com empresas de outros setores. Além disso, as políticas internas devem ser objetivas e comprováveis, para se evitar, dessa forma, qualquer tipo de manipulação de resultado de um determinado segmento.

Outro reflexo encontrado está ligado à uniformidade de práticas entre os mais diversos usuários das informações contábeis. Não existiria, dessa maneira, nenhum *stakeholder* com informações diferenciadas, sejam eles internos ou externos à empresa. A democratização da informação sobre a situação econômico-financeira da empresa levaria a uma melhora no seu relacionamento com os mais diversos públicos.

Mas uma informação gerencial só será considerada importante e levada em conta no processo decisório dos usuários das informações contábeis, internos ou externos, quando ela é conciliada com a contabilidade financeira. A conciliação, portanto, fornece credibilidade à informação gerencial. Por isso, as empresas precisam divulgar, de maneira muito clara, os seus ajustes, impactos e justificativas.

4.4.2 Proposição 2

A divulgação de informações por segmentos, baseados em critérios gerenciais, exige um aumento de trabalho para elaboração, divulgação e auditoria, além de esbarrar em questões ligadas a confidencialidade da informação, dificuldade de análise e perda de comparabilidade.

Figura 22 - Efeitos negativos da vinculação

A segunda proposição gerada neste trabalho está ligada aos efeitos negativos da vinculação da contabilidade gerencial à financeira. Quando informações gerenciais são divulgadas há um aumento no custo e exigência de certas mudanças culturais.

Em alguns casos os analistas fazem projeções utilizando-se de hipóteses simplificadas e o excesso de informações a serem divulgadas pode acabar prejudicando as análises dos usuários. Uma quantidade exagerada de informações pode levar a uma tomada de decisão equivocada, além de esconder fatos relevantes e prejudicar a comparabilidade.

A perda de comparabilidade também é vista como um dos reflexos negativos dessa associação, pois as informações incomparáveis podem ser mal interpretadas pelo mercado. Mas no caso das informações por segmento, a relevância é preferida em relação à comparabilidade. Esse é um problema de curto prazo, pois se acredita que haverá pressão, por parte dos usuários, pedindo uniformidade de práticas entre empresas de um mesmo setor.

Um problema relativo à divulgação de informações por segmento utilizando-se de dados gerenciais refere-se à implementação do relatório. Ele não será um relatório rápido, fácil e barato de se produzir. Empresas com contabilidade gerencial menos desenvolvida poderão apresentar problemas, há ainda a questão da falta de parametrização dos sistemas contábeis e entraves ligados à comunicação da área financeira com outras áreas gerenciais dentro da empresa. A grande quantidade de informações requeridas, o aumento de custos com auditoria, a consistência com o período anterior dificultam a implementação do relatório.

Existirão também mudanças relacionadas ao trabalho de auditoria, que passará a analisar também informações gerenciais. O auditor deverá avaliar a confiança da informação gerada, e para isso terá que entender o processo de geração das informações. Fará parte do papel do auditor verificar se aquela informação que foi divulgada é realmente a informação utilizada pela gerência para a tomada de decisões internas. Será preciso, dessa forma, uma mudança de postura profissional, pois se entrará no campo de avaliação de julgamento.

Acredita-se que a empresa fará esse relatório e divulgará informações gerenciais dentro de suas possibilidades, e preocupando-se, fundamentalmente, com a questão de divulgação de informações privilegiadas para o mercado e com o ataque de concorrentes. A empresa precisará analisar o *trade-off* entre os benefícios do *disclosure* e o uso de informações pelos concorrentes. O enfoque gerencial não pode servir como válvula de escape para a não divulgação de certas informações.

5 CONCLUSÕES

Em função do projeto de convergência entre o FASB e o IASB, em novembro de 2006, o IASB publicou a norma IFRS 8 *Operating Segments*. Esses organismos decidiram que deveriam utilizar, como critério de divulgação das informações por segmento, o *Management Approach*, ou seja, a segmentação deve refletir os mesmos critérios utilizados na contabilidade gerencial de cada instituição e deve estar de acordo com políticas contábeis e formas de mensuração internas.

Com essas alterações, as demonstrações financeiras, por meio do relato de informações por segmento, passaram também a fornecer informações gerenciais aos seus diversos usuários. Ou seja, com a utilização das informações por segmentos, o usuário externo passa a compreender melhor a forma com que a administração da empresa toma as decisões.

Para responder ao problema de pesquisa sobre qual é o efeito da vinculação da contabilidade financeira à contabilidade gerencial na qualidade das informações financeiras e no nível de *disclosure*, foram abordadas as principais definições sobre a Contabilidade Gerencial e a Contabilidade Financeira, apresentados os seus elementos de diferenciação e discutidos exemplos de vinculação entre esses dois tipos de Contabilidade, como o Modelo de Gestão Econômica, *Jenkis Committee Report* e o *Operating Financial Review*.

Depois disso, foi apresentada uma discussão sobre as questões técnicas da norma, foi feita uma comparação com o antigo pronunciamento do FASB e IASB, além de se trazer um panorama geral dos principais artigos acadêmicos relacionados ao tema.

A parte empírica do estudo foi feita mediante a realização de 17 entrevistas semi-estruturadas com os principais grupos de *stakeholders* afetados pela publicação de uma norma internacional: preparadores, auditores, analistas de demonstrações financeiras e acadêmicos.

Tais entrevistas foram analisadas por meio da estratégia de pesquisa denominada *Grounded Theory*, onde duas proposições foram geradas para analisar o fenômeno da vinculação da

contabilidade financeira à contabilidade gerencial, na norma de Informação por Segmentos do IASB.

O benefício da norma dependerá da profundidade do *disclosure*, e para isso acontecer é necessário uma mudança de cultura por meio de um melhor aproveitamento das análises das demonstrações financeiras e da ampliação da divulgação de informações aos mais diversos públicos. O avanço no nível de informações divulgadas será gradual em função da característica do mercado brasileiro de não divulgar certas informações consideradas confidenciais, e dependerá ainda da maturidade relacionada ao processo de análise dessas informações, para não impedir que o excesso de dados prejudique as decisões econômicas. A preocupação com a comparabilidade das informações entre empresas de um mesmo setor, ou setores diferentes, não pode impedir o principal benefício do *management approach*, que é conhecer a empresa com os olhos da administração.

Quanto ao objetivo relacionado à análise da qualidade das informações contábeis, nota-se que está relacionada à melhora nas análises econômicas e à capacidade de fazer projeções, aumento no poder de negociação com *stakeholders*, e possibilidade de estudos acadêmicos. A implementação do normativo não será fácil, rápida e barata, pois existem problemas relacionados à parametrização de sistemas contábeis, comunicação entre as áreas gerenciais e financeiras, resistências internas, elevado detalhamento de dados, aumento no preço de auditoria e publicação das informações. O uso de critérios quantitativos e gerenciais de mensuração são importantes e necessários para a elaboração do relatório, mas devem ser bem evidenciados em notas explicativas.

Por fim, foi discutido o fenômeno da vinculação da contabilidade financeira à contabilidade gerencial, cujos benefícios relacionam-se ao maior detalhamento de informações e nível de *disclosure*, uniformidade de prática entre os diferentes públicos e melhoria no relacionamento da empresa com seus *stakeholders*. A divulgação de informações gerenciais nos relatórios financeiros, como por exemplo, indicadores de performance, informações qualitativas e não financeiras, premissas e projeções internas, é considerada importante para estimativa de fluxos de

caixa futuros, mas a credibilidade dessas informações depende da conciliação com as informações oriundas da contabilidade financeira.

De acordo com os entrevistados, nota-se que a divulgação de informações por segmento proporciona um aumento de valor para o processo de *disclosure* das instituições, mas o seu benefício dependerá da profundidade com que essa evidenciação for efetuada. Os preparadores de demonstrações financeiras, porém, não são unânimes em relação a avaliar qual será a tendência de divulgação de informações para o futuro. Silvio de Carvalho, do Itaú, acredita que há uma tendência de redução no nível de *disclosure*, mas para Severini, da Vale, e Toffanello, da Gerdau, a quantia de informações divulgadas aumentará gradualmente.

Os entrevistados consideram que o *management approach*, quando evidenciado de maneira adequada, possibilita fornecer informações detalhadas sobre a empresa, melhorando a comunicação sobre o gerenciamento dos negócios.

Os analistas consultados acreditam que a principal vantagem do relatório de informações por segmento reside em poder entender a lógica e a razão de ser dos negócios das empresas, além de auxiliar em suas atividades de previsão de movimentos futuros.

Os preparadores de demonstrações financeiras questionados neste trabalho informaram que atualmente não possuem problemas relativos à divulgação de informações por segmento baseadas em critérios gerenciais, e que a informação reportada é a mesma utilizada internamente em suas instituições.

A conciliação das informações da contabilidade gerencial à contabilidade financeira é vista pelos preparadores de demonstrações financeiras como algo que promove uma maior credibilidade para a informação. Eles consideram essa conciliação fundamental para se obter uma informação segura no processo de tomada de decisão em suas atividades.

As duas proposições geradas nesta pesquisa qualitativa foram construídas a partir da interação entre os sujeitos entrevistados. A resposta encontrada para o problema de pesquisa é, portanto, dependente da percepção dos entrevistados sobre o assunto e é função de uma realidade subjetiva.

A proposição um refere-se aos efeitos positivos da vinculação da contabilidade gerencial à financeira. O fornecimento de informações gerenciais, desde que conciliadas com a contabilidade financeira, promove maior nível de *disclosure* e possibilita melhorias nas decisões econômicas e na capacidade de projeções, aumento no poder de negociação da empresa e uniformidade de práticas com os seus diferentes públicos.

A segunda proposição gerada neste trabalho está ligada aos efeitos negativos da vinculação da contabilidade gerencial à financeira. A divulgação de informações por segmentos, baseados em critérios gerenciais, exige um aumento de trabalho para elaboração, divulgação e auditoria, além de esbarrar em questões ligadas a confidencialidade da informação, dificuldade de análise e perda de comparabilidade.

Como a norma está prevista para entrar em vigor a partir de 01 de janeiro de 2009, recomendam-se, para estudos posteriores, análises de multicasos dos relatórios de informações por segmentos divulgados em algumas empresas, comparações da norma emitida pelo CPC e a IFRS 8, realizações de entrevistas com outros *stakeholders*, comparações dos relatórios publicados no Brasil com países da Europa e Estados Unidos, e testes empíricos das proposições encontradas neste trabalho.

BIBLIOGRAFIA

AHRENS, T. C.; CHAPMAN, C. S. **Doing qualitative field research in management accounting**: positioning data to contribute to theory. *Accounting, Organization and society*. [S.l.: s.n.], v. 31, n. 8, p. 819-841, 2006.

AITKEN, J. M.; CZERNKOWSKI, R. M.; HOOPER, C. G. The information content of segment disclosures: Australian Evidence. [S.l.]: **Abacus: a journal of accounting, finance and business studies**, v. 30, n. 1, p. 65-77, 1994.

ALONSO, C. Algunas Reflexiones sobre Teoria Contable. **Seminario regional interamericano de Lima**, Peru: [s.n.], 1981.

ANSARI, S.; EUSKE, K. J. Breaking down the barriers between financial and managerial accounting: a comment on the Jenkins committee report. [S.l.]: **Accounting horizons**, v. 9, n. 2, p. 40-44. 1995.

ANTUNES, J; ANTUNES, C.; PENTEADO, I. A. Convergência contábil brasileira e a adoção das normas internacionais de contabilidade: o IFRS-1. **X SEMEAD – Seminários em Administração FEA-USP**. São Paulo – SP – 9 e 10 de agosto de 2007.

ASHBAUGH, Hollis. Discussion of “are recent segment disclosures of Japanese firms useful?: views of Japanese financial analysts”. [S.l.]: **The international journal of accounting**, v. 37, n. 1. p. 47-50, 2002.

ATKINSON, A. et al. **Contabilidade gerencial**. São Paulo: Editora Atlas, 2000.

BALL, R; KOTHARI, S. P.; ROBIN, A. The effect of international institutional factors on properties of accounting earnings. [S.l.]: **Journal of accounting and economics**, V. 29, N. 1, p.1-51, 2000.

BARRON, O. E.; KILE, C. O.; O’KEEFE, T. B. MD&A quality as measured by the SEC and analysts’ earning forecasts. [S.l.]: **Contemporary Accounting Research**, V.16, N.1, p.75-109, 1999.

BARROS, V. O novo velho enfoque da informação contábil. [S.l.]: **Revista Contabilidade & Finanças**, v. 38, p. 102-112, 2005.

BARTH, M.; LANDSMAN, W.; LANG, M. International accounting standards and accounting. [S.l.]: Quality. **Journal of accounting research**, v.46, n.3, p. 467–498, 2008.

BERGER, Philip G.; HANN, Rebecca N. Segment profitability and the proprietary and agency costs of disclosure. [S.l.]: **The accounting review**, v.82, p. 869-906, 2007.

BHIMANI, A.; LANGFIELD-SMITH, K. Structure, formality and the importance of financial and non-financial information in strategy development and implementation. [S.l.]: **Management Accounting Research**, v.18, p. 3-31, 2007.

BOERSEMA, J. M.; VAN WEELDEN, S. J. Financial reporting for segments. [S.l.]: **Canadian institute of chartered accountants (CICA)**, 1992.

BORINELLI, L. **Estrutura conceitual básica de controladoria**: sistematização à luz da teoria e da prática. São Paulo, 2006. Tese (Doutorado) - Universidade de São Paulo.

BOTOSAN, C. A. Disclosure Level and the Cost of Equity Capital. **Saratosa: The Accounting Review**, v. 72, nº 3, p. 323– 349, 1997.

BROWN, V. H. The tension between managerial accounting and financial reporting. [S.l.]: **Management Accounting**, v. 68, n. 11, p. 39-41. 1987.

BRYAN, S. H. Incremental information content of required disclosures contained in management. [S.l.]: **The Accounting Review**, V. 72, N. 2, p. 285-301, 1997.

BUCK, T; BURGESS, K.; JOPSON, B. UK investor in plea to Brussels over IFRS 8 accountancy regulation. [S.l.]: **Financial Times**, p. 30, 21/03/2007.

BUSHMAN, R. M.; SMITH, A. J. Transparency, financial accounting information and corporate governance. [S.l.]: FRBNY **Economic Policy Review**, 04/2003.

CARVALHO, et al. *Disclosure e risco operacional: uma abordagem comparativa em instituições financeiras que atuam no Brasil, na Europa, e nos Estados Unidos*. [S.l.]: **Caderno de pesquisa em administração**. v. 39, n. 3, p. 264-273, 2004.

CARMONA, Salvador. The history of management accounting in France, Italy, Portugal, and Spain. [S.l.]: **Instituto de Empresa Business School**, p 05-30, 2005.

CARVALHO, L.N.; LEMES, S. **Padrões contábeis internacionais do IASB**: um estudo comparativo com as normas contábeis brasileiras e sua aplicação. Brasília: UnB Contábil, 6:61-80, 07/2002.

CASTRO, C. M. **A prática da pesquisa**. São Paulo: McGraw-Hill do Brasil, 1978.

CATELLI, A. e SANTOS, E. Internet: Desafio para uma contabilidade interativa. **Revista Contabilidade & Finanças**, v. 14, n.25, p. 24-41.2001.

CATELLI, A. (Org.). **Controladoria**: uma abordagem da gestão econômica. 2ª ed. São Paulo: Atlas, 2001.

CHUA, W. F. Radical developments in accounting thought. [S.l.]: **The Accounting Review**, n. 4, p. 601-632, 1986.

CLARKSON, P. M; KAO, J. L.; RICHARDSON, G. D. Evidence that management discussion and analysis (MD&A) is a part of a firm's overall disclosure package. [S.l.]: **Contemporary Accounting Research**, V. 16, N.1, p. 111-134, 1999.

COSTA, F. M.; LOPES, A. B. Ajustes aos US-GAAPS: estudo empírico sobre sua relevância para empresas brasileiras com ADRs negociados na bolsa de Nova Iorque. [S.l.]: **Revista Contabilidade & Finanças**, v.18, p45-57, 2007.

CVM/SNC/SEP. OFÍCIO-CIRCULAR nº 01/2007 de 14/02/2007.

DASKE, H.; HAIL, H. L.; LEUZ, C., VERDI, R. Mandatory IFRS reporting around the world: early evidence on the economic consequences. [S.l.]: **Journal of Accounting Research**. v46, n.5, p. 1085-1142, 2008.

DEPOERS, F. A cost benefit study of voluntary disclosure: some empirical evidence from French listed companies. [S.l.]: **The European Accounting Review**, v. 9 n. 2, pp. 245-263, 2000.

DYE, R. A. An evaluation of “essays on disclosure” and the disclosure literature in accounting. **Journal of Accounting and Economics**, n. 32, p.181-235, 2001.

D’SOUZA, D. Segmentation moving to convergence. [S.l.]: **Businessline**, p.1, out, 2007.

EDWARDS, P. Segmental Reporting: a preparer's perspective. [S.l.]: **Accounting and business research**. v. 25, p.151–161, 1995.

EFFERIN, S.; HOPPER, T. Management control, culture and ethnicity in a chinese indonesian company. [S.l.]: **Accounting, organizations and society**, v. 32, p.223–262, 2007.

ELHARIDY, A. M.; NICHOLSON, B.; SCAPENS, R. W. Using grounded theory in interpretive management accounting research. [S.l.]: **Qualitative research in Accounting & Management**. V. 5, N. 2, p. 139-155, 2008.

ELIFOGLU, H. and FITZSIMONS, A. P. *SEC Issues Study on the Adoption of a Principless-Based Accounting System*. In: **Bank Accounting and Finance**. [S.l.]: v.17, n.1, p.34, 2003.

EMMANUEL, C.; GARROD, N.; MCCALLUM, C.; RENNIE, E. The impact of SSAP 25 and the 10% materiality rule of segment disclosure in the UK, British. [S.l.]: **Accounting Review**, v.31: p.127-149, 1999.

EMMANUEL, C.; GARROD, N. On segment identification, relevance and comparability. Vancouver: **14 CAR Conference**, 1999.

EMMANUEL, C.; GARROD, N. Rules versus judgement based accounting disclosure in the UK. [S.l.]: **Journal of Accounting and Public Policy**, v. 23, p. 441-455; 2004.

EMMANUEL, Clive R.; GARROD, Neil W. On the relevance and comparability of segmental data. [S.l.]: **Abacus**, v. 38, n. 2, p. 215-234, 2002.

European Financial Reporting Advisory Group. **Adoption of IFRS 8 Operating Segments**, 2007.

FAJARDO, C. L. The move towards convergence of accounting standards world wide. Cambridge: **Journal of American Academy of Business**, v.12, p.57-61, 2007.

FERNANDES, E. M.; MAIA, A. **Grounded theory**. Braga: CEEP edições, 2002.

Financial Accounting Standards Board - FASB. **Statements financial accounting concepts n. 2**. FASB, 1980.

Financial Accounting Standards Board - FASB.FAS 14. **Financial reporting for segments of a business enterprise**. [S.l.: s.n.]: 1976.

Financial Accounting Standards Board - FASB.SFAS 131. **Disclosures about segments of an enterprise and related information**. [S.l.: s.n.]: 1997.

FITZPATRICK, K. IMA appeals to european commission to stall implementation IASB's IFRS8. [S.l.]: **European pensions & investments news**, p.1, 26/032007.

FLOSTRAND, P.; STROM, N. The valuanace relevance of non-financial information. [S.l.]: **Management Research News**, v. 29, n. 9, p. 580-597, 2006.

FREZATTI, F; AGUIAR, A.; GUERREIRO, R. Diferenciações entre a contabilidade financeira e a contabilidade gerencial: uma pesquisa empírica a partir de pesquisadores de vários países. [S.l.]: **Revista Contabilidade & Finanças**, v. 18, n.44, p. 9-22, 2006.

FREZATTI, F.; JUNQUEIRA, E. R.; NASCIMENTO, A. R.; RELVAS, T. R. S. Análise crítica da contabilidade gerencial no Brasil sob a ótica dos professores de pós-graduação *stricto sensu* da área. In: 8º CONGRESSO USP DE CONTROLADORIA E CONTABILIDADE, 2008, São Paulo. **8º Congresso USP de Controladoria e Contabilidade**. São Paulo: v. 1. p. 1-16, 2008.

GALLHOFER, S.; HASLAM, J. Exploring social, political and economic dimensions of accounting in global context: the international accounting standards board and accounting disaggregation. [S.l.]: **Socio – Economic Review**, v. 5, n. 4, p. 633-665, 2007.

GIGLER, F. Self-enforcing voluntary disclosures. [S.l.]: **Journal of Accounting Research**, V. 32, p. 224-240, 1994.

GIGLER, F.; HEMMER, T. Informational cost and benefits of creating separately identifiable operating segments. **Journal of Accounting and Economics**, v.33, p. 69-90. 2002.

GILL, A C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4ª ed. São Paulo: Atlas, 2002.

GLASER, B. and STRAUSS, A. **The discovery of grounded theory**. Chicago: Aldine.1967

GLAUTIER, M. W. E.; UNDERDOWN, B. **Accounting –Theory and Practice**. Pitman Publishing: 746 p., 1998.

GODDARD, A. Budgetary practices and accountability habitus: a grounded theory. [S.l.]: **Accounting, Auditing & Accountability Journal**, v.17, n.4, p.543-577, 2004.

GUERREIRO, R. **Modelo conceitual de sistema de informação de gestão econômica**: uma contribuição à teoria da comunicação da contabilidade. São Paulo, 1990. Tese (Doutorado) - Universidade de São Paulo.

GUERREIRO, R.; CASADO, T.; BIO, S. R. Some reflections on the archetypes in cost accounting: an exploratory study. [S.l.]: **Journal of Applies Management Accounting Research**, v. 2(1), p.41-54, 2004.

GURD, B. Remaining consistent with method? An analysis of grounded theory research in accounting. [S.l.]: **Qualitative Research in Accounting & Management**, v. 5, n. 2, p. 122-138, 2008.

HARRIS, J.; RENTFRO, R. Living up to the spirit of narrative reporting guidance. [S.l.]: **The CPA Journal**, v. 78, p.24-29, 2008.

HAVERTY, John L. Are IFRS and U.S. GAAP converging? Some evidence from people's republic of China companies listed on New York stock exchange. In: **American Accounting Association Mid-Atlantic Region Meeting. Anais**. Arlington, Washington DC, 2004.

HENDRIKSEN, E; BREDAS, V. **Teoria da Contabilidade**. São Paulo: Editora Atlas, 1999.

HENWOOD, K.; NICOLSON, P. **Qualitative research**: the psychologist. [S.l.: s.n.]: vol. 8, no. 3, 109-110, 03/1995.

HERMANN, D.; THOMAS, W. An analysis of segment disclosures under SFAS No. 131 and SFAS No. 14. [S.l.]: **Accounting horizons**, v. 14, n. 3, p. 287-302, 2000.

HERMANN, D. and THOMAS, W. Geographic segment disclosures: theories, findings, and implications. [S.l.]: **The International Journal of Accounting**, v. 32, n. 4, p. 487-501, 1997.

HO, S. S. M.; WONG, K. S. A study of the relationship between corporate governance structures and the extent of voluntary disclosure. [S.l.]: **Journal of International Accounting, Auditing e Taxation**, v. 10, N. 2, p. 139-156, 2001.

HOLTHAUSEN, R.; WATTS, R. The relevance of the value relevance literature for financial accounting standard setting. [S.l.]: **Journal of Accounting and Economics**. v. 31, n. 1, p. 3-75, 2001.

HOPE, O. Geographic disclosures. [S.l.]: **CA Magazine**, v.141, p.54-57, 2008.

HORNGREN, T.; SUNDEM, G.; STRATTON, W. **Contabilidade Gerencial**. São Paulo: Prentice Hal, 2004.

HUGHES, J. Europe told not to disrupt move to global accountings standards. [S.l.]: **Financial Times**, p. 19, 18/10/2007.

HUSSAIN, M.; GUNASEKARAN, A. An institutional perspective of non-financial management accounting measures: a review of the financial services industry. [S.l.]: **Managerial Auditing Journal**, v. 17, n. 9, p. 518-536, 2002.

IASB. Framework for the preparation and presentation of financial statements. [S.l.]: IASB, 04/2001.

ICHIKAWA, E. Y. e SANTOS, L. W. Apresentando a *grounded theory*: uma nova proposta de abordagem qualitativa na pesquisa organizacional. **Anais do XXV Encontro da ANPAD**. Campinas, 2001.

IASB. [S.l.; s.n.]: IFRS 8 – Operating Segments, 2007.

IJIRI, Y. Segment statements and informativeness measures: managing capital vs managing resources. [S.l.]: **Accounting Horizons**, v. 9, p.55-67, 1995.

IAS 14. Reporting Financial Information by Segment, IASB, 1981.

IUDÍCIBUS, S. **Teoria da Contabilidade**. São Paulo: Atlas, 6ª ed, 2000.

IUDÍCIBUS, S.; CARVALHO, L. N. Porque devemos ousar em contabilidade. São Paulo: **Boletim do Ibracon** n° 276, 05/2001.

JEFFREY, G. IFRS reporting standards in transition. [S.l.]: **CMA Management**, v. 81, n. 6, p. 22-27, 2007.

JENSEN, M. C.; MECKLING, W. H. Theory of the firm: managerial behavior, agency costs and ownership structure. [S.l.]: **Journal of Financial Economics**, v. 3, p.305-360, 1976.

JOHNSTON, A. After the OFR: can UJ Shareholder value still be enlightened? [S.l.]: **European Business Organization Law Review**, v.7, p. 817-843, 2006.

JOSEPH, N. et al. External financial reporting and management information: a survey of U.K. [S.l.]: **Management Accounting Research**, v. 7, n. 1, p. 73-93, 1996.

KAHN, J. Accounting in wonderland. [S.l.]: **Fortune**, v. 19, pp.135-138, 2001.

KELLY, G. **Unregulated segment reporting**: Australian evidence. British: **Accounting Review**, v. 26: p217-234, 1994.

KERLINGER, F. N. **Metodologia da pesquisa em ciências sociais**: um tratamento conceitual, São Paulo, EPU, Edusp, 1980.

KOU, W.; HUSSAIN, S. Predictive gains to segmental disclosure matrices, geographic information and industry sector comparability. [S.l.]: **The British Accounting Review**, v. 39, p. 183-195, 2007.

KWORK, W.; SHARP, D. Power and international accounting standard setting: evidence from segment reporting and intangible assets projects. [S.l.]: **Accounting, Auditing & Accountability Journal**, v.18, p. 74-99, 2005.

LEMES, S.; CARVALHO, L. N. Efeito da convergência das normas contábeis brasileiras para as normas internacionais do IASB. **Congresso USP de Controladoria e Contabilidade**. São Paulo: 2004.

LUCA, M.et al. Responsabilidade social corporativa: um estudo sobre o comportamento das distribuidoras de energia elétrica da região nordeste. **Congresso USP de Controladoria e Contabilidade**. São Paulo: 2006.

MANDE, V. and ORTMAN, R. **Additional analyses of recent segment disclosures of Japanese firms**. [S.l: s.n.]: v. 37, No 1. pp 51-56, 2002.

MANDE, V.; ORTMAN, R. Are recent segment disclosures of Japanese firms useful?: views of Japanese financial analysts. [S.l.]: **The International Journal of Accounting**. v. 37, n. 1. p.27-46, 2002.

MARTINS, E. **Contabilidade de custos**. São Paulo: Editora Atlas, 2006.

MARTINS, G. A.; THEÓPHILO, C. R. **Metodologia da investigação científica para ciências sociais aplicadas**. São Paulo: Atlas, 2007.

MATALLO Jr, Heitor. Mito, metafísica, ciência e verdade. In: **Constituindo o saber: técnica de metodologia científica**. Campinas/SP, Papirus: 1989.

MATTAR, F. **Pesquisa de marketing**. [S.l.]: Ed. Atlas: 1996.

McDonald, O. Editorial. [S.l.]: **Journal of Financial Regulation and Compliance**, v. 10, n. 3, 2002.

MECHELLI, A. Users's perception of entities' performance: risk arising from implementing the review version of IAS 1. Cambridge: **Journal of American Academy of Business**, v. 12, n. 2, p. 104-112, 2008.

MEIERS, D. H. The MD&A Challenge. [S.l.]: **Journal of Accountancy**, v. 201, n. 1, p. 59 – 66, 2006.

MELLO, Rodrigo Bandeira; CUNHA, Cristiano J. C. de A. Operacionalizando o método da grounded theory nas pesquisas em estratégia: técnicas e procedimentos de análise com o apoio do *software* Atlas/TI. In: **Encontro de Estudos em Estratégia**. Curitiba, 2003.

MELLO, Rodrigo Bandeira; CUNHA, Cristiano J. C. de A. **Pesquisa qualitativa em organizações: paradigmas, estratégias e métodos**. São Paulo: Saraiva, 2006.

NAGARAJAN, N.; SRIDHAR, S. Corporate responses to segment disclosure requirements. [S.l.]: **Journal of Accounting & Economics**, v. 21, p. 253-275. 1996.

NAKAGAWA, M. Accountability: a razão de ser da contabilidade. [S.l.]: **Revista de Contabilidade e Finanças**, v. 18, n. 44, p.7-7, 2007.

NEVES, J.L. Pesquisa qualitativa, características, usos e possibilidades. São Paulo: **Caderno de pesquisas em administração**, v. 1, n. 3, 1996.

NICHOLS, D.; WILDER, W. Geographic segment disclosures for the petroleum industry under SFAS 131. [S.l.]: **Petroleum Accounting and Financial Management Journal**, v. 22, n.2, p. 50-67, 2002.

NICHOLS, N. and STREET, D. Segment information: what early adopters reported. [S.l.]: **Journal of Accountancy**, v. 187, n.1, p.37-41, 1999.

NICHOLS, N.; STREET, D. The relationship between competition and business segment reporting decisions under the management approach of IAS 14 revised. [S.l.]: **Journal of International Accounting Auditing & Taxation**, v.16, n.1, p.51, 2007.

NORRIS, G. Chalk and cheese: grounded theory case studies of the introduction and usage of activity-based information in two British Banks. [S.l.]: **British Accounting Review**, v. 34, p. 223-255, 2002.

PACTER, p. **Reporting Financial Information by Segment**: a background issues paper prepared for the Committee on Segment Reporting of the International Accounting Standards Committee. London: [s.n.], 1994.

PARKER, L. D.; ROFFEY, B. H. Methodological themes back to the drawing board: revisiting grounded theory and the everyday accountant's and manager's reality. [S.l.]: **Accounting, Auditing & Accountability Journal**, v. 10, n. 2, p. 212-247, 1997.

PAUL, J. W. and LARGAY, J. A. Does the *management approach* contribute to segment reporting transparency? [S.l.]: **Business Horizons**, v.18, n. 4, p.303-310, 2005.

PEARLSTEIN, S. **Accounting critic Robert Kaplan**. [S.l.: s.n.]: v. 10, n. 4, p. 54-67, 1988/ABI.

POHLMANN, M. C. Harmonização contábil no Mercosul: a profissão e o processo de emissão de normas – uma contribuição. São Paulo: **FIPECAFI**, Caderno de Estudos nº12, 09/1995.

PRATES, F. **Contabilidade de Custos**. [S.l.]: CEAD Contmatic, 2005.

REIS, L.; PEREIRA, C. Uma análise das contribuições das teorias organizacionais para o estudo da contabilidade gerencial. São Paulo: **Congresso USP de Controladoria e Contabilidade**, 2007.

RENDERS, A., GAEREMYNCK, A. The impact of legal and voluntary investor protection on the early adoption of International Financial Reporting Standards (IFRS). [S.l.]: **Economist-netherlands**, v.155. n. 1, p.49-72, 2007.

RICARDINO, A. **Contabilidade gerencial e societária**: origens e desenvolvimento. São Paulo: Editora Saraiva, 2005.

RICHARDSON, A. J. Professional dominance: the relationship between financial accounting and managerial accounting, 1926-1986. [S.l.]: **Accounting Historians Journal**, v.29, n. 2, p.91-121. 2002.

ROBERTS, J. and SCAPENS, R. **Accounting, Organizations and Society**. Oxford: [s.n.], v.10, n.4, p.443-457, 1985.

RUHL, J. and KREUZE, J. Startup, inc: Linking financial accounting, managerial accounting and strategic management. [S.l.]: **Accounting Education**, v. 12, n. 2, p. 435-456, 1997.

SANTOS, C. et al. Existe de fato uma contabilidade gerencial? Belo Horizonte: **Contabilidade Vista & Revista**, v. 13, n. 2, p. 9-24. 2003.

SANTOS, R. V. **Controladoria**: uma introdução ao sistema de gestão econômica, GECON. São Paulo: Saraiva, 2005.

SCAPENS, R. W. Never mind the gap: towards an institutional perspective on management accounting practice. [S.l.]: **Management Accounting Research**, v. 5, p.301-321, 1994.

SCIARRETTADA, T. Em cada 3 balanços, 1 está irregular, aponta pesquisa. **Folha de São Paulo**. São Paulo, 18/08/2008.

Segmentation moving to convergence. **Businessline**, Chennai, p. 1, 01/10/2007.

SILVA, A. **Gestão financeira**: um estudo acerca da contribuição da contabilidade na gestão do capital de giro das médias e grandes indústrias de confecções do estado do Paraná. São Paulo, 2002. Dissertação (mestrado). Universidade de São Paulo.

SIQUEIRA, J.; SOLTELINHO, W. O Profissional de Controladoria no mercado brasileiro: do surgimento do profissional aos dias atuais. **Revista Contabilidade & Finanças**, v. 16, n.27, p. 66-77, 2001.

SLOAM, R. G. Financial Accounting and Corporate Governance: a discussion. [S.l.]: **JAE Rochester Conference**, April 2000.

SOUTES, D. **Uma investigação do uso de artefatos da contabilidade gerencial por empresas brasileiras**. São Paulo, 2006. Dissertação (mestrado). Universidade de São Paulo.

SOUTES, D, e ZEIN, M. Estágios evolutivos da contabilidade gerencial em empresas brasileiras. **Congresso USP de Controladoria e Contabilidade**. São Paulo, 2005.

STOLOWY, H.; TOURON, P. **The integration of financial, accounting, management accounting and cash flow accounting**: the user opinion. Hanover: New Hampshire, 1998.

STRAUSS, A.; CORBIN, J. **Basics of qualitative research**: techniques and procedures for developing Grounded Theory. 2. ed. Thousand Oaks: Sage Publications, 1998.

STRAUSS, A.; CORBIN, J. **Pesquisa qualitativa**: técnicas e procedimentos para o desenvolvimento de teoria fundamentada. Trad: Luciane de Oliveira da Rocha. 2 ed. Porto Alegre: Artmed, 2008.

THE SAME RULES FOR EVERYONE. **International Financial Law Review**. London: Euromoney Publications, p. 48-59, fev/2008.

TILLEY URGES RAPID APPROVAL OF IFRS8. **Financial Management. Reporting Standards**. [S.l.: s.n.]: p.5, Jul 2007.

TILLMANN, K. and GODDARD, A. Strategic management accounting and sense-making in a multinational company. [S.l.]: **Management Accounting Research** , v. 19, p. 80–102, 2008.

TOMS, S. Financial control, management control and accountability: evidence from the British Cotton Industry, 1700-2000. [S.l.]: **Accounting, Organization and Society**, v. 30, p.627-653, 2005.

US Securities and Exchange Commission. Securities Act Release 6835, 1989.

VERRECCHIA, R. E. Essays on disclosure. [S.l.]: **Journal of Accounting and Economics**, n. 32, p. 97-180, 2001.

VERRECCHIA, R. E. Information Quality and Discretionary Disclosure. [S.l.]: **Journal of Accounting and Economics**, n. 12, p. 365-380, 1990.

VICECONTI, P.; NEVES, S. **Contabilidade de Custos**. São Paulo: Editora Frase Ltda, 2003.

WATTS, R.; ZIMMERMAN, J. Towards a positive theory of the determination of accounting standards. [S.l.]: **The Accounting Review**, v.53, n.1, p. 112–134, 1978.

YU, Michael Dong, **International Earnings Management and Accounting Standards**. University of Missouri-Columbia, 2005.

ZAN, A. **Mudanças na contabilidade gerencial de uma organização**: estudo de caso com diagnóstico institucional. São Paulo, 2006. Dissertação (mestrado). Universidade de São Paulo.

REFERÊNCIAS ELETRÔNICAS

IMPROVING Business Reporting: A Costumer Focus. Special Committee on Enhanced Business Reporting, 1994. **AICPA**. Disponível em <<http://www.aicpa.org/Professional+Resources/Accounting+and+Auditing/Accounting+Standards/ibr/>>. Acesso em 29/07/08.

COMUNICADO nº 14.259 de 10/03/2006. **BACEN** – Disponível em <www.bcb.gov.br>.

PLANO de Trabalho. **CPC..** Disponível em <[http://www.cpc.org.br/pdf/CPCplano%20de%20convergência%20%20junho 2008.pdf](http://www.cpc.org.br/pdf/CPCplano%20de%20convergência%20%20junho%202008.pdf)>. Acesso em 03/08/2008.

INSTRUÇÃO da Comissão de Valores Mobiliários nº 457 de 13/07/2007. **CVM**. Disponível em <www.cvm.gov.br>.

IASB x FASB: O Projeto “Convergência de Estruturas Conceituais”. “Revisiting the Concepts – A New Conceptual Framework Project”. **IASB**. BULLEN, Halsey G.; CROOK, Kimberley. 05/2005. Disponível em <www.iasb.org.uk>.

SUSEP. Superintendência de Seguros Privados. Disponível em <http://www.cpc.org.br/pdf/circ357_susep.pdf>. Acesso em 05/12/2008.

APÊNDICE

Neste apêndice, serão apresentadas a carta convite e as respostas transcritas durante as entrevistas realizadas nesta dissertação. As entrevistas foram realizadas durante os meses de setembro e outubro de 2008, feitas de forma presencial, com a exceção dos entrevistados cujos escritórios localizavam-se fora do Estado de São Paulo¹⁵, e gravadas. Todos os entrevistados autorizaram a divulgação do seu nome no trabalho final.

Apêndice 1 – Carta Convite

Apêndice 2 – Texto Anexo à Carta Convite

Apêndice 3 – Transcrição das entrevistas dos preparadores de demonstrações financeiras

Apêndice 4 – Transcrição das entrevistas dos auditores de demonstrações financeiras

Apêndice 5– Transcrição das entrevistas dos analistas de demonstrações financeiras

Apêndice 6– Transcrição das entrevistas dos acadêmicos

¹⁵ Geraldo Toffanello, Macus Severini, Bruno Melo.

APÊNDICE 1 – Carta Convite

São Paulo, __/__/2008

Prezado Sr. _____.

Permita-me que me apresente.

O meu nome é Camila Boscov e estou concluindo o curso de mestrado "strictu sensu" em Contabilidade e Controladoria na FEA USP. A minha pesquisa acadêmica é na linha de Contabilidade Internacional, e o título preliminar da dissertação que pretendo defender é "O Enfoque Gerencial na Divulgação de Informações por Segmento". O orientador da minha dissertação é o Prof. Nelson Carvalho.

Ao abordar a vinculação da contabilidade gerencial à financeira na norma contábil internacional referente a informações por segmento (IFRS 8), identificamos a necessidade de entrevistar renomados preparadores, usuários e auditores de demonstrações financeiras, bem como alguns acadêmicos.

A qualidade do meu trabalho científico muito se elevaria caso o Sr. me concedesse uma entrevista expondo os seus pontos de vista e experiência, em data e local de sua preferência, na primeira quinzena de outubro próximo. A seu critério, o seu nome e cargo poderão ser mantidos no anonimato no trabalho final. Na confirmação da aceitação do convite, enviarei o questionário prévio para o conhecimento das questões que serão abordadas; creio que não tomarei mais do que meia hora de seu tempo.

Caso a sua agenda não lhe permita marcar a entrevista para o período solicitado, peço-lhe a fineza de indicar um de seus colaboradores, em sua organização, para representá-lo; alternativamente, sinta-se à vontade para propor data que lhe seja mais conveniente para esta entrevista.

Meus contatos são: _____

Muito obrigada,

Camila Boscov,

C. C. Prof. Dr. Nelson Carvalho

APÊNDICE 2 – Texto anexo à Carta Convite

O ENFOQUE GERENCIAL NA DIVULGAÇÃO DE INFORMAÇÕES POR SEGMENTO IFRS 8

Em novembro de 2006, o IASB emitiu a norma IFRS 8 — *Operating Segments* —, com aplicação obrigatória a partir de 01 de janeiro de 2009, em substituição à antiga norma IAS 14 — *Reporting Financial Information by Segment*, de 1997. Essa nova norma resulta da análise de norma dos Estados Unidos sobre o mesmo assunto, *Disclosures about Segments of an Enterprise and Related Information* – SFAS 131, do FASB, também de 1997.

Na norma IFRS 8, o IASB dispõe, no parágrafo IN 11 – Introdução (em tradução livre):

“Os requerimentos da IFRS são baseados na informação sobre os componentes da entidade que a administração usa para tomar decisões sobre questões operacionais. A norma IFRS requer identificação dos segmentos operacionais na base dos relatórios internos que são regularmente revisados pelo principal executivo responsável pela tomada de decisões da entidade a fim de alocar recursos ao segmento e avaliar o seu desempenho” (grifo adicionado).

Muitas são as polêmicas resultantes dessa norma, como por exemplo o que é ‘receita do segmento’, ‘despesa do segmento’, ‘lucro do segmento’, ‘ativo do segmento’, ‘passivo do segmento’. No tocante à mensuração, requer-se agora o uso da métrica adotada pelo principal executivo para tomar decisões de alocar recursos e avaliar o desempenho do segmento (antes, requeria-se o uso de métrica condizente com a prática contábil do balanço consolidado).

Ainda no parágrafo 20 da IFRS 8 (em tradução livre):

“Uma entidade divulgará informação para permitir que usuários de suas demonstrações financeiras avaliem a natureza e os efeitos financeiros das atividades de negócios nas quais ela está engajada e os ambientes econômicos em que opera”.

Eis alguns exemplos da interface entre riscos empresariais a serem analisados pelos tomadores de decisão e os possíveis reflexos de tais riscos nos campos tanto da contabilidade gerencial (tida como voltada para o usuário INTERNO da organização) quanto no da contabilidade societária ou financeira (voltada para o público EXTERNO):

RISCOS ECONÔMICOS COM REFLEXOS EMPRESARIAIS	REFLEXOS NOS CAMPOS CONTÁBEIS (Gerencial e Societário)
CRISE DE CRÉDITO	PDD
DEFLAÇÃO – QUEDA DE PODER AQUISITIVO DE CONSUMIDORES	QUEDA NO GIRO DOS ESTOQUES – SUA AVALIAÇÃO NO ATIVO QUEDA NO USO DA CAPACIDADE PRODUTIVA INSTALADA – TAXAS DE DEPRECIAÇÃO – <i>IMPAIRMENT</i>
INFLAÇÃO	RECONHECIMENTO CONTÁBIL DE SEUS EFEITOS
PROTEÇÃO AO MEIO AMBIENTE	CONTINGÊNCIAS E/OU MAIORES GASTOS COM PREVENÇÃO
QUESTÕES DE NATUREZA SOCIAL (RENEGAR TRABALHO INFANTIL, AUMENTO DA REDE DE PROTEÇÃO AOS TRABALHADORES, ETC)	CONTINGÊNCIAS – QUEDA DE VENDAS POR PERDAS DE MERCADOS – AUMENTO DE GASTOS COM COLABORADORES

APÊNDICE 3 – Preparadores de Demonstrações Financeiras

Carlos Kawall

Duração: 35 minutos

Preparador - Bovespa

Entrevista 08/10/2008, 10h15

1 A norma IFRS 8 e o “enfoque gerencial” por ela preconizado permitirão que situações específicas de regiões geográficas e/ou de linhas de negócios (segmentos) sejam mais bem explicitadas nas demonstrações financeiras a partir de 2009, em comparação com as divulgações que vinham até então sendo feitas?

Provavelmente sim. Será possível evidenciar desde que a empresa tenha bons segmentos gerenciais.

2 A quebra por segmento pela IFRS 8 melhora a capacidade de explicar a evolução dos negócios por segmento no tocante à maneira pela qual os mesmos são gerenciados?

A quebra por segmentos utilizando-se de critérios gerenciais é a maneira ideal para se acompanhar os negócios. É preciso ter instrumentos gerenciais que mostrem o custo das empresas, o segmento que está gerando resultado, o que é preciso reduzir de despesa.

Há uma dificuldade na conversa das metas da empresa com a contabilidade. É difícil entender, olhando só para a contabilidade financeira, como a empresa está sendo administrada sob uma ótica gerencial.

É importante evidenciar o modelo de negócio, os serviços que agregam. A performance da empresa e o seu modelo de negócio podem ser mais bem entendidas pelos analistas.

3 Considerando a percepção particular de cada empresa sobre a “relevância” das informações divulgadas, como fica a questão da “comparabilidade” entre empresas do mesmo setor, bem como entre empresas de setores diferentes?

É útil a comparação com um mesmo setor, com características parecidas como geração de caixa, imobilizado, grau de alavancagem, margens.

Em alguns casos, a comparabilidade é muito importante, como, por exemplo, em indústrias automobilísticas.

Com o tempo, passa a existir uma interação entre os analistas e investidores, e as informações tornam-se comparáveis. As demandas desses usuários acabam ditando um formato.

Mas o fundamental é dar visibilidade para o que cada negócio fornece de valor para a empresa, ver se existe algo desnecessário, uma estrutura ineficiente.

4 Em que a IFRS 8 pode contribuir para maior utilidade das demonstrações financeiras face ao propósito de estas últimas orientarem a tomada de decisões econômicas pelos usuários?

Entender melhor o negócio, as opções, estratégias, prioridades, investimentos, desempenho.

Requer-se uma postura ativa do acionista nessa fase. É saudável existir uma empresa muito diversificada? Onde ela gera os seus resultados?

5 Quais seriam suas principais recomendações relacionadas ao aperfeiçoamento da norma?

Não tenho.

6 Quais os principais problemas em se adotarem, para a divulgação requerida pela IFRS 8, critérios gerenciais de mensuração (preços de transferência, alocações de custos, por exemplo) diferentes dos critérios normatizados pelas IFRS para a preparação das demonstrações financeiras básicas?

Isso é positivo. Quanto mais se aproximar do critério gerencial, e mais transparência houver, mais os analistas ganham.

A contabilidade precisa ser feita dentro de algumas regras, e isso oculta algumas questões que são evidenciadas pela maneira gerencial. Torna-se mais difícil a manipulação das informações.

7 Com base nos exemplos de interfaces entre riscos empresariais, decisões dos principais executivos das empresas, contabilidade gerencial e contabilidade financeira ou societária, enviados no texto introdutório anexo a carta:

a- V. concorda que essas interfaces existem?

Sim. As questões sócio-ambientais são pouco reconhecidas na contabilidade. Tais análises não são sempre feitas.

Muitas dessas informações são feitas de maneira oportunista para gerenciar algum tipo de resultado.

b- Há outros exemplos que sua experiência profissional indica que se encaixem no mesmo conceito de interfaces citadas?

Passivos judiciais.

8 Quais informações gerenciais poderiam ser divulgadas para uma maior abrangência de informações para estimativa de fluxos de caixa futuros?

Base de custo, base de investimentos, planos.

Não acredito que a divulgação de indicadores internos seja útil para a empresa. Até que pontos os indicadores internos são melhores que os externos?

Acredito que seja válida a informação sobre os custos alocados, projetos, tipos de negócios.

Os analistas usam as suas próprias projeções, e muitas vezes as hipóteses são mais simplistas.

Geraldo Toffanello

Duração: 25 minutos

Preparador - Gerda

Entrevista 07/10/2008, 9h50, por telefone

1 A norma IFRS 8 e o “enfoque gerencial” por ela preconizado permitirão que situações específicas de regiões geográficas e/ou de linhas de negócios (segmentos) sejam mais bem explicitadas nas demonstrações financeiras a partir de 2009, em comparação com as divulgações que vinham até então sendo feitas?

A segmentação e as informações por base em segmento fornecem uma visualização bem melhor e mais adequada. Não é possível analisar a performance sem isso. É necessário o lado gerencial com um enfoque detalhado. O enfoque gerencial agrega um valor importante.

2 A empresa já identificava seus segmentos da mesma maneira com que segmenta seus negócios para a tomada de decisão interna? Caso negativo, exemplifique a(s) principal(is) alteração(ões) que poderão surgir da plena adoção da IFRS 8.

Já há a informação em US-GAAP. Desde 1970, possuímos ADR e fazemos segmentação geográfica e econômica. As nossas regiões são: Brasil, América Latina, América do Norte e Europa.

Segmentamos da mesma maneira que nós nos gerenciamos. Já fazemos a informação de acordo com o IFRS 8, não haverá mudança.

3 Em que a IFRS 8 pode contribuir para maior utilidade das demonstrações financeiras face ao propósito de estas últimas orientarem a tomada de decisões econômicas pelos usuários?

É um cunho de formalismo. Todo o grupo segmentado tem já um instrumento de decisão e é fundamental o *disclosure*.

Com a norma, há formalidade maior, uma responsabilidade de divulgar ao mercado.

4 Quais seriam suas principais recomendações relacionadas ao aperfeiçoamento da norma?

Está adequado, não é objetivo criar um novo modelo.

Os segmentos competitivos devem criar uma transparência. Empresas com negócios muito segmentados poderão ter problema de *disclosure*. A Gerdau não é tão segmentada e os concorrentes já divulgam as informações. O mercado ganha com qualidade.

Mas deve haver um clima de adaptação com as informações que vão chegar ao mercado.

As empresas vão divulgar pouco no começo este tipo de informação, é uma questão cultural, o tempo vai ensinar.

5 A liberdade na identificação dos segmentos e o uso de critérios de mensuração internos possibilitam a melhor comunicação, aos usuários externos, sobre o *management* do negócio?

Não tenho dúvidas. É muito importante ter visão por segmento, inclusive entre segmentos. As transferências entre segmentos são baseadas no preço de mercado, isso agrega valor. É possível calcular as margens, conhecer a rentabilidade da operação.

6 O enfoque gerencial torna a produção do relatório mais fácil e rápida?

No passado, há 5 ou 6 anos, o modelo gerencial não se adequava ao modelo societário. Era difícil calcular o custo de capital por segmento, tudo era feito em base subjetivas, baseadas em taxas médias. Usava-se uma prática simplificada.

Hoje o resultado gerencial é igual ao resultado societário. E o padrão contábil é o IFRS.

7 Os critérios quantitativos constantes da IFRS 8 na determinação dos segmentos são adequados, de forma geral? Como fica a questão *rules x principles based* face a tais critérios quantitativos?

Evidenciamos todos os segmentos, eles são poucos e expressivos.

Mas o critério é importante, precisa de materialidade. Não sei se 10% ou 15%, mas é necessário um percentual. É uma questão de materialidade, mas o critério poderia ser maior. Um segmento de 10% é marginal, não tem valor agregado.

8 Com base nos exemplos de interfaces entre riscos empresariais, decisões dos principais executivos das empresas, contabilidade gerencial e contabilidade financeira ou societária, enviados no texto introdutório anexo a carta:

a- V. concorda que essas interfaces existem?

Sim, hoje estamos vivendo o conceito de valor justo. A contabilidade dita regras que assustam e fazem os preparadores parar para pensar

b- Há outros exemplos que sua experiência profissional indica que se encaixem no mesmo conceito de interfaces citadas?

O efeito cambial. Grau de exposição de risco está atrelado ao câmbio. A cultura de governança determina o grau de risco.

9 Quais os benefícios que a vinculação da contabilidade gerencial à financeira pode trazer aos usuários das informações contábeis?

Uniformidade de prática.

É complexo, difícil, a empresa ter um discurso de performance para o público interno e outro para o mercado.

Um valor da Gerdau é “seriedade com todos os públicos”.

Há um mesmo critério para os investidores e administração, mesma linguagem e um mesmo discurso.

A remuneração do acionista e do executivo é baseada na mesma informação. Uma única consistência na base de dados.

Silvio de Carvalho

Duração: 40 minutos

Preparador - Itaú

Entrevista 01/10/2008 , 10h15

1 A norma IFRS 8 e o “enfoque gerencial” por ela preconizado permitirão que situações específicas de regiões geográficas e/ou de linhas de negócios (segmentos) sejam mais bem explicitadas nas demonstrações financeiras a partir de 2009, em comparação com as divulgações que vinham até então sendo feitas?

Tudo dependerá de como será essa implementação no Brasil. O mercado ainda não divulga as informações por segmento, é preciso ver como será feita a adaptação das normas no Brasil. Eu acredito na visão “full”, mas é necessário esperar a regulamentação da CVM e BACEN.

Sem dúvida a informação por segmentos será muito produtiva, haverá criação de valor para o processo de *disclosure*.

É preciso ter em mente que não há volta quando se faz um *disclosure*, os concorrentes adoram. A empresa deve analisar o *trade-off* dessa divulgação para avaliar o que cria mais valor. Para mim, a transparência é sempre bem vinda.

O Itaú possui *disclosure* mais aprofundado que o dos concorrentes. Fazemos por negócio, não por região geográfica. Os concorrentes ainda não chegaram ao mesmo nível de transparência. Se os concorrentes abrirem mais as suas informações, o Itaú poderá avançar ainda mais em suas divulgações. Sempre analisamos o momento oportuno para o aumento de informações para os investidores.

Por outro lado, temos observado que os bancos internacionais têm fechado o *disclosure*, principalmente das operações de tesouraria.

2 A empresa já identificava seus segmentos da mesma maneira com que segmenta seus negócios para a tomada de decisão interna? Caso negativo, exemplifique a(s) principal(is) alteração(ões) que poderão surgir da plena adoção da IFRS 8.

O *disclosure*, em linhas gerais, é feito da mesma maneira com que nós gerenciamos o nosso negócio. Mas, internamente, as informações são bem mais analíticas. Divulgamos os grandes

segmentos. Por exemplo, o Itaú-BBA não tem depósito à vista, mas as empresas (suas clientes) possuem conta corrente no Banco.

Essa conta corrente é no Itaú, e gerencialmente estabelece-se um preço de transferência interno para equalizar as rentabilidades.

A análise gerencial de nossas operações pode ser encontrada no nosso *website* na seção “Relações com Investidores”.

3 Em que a IFRS 8 pode contribuir para maior utilidade das demonstrações financeiras face ao propósito de estas últimas orientarem a tomada de decisões econômicas pelos usuários?

A segmentação por área geográfica passa uma idéia de como estão as nossas operações em relação aos dados macroeconômicos da região. É possível relacionar o tipo de operação por cliente e o planejamento da região, ações do governo, etc.

A matriz pode fazer uma análise dos seus produtos e mercados, saber se está ganhando mercado, as suas fraquezas e os seus pontos fortes.

4 Quais seriam suas principais recomendações relacionadas ao aperfeiçoamento da norma?

Não tenho. Acredito que do jeito que ela está elaborada já seria um avanço significativo, e os bancos hoje já possuem condições de divulgarem os dados requeridos, utilizando-se da sua contabilidade gerencial.

Poderá haver um *gap* nos bancos menores com contabilidade gerencial menos desenvolvida. Para esses casos, poder-se-ia requerer uma implementação gradual da norma.

5 A liberdade na identificação dos segmentos e o uso de critérios de mensuração internos possibilitam a melhor comunicação, aos usuários externos, sobre o *management* do negócio?

Sem dúvida, mas dependerá da profundidade do *disclosure*. O que o Brasil tem, pensando em instituições financeiras, é o que há de mais moderno no mundo. Não há um *gap* entre o que é feito no Brasil e o que se faz nos grandes bancos internacionais de mercado mais desenvolvidos.

Os Europeus e os Americanos têm relatórios anuais pobres em termos de segmentação. Eles fecharam um pouco o *disclosure*. Isso é uma pena, encaro esse fato como um retardamento da evolução mundial na forma de se medir risco.

A divulgação dos derivativos é muito pobre, isso explica, em parte, a crise atual.

A maior profundidade de *disclosure* permitirá avaliar a estratégia da empresa e como ela está se posicionando em relação ao futuro.

6 O enfoque gerencial torna a produção do relatório mais fácil e rápida?

Ao adotar esse procedimento, estamos fazendo divulgações adicionais. O custo marginal não é tão alto, mas vai aumentando à medida que mais dados e mais detalhes são divulgados.

No mínimo, a auditoria, por exemplo, cobra mais caro.

7 Os critérios quantitativos constantes da IFRS 8 na determinação dos segmentos são adequados, de forma geral? Como fica a questão *rules x principles based* face a tais critérios quantitativos?

Eu concordo como forma geral com os critérios definidos na IFRS8, e é este conceito que utilizamos aqui no Itaú para gerenciarmos o Banco.

8 Com base nos exemplos de interfaces entre riscos empresariais, decisões dos principais executivos das empresas, contabilidade gerencial e contabilidade financeira ou societária, enviados no texto introdutório anexo a carta:

a- V. concorda que essas interfaces existem?

As interfaces existem, e entendê-las com detalhes constituem diferenciais, sendo o preço de transferência fundamental para avaliação de cada um dos segmentos.

b- Há outros exemplos que sua experiência profissional indica que se encaixem no mesmo conceito de interfaces citadas?

Novo sistema de medições de risco para valores de crédito inferiores a R\$5.000,00. Saber quanto o cliente tem de exposição, melhorar as medições de risco.

Hoje as provisões de crédito são feitas em 9 níveis (2682), e isso será mudado com a Basiléia II. Sairemos de uma visão de clientes para uma visão de *Lost Given Default*.

Quanto a questões ambientais e sociais, é preciso convencer os americanos e chineses. Já houve grandes avanços no Itaú, Real e Bradesco.

O lado social está longe de ser refletido na Contabilidade. O processo é gradual e vai ser ampliado na medida em que entidades que valorizam essas questões pressionem as empresas.

O Itaú faz parte do *Dow Jones Sustainability Index* desde o início, e isso já é reconhecido pelos clientes e investidores.

Há muitas informações que não estão refletidas na contabilidade. Hoje, divulgamos 3 tipos de informações: anual, gerencial e sócio ambiental.

9 Quais os benefícios que a vinculação da contabilidade gerencial à financeira pode trazer aos usuários das informações contábeis?

Os benefícios estão ligados a maiores níveis de *disclosure*.

No Itaú, ninguém acredita em uma informação que não esteja amarrada com a Contabilidade.

A Contabilidade gerencial é mais analítica, mas ela ou reflete a informação contábil (no *bottom line*), ou é reconciliada.

Nas IFTs, usamos as informações gerenciais, mas todas essas informações são reconciliadas. Informamos os ajustes e a razão dos ajustes existirem, principalmente em relação às operações de Tesouraria.

A contabilidade tem dificuldade em lidar com os derivativos. Costumo utilizar a frase de John Reed, executivo do Citibank: “os derivativos estão para a Contabilidade, assim como a quântica está para a Física”. Há uma dificuldade em se medir os impactos do negócio em relação aos derivativos. Hoje os modelos são ineficientes para medirem riscos em condições de *stress*.

Bruno Melo

Duração: 20 minutos

Preparador - Petrobrás

Entrevista 08/10/2008, 14h, por telefone

1 A norma IFRS 8 e o “enfoque gerencial” por ela preconizado permitirão que situações específicas de regiões geográficas e/ou de linhas de negócios (segmentos) sejam mais bem explicitadas nas demonstrações financeiras a partir de 2009, em comparação com as divulgações que vinham até então sendo feitas?

A Petrobrás começou a divulgar informações por segmento no ano 2000, sempre de acordo com o SFAS 131. Não teve vivência com o IAS 14. Em 2010, a empresa começará a divulgar em IFRS. Dessa forma, a companhia já divulga as suas informações de acordo com o enfoque gerencial.

2 A empresa já identificava seus segmentos da mesma maneira com que segmenta seus negócios para a tomada de decisão interna? Caso negativo, exemplifique a(s) principal(is) alteração(ões) que poderão surgir da plena adoção da IFRS 8.

Divulgamos da mesma maneira que analisamos a informação internamente.

3 Em que a IFRS 8 pode contribuir para maior utilidade das demonstrações financeiras face ao propósito de estas últimas orientarem a tomada de decisões econômicas pelos usuários?

A segmentação reflete a visão dos gestores, é possível entender a empresa da mesma maneira, conhecer os riscos e benefícios dos negócios por segmento, além de conhecer as regiões de atuação. O usuário externo consegue entender qual o negócio que a companhia está priorizando, onde ela está colocando recursos, investindo. A transparência é maior.

4 Quais seriam suas principais recomendações relacionadas ao aperfeiçoamento da norma?

Gostaria que a norma brasileira não fosse diferente da internacional, se não, haverá dificuldades de implementação.

Os elementos de divulgação requeridos pela norma não deveriam ser tão flexíveis. Deveria haver um mínimo de informação para ser divulgada (sem deixar o normativo muito rígido).

Muitas empresas dizem que olham internamente só o lucro, e por isso divulgam só este tipo de informação. Um problema da norma é que as empresas divulgam só o que elas querem, selecionam as informações.

A Petrobras divulga mais informações que as outras companhias.

5 A liberdade na identificação dos segmentos e o uso de critérios de mensuração internos possibilitam a melhor comunicação, aos usuários externos, sobre o *management* do negócio?

Não há como travar a liberdade de se escolher o critério de segmentação. Cada empresa tem uma estrutura diferente. Ninguém melhor que o gestor para entender a companhia e os seus segmentos.

A empresa tem a liberdade de escolher a sua metodologia, isso melhora a comunicação, pois vai refletir realmente os seus negócios.

A intenção é deixar o relatório mais aderente possível à realidade da companhia.

6 O enfoque gerencial torna a produção do relatório mais fácil e rápida?

Não é verdade. Não é rápido, nem fácil (a produção). Há muito trabalho a segmentar. Se mudar o critério de segmentação, devem-se refazer os dados passados para ter consistência. O número de informações e os seus detalhes são altos.

7 Os critérios quantitativos constantes da IFRS 8 na determinação dos segmentos são adequados, de forma geral? Como fica a questão *rules x principles based* face a tais critérios quantitativos?

Os critérios são adequados quando utilizados como referência, e não como limitadores.

Se a empresa julgar um segmento pequeno relevante, ela deve divulgar essas informações. Há 5 anos, a Petrobrás estava entrando em um novo nicho de mercado, área de gás e energia. Considerávamos essa informação relevante e a divulgávamos.

A norma não pode engessar a decisão da empresa sobre o que divulgar.

8 Com base nos exemplos de interfaces entre riscos empresariais, decisões dos principais executivos das empresas, contabilidade gerencial e contabilidade financeira ou societária, enviados no texto introdutório anexo a carta:

a- V. concorda que essas interfaces existem?

Sim.

b- Há outros exemplos que sua experiência profissional indica que se encaixem no mesmo conceito de interfaces citadas?

Riscos geopolíticos e econômicos. Riscos do ambiente regulador.

Teste de *impairment*, impacto da variação cambial na companhia.

9 Quais os benefícios que a vinculação da contabilidade gerencial à financeira pode trazer aos usuários das informações contábeis?

Permitir o acesso a informações que anteriormente não eram divulgadas. Captar os riscos, investimentos futuros, prospecções, estratégias.

Anteriormente a Petrobrás atuava em refino e exploração, hoje atua em distribuição e petroquímico também. É possível entender todos os elos da cadeia.

É possível saber se a empresa está aderente a seu plano estratégico; os usuários podem acompanhar se a empresa está seguindo o seu planejamento.

Marcus Severini

Duração: 20 minutos

Preparador - CVRD

Entrevista 02/10/2008, 14h40, por telefone

1 A norma IFRS 8 e o “enfoque gerencial” por ela preconizado permitirão que situações específicas de regiões geográficas e/ou de linhas de negócios (segmentos) sejam mais bem explicitadas nas demonstrações financeiras a partir de 2009, em comparação com as divulgações que vinham até então sendo feitas?

Conceitualmente sim. Com a norma, o usuário consegue entender os segmentos da mesma forma que a administração está vendo. Mas na prática, isso pode ser um problema de divulgação, pois há uma reação quase natural dos responsáveis pelas áreas de negócio de reduzir as informações a serem divulgadas alegando questões de confidencialidade e uso dessas informações pelos concorrentes. Mas no longo prazo, isso vai melhorar muito.

Na Vale, já divulgamos essa informação há um longo tempo, mas tivemos que vencer uma certa resistência das pessoas, as áreas de negócio pressionavam a Controladoria a não abrir essas informações.

2 A empresa já identificava seus segmentos da mesma maneira com que segmenta seus negócios para a tomada de decisão interna? Caso negativo, exemplifique a(s) principal(is) alteração(ões) que poderão surgir da plena adoção da IFRS 8.

A Vale fará uma revisão de formatos, e não de conteúdo. Essa nota da Vale possui mais informação que o necessário. O excesso de dado nem sempre é adequado, ele pode confundir os usuários.

Não haverá mudanças substanciais, e nem trabalho adicional com a mudança.

3 Em que a IFRS 8 pode contribuir para maior utilidade das demonstrações financeiras face ao propósito de estas últimas orientarem a tomada de decisões econômicas pelos usuários?

No Brasil, a norma servirá para alavancar o aprendizado de alguns analistas de demonstrações financeiras, que não possuem tradição de análise devido a um histórico de efeitos cambiais e monetários. Estamos começando a aprender a analisar os balanços.

A norma é importante para buscar entender o movimento dos negócios nas empresas. Saber quais os movimentos que a empresa está tomando e as principais razões para isso. Os movimentos são muito mais importantes que os dados em si.

Mundialmente, as pessoas estão mais preparadas, conseguem entender e captar os movimentos naturalmente.

4 Quais seriam suas principais recomendações relacionadas ao aperfeiçoamento da norma?

No primeiro momento não sugiro aperfeiçoamento. Deixe as empresas aprenderem com o que está estabilizado em nível mundial.

Com o tempo, pode ser necessário ver o que deve ser agregado na norma. A sociedade brasileira deve demandar informações específicas para esse relatório. Os aperfeiçoamentos devem ser oriundos de necessidades reais.

Os usuários poderão entender o que uma empresa quer mostrar, é um “baita” instrumento de conhecimento da empresa.

5 A liberdade na identificação dos segmentos e o uso de critérios de mensuração internos possibilitam a melhor comunicação, aos usuários externos, sobre o *management* do negócio?

Sim, vai melhorar. Não diretamente, mas através do mercado.

A divulgação de critério de mensuração interno não é um problema.

6 O enfoque gerencial torna a produção do relatório mais fácil e rápida?

Não é verdade. O nível de informação que se tem na empresa não é igual ao nível de informação do relatório. A informação existe, mas na prática não é essa a divulgada, o relatório precisa ser elaborado.

Essa não é uma vantagem do relatório. A sua vantagem reside em poder conhecer a maneira com que a empresa gerencia os seus negócios.

7 Os critérios quantitativos constantes da IFRS 8 na determinação dos segmentos são adequados, de forma geral? Como fica a questão *rules x principles based* face a tais critérios quantitativos?

É contraditório ter informações quantitativas. Ele foi criado para evitar que empresas criassem instrumentos para evitar certas divulgações. Para evitar frases do tipo: a empresa apresenta um único segmento.

É um contra-senso em relação ao *principles based*. Pode ser encarado como um mal necessário.

8 Com base nos exemplos de interfaces entre riscos empresariais, decisões dos principais executivos das empresas, contabilidade gerencial e contabilidade financeira ou societária, enviados no texto introdutório anexo a carta:

a- V. concorda que essas interfaces existem?

Sim, mas às vezes não são identificadas de forma tão direta. Elas servem no mínimo de painel de controle, de indicador.

b- Há outros exemplos que sua experiência profissional indica que se encaixem no mesmo conceito de interfaces citadas?

Vários são os exemplos. Uma crise governamental num país estrangeiro que eu tenho investimento. Isso altera questões como teste de *impairment*, risco operacional.

A contabilidade brasileira está longe de captar esse tipo de coisa. A minha dúvida está entre captar e divulgar.

Hoje, nas grandes empresas, são poucas as coisas que a contabilidade não consegue captar. Creio que captem cerca de 90% dos efeitos.

Em empresas menores isso é algo mais complicado, há poucas pessoas, menos experiência.

9 Quais os benefícios que a vinculação da contabilidade gerencial à financeira pode trazer aos usuários das informações contábeis?

Todos os benefícios. A vinculação é muito útil para não contar historinha mentirosa. Deve haver conciliação entre o gerencial e o financeiro. Quando não há, é uma questão de sorte não existir informação inadequada.

Essas inter-relações precisam ser identificadas e refletidas. Os relatórios chegam de muitas áreas, e a Controladoria precisa fazer o *link*, tradução, mensuração, dessas informações com a Contabilidade.

APÊNDICE 4– Auditores de Demonstrações financeiras

Flávio Peppe

Duração: 30 minutos

Ernst & Young

Entrevista 14/10/2008, 11h

1 A norma IFRS 8 e o “enfoque gerencial” por ela preconizado permitirão que situações específicas de regiões geográficas e/ou de linhas de negócios (segmentos) sejam mais bem explicitadas nas demonstrações financeiras a partir de 2009, em comparação com as divulgações que vinham até então sendo feitas?

A informação gerencial facilita, mas não explica muito do ambiente de mercado. Havia um cliente que fabricava equipamentos e prestava serviço de manutenção. Os negócios de equipamento tinham margem negativa; e o serviço, positiva. A norma ajudará a mudar a percepção do acionista sobre o negócio: será possível questionar as decisões, as alocações de recursos, os tipos de financiamento.

Será possível questionar, por exemplo, se a empresa toma recursos para investir em uma linha deficitária. As informações se tornarão mais tangíveis sobre o futuro da operação da empresa, comparado ao que ela tem feito atualmente.

Será preciso uma mudança de cultura para as empresas apresentarem o gerencial, pois são informações que os concorrentes ainda não possuem. Eles poderão conhecer a margem de contribuição, margem de lucratividade e mostrar o *business plan*.

Em muitas empresas, a contabilidade gerencial é vinculada ao CDI, é em dólar, etc. Muitas informações não são conciliadas com a contabilidade. Havia um cliente que o colocava seu imobilizado na contabilidade gerencial como despesa.

2 Você acredita que a divulgação de informações por segmento passará a ser feita de forma diferente pelas empresas em razão da adoção do management approach? Haverá mudanças na prática? Exemplifique.

Haverá mudanças na prática em função do *management approach*. Não era feito agrupamento por mercado, serviço. As apresentações não eram sobre o negócio.

A Petrobrás com a IFRS 8, por exemplo, poderá demonstrar que ganha dinheiro com o frete.

Um banco como o Abn, por exemplo, que possui muitas atividades, é difícil saber como se fará a segmentação? Como descobrir os pilares que sustentam as suas operações? Essa é a visão gerencial?

Muitos sistemas de contabilidade não estão parametrizados para essa quebra por segmento.

3 Em que a IFRS 8 pode contribuir para maior utilidade das demonstrações financeiras face ao propósito de estas últimas orientarem a tomada de decisões econômicas pelos usuários?

Os acionistas não gostam de surpresa. O aumento do nível de informações sobre o gerenciamento e planejamento pode tranquilizar ou assustar o acionista, afetando o valor da ação.

4 Quais seriam suas principais recomendações relacionadas ao aperfeiçoamento da norma?

É muito difícil pensar em aperfeiçoamentos pois a norma ainda não foi implantada.

Acredito que o CPC não deve topicalizar a norma, não diminuir o número de requerimentos de informação ou descaracterizar algum tipo de requerimento (como fez com o CPC 02 em comparação ao IAS 21).

O principal desafio no Brasil refere-se ao alto custo com a publicação e a parametrização dos sistemas. Temos muitas empresas com a Contabilidade voltada para fins fiscais. Será difícil conciliar a informação gerencial com a da contabilidade.

Quando uma empresa pega dinheiro emprestado, para qual negócio o financiamento será alocado? Não temos essa informação na contabilidade.

5 Quais os principais problemas em se adotarem, para a divulgação requerida pela IFRS 8, critérios gerenciais de mensuração (preços de transferência, alocações de custos, por exemplo) diferentes dos critérios normatizados pelas IFRS para a preparação das demonstrações financeiras básicas?

Os critérios gerenciais de mensuração foram a solução encontrada. Os sistemas contábeis não são parametrizados para isso. Isso é um ponto positivo, mas deve ser usado com certa cautela. Se a empresa mudar um critério de alocação, ela pode mudar o resultado do negócio.

6 Os critérios quantitativos constantes da IFRS 8 na determinação dos segmentos são adequados, de forma geral? Como fica a questão *rules x principles based* face a tais critérios quantitativos?

Se a norma deixasse tudo a critério da administração da empresa, as informações seriam muito díspares. Para alguns itens, são necessários requerimentos específicos, ainda mais no Brasil onde muitas empresas não gostam de abrir informações. Creio que isso é positivo, ajuda na comparabilidade.

7 A auditoria das informações por segmento a serem divulgadas como requerido pela IFRS 8 será, a seu ver, mais simples ou menos simples do que anteriormente? Exemplifique.

O auditor precisará entender como a informação para a nota explicativa foi gerada. Se o rateio for por horas/homens, por exemplo, ele precisará auditar esse processo. O trabalho será ampliado. A auditoria será a mesma. Aumentará a demanda para documentar os processos de geração dessas informações. Teremos que avaliar a confiança da informação gerada.

8 Com base nos exemplos de interfaces entre riscos empresariais, decisões dos principais executivos das empresas, contabilidade gerencial e contabilidade financeira ou societária, enviados no texto introdutório anexo a carta:

a- V. concorda que essas interfaces existem?

Concordo. Estamos vendo agora as crises de crédito e aumento de inadimplência nos bancos de varejo do Brasil.

As interfaces relativas à deflação acontecem muito a longo prazo. Em algumas empresas, a proteção ao meio ambiente é um assunto extremamente relevante. Creio que o problema aparece nas questões de ações sociais; os brasileiros não possuem uma cultura punitiva em relação às empresas.

b- Há outros exemplos que sua experiência profissional indica que se encaixem no mesmo conceito de interfaces citadas?

Variação cambial em empresas com investimento no exterior. Empresas como Sadia, Votorantim e Aracruz usando instrumentos financeiros com um cunho especulativo. Não há boa divulgação dessas informações nas empresas. Nos bancos, o nível de detalhe é maior, mas não mostra a análise de sensibilidade em relação a mudanças de taxas.

A IFRS 8 cobre todas as informações gerenciais necessárias. Outras informações já são colocadas no balanço social.

Aquiles Bergamini

Duração: 40 minutos

KPMG

Entrevista 03/10/2008, 10h

1 A norma IFRS 8 e o “enfoque gerencial” por ela preconizado permitirão que situações específicas de regiões geográficas e/ou de linhas de negócios (segmentos) sejam mais bem explicitadas nas demonstrações financeiras a partir de 2009, em comparação com as divulgações que vinham até então sendo feitas?

Creio que a norma é equivocada e não irá contribuir para melhor transparência ou utilidade das demonstrações financeiras. O IFRS 8 bebeu da fonte da norma americana SFAS 131, que não provou ser mais eficiente ou superior que o antigo IAS 14 na melhora da informação por segmento. Pelo contrário, penso que aumentará o nível de desinformação, pois (i) ao aumentar o nível de detalhes, há o risco de se exigir informações confidenciais que possam prejudicar o negócio, portanto as empresas evitarão divulgações excessivamente comprometedoras; (ii) e mesmo que divulguem todas as informações que divulgariam caso estivessem analisando o negócio com os olhos da gerencia, informações excessivamente detalhadas fora do contexto podem não ser entendidas corretamente; e (iii) as divulgações contábeis devem se prestar a proporcionar um sumário relevante que seja útil aos usuários, e não necessariamente um detalhamento de cada transação ocorrida.

Quanto mais informações uma empresa fornece, maior é a capacidade de esconder fatos relevantes.

2 Você acredita que a divulgação de informações por segmento passará a ser feita de forma diferente pelas empresas em razão da adoção do management approach? Haverá mudanças na prática? Exemplifique.

Mudanças devem haver, sim, pois cada empresa é avaliada e gerenciada de forma diferente. No entanto, fica difícil prever os impactos neste momento. As empresas que adotaram as IFRS em 2005 gastaram considerável tempo e esforço para o entendimento do IAS 14 e, agora, estão novamente envolvidas num trabalho árduo de adaptação das suas informações. Temos que

esperar o comportamento do mercado. A tendência no Brasil é não sentirmos mudanças, pois a adoção efetiva das IFRS, em 2010, já será pela norma atual.

3 Em que a IFRS 8 pode contribuir para maior utilidade das demonstrações financeiras face ao propósito de estas últimas orientarem a tomada de decisões econômicas pelos usuários?

Sou cético quanto aos benefícios da norma em questão.

4 Quais seriam suas principais recomendações relacionadas ao aperfeiçoamento da norma?

Deveria haver um guia com os critérios de agregação (muito difícil de ser aplicado na Prática), e um para os critérios de mensuração internos (pois reduzem a clareza e comparabilidade do segmento).

Exemplo: VGV- valor geral de venda. Não há padronização, regras para isso, não se sabe se se incluem nesse valor promessas de contratos, só contratos assinados.

5 Quais os principais problemas em se adotarem, para a divulgação requerida pela IFRS 8, critérios gerenciais de mensuração (preços de transferência, alocações de custos, por exemplo) diferentes dos critérios normatizados pelas IFRS para a preparação das demonstrações financeiras básicas?

O problema não está na utilização de critérios gerenciais, mas na sua conciliação com os números contábeis. Efetuada a reconciliação adequada, os problemas terminariam.

6 Os critérios quantitativos constantes da IFRS 8 na determinação dos segmentos são adequados, de forma geral? Como fica a questão *rules x principles based* face a tais critérios quantitativos?

Acredito que os problemas com critérios quantitativos são maiores com as normas de mensuração. Normas de divulgação propriamente ditas devem, sim, ter percentuais estabelecidos para permitir comparabilidade. No entanto, é difícil explicar a utilização de critérios diferentes pelo IASB (*rules x principles*).

7 A auditoria das informações por segmento a serem divulgadas como requerido pela IFRS 8 será, a seu ver, mais simples ou menos simples do que anteriormente? Exemplifique.

A tendência é um maior volume de horas e maior complicação, pois a auditoria é voltada para as informações contábeis, e não para informações gerenciais. Será um desafio para os auditores emitirem *assurance* sobre números não originados da contabilidade “oficial”.

8 Com base nos exemplos de interfaces entre riscos empresariais, decisões dos principais executivos das empresas, contabilidade gerencial e contabilidade financeira ou societária, enviados no texto introdutório anexo a carta:

a- V. concorda que essas interfaces existem?

Concordo que existem, mas nas empresas ninguém pensa dessa maneira: a análise é mais sobre risco de negócio.

b- Há outros exemplos que sua experiência profissional indica que se encaixem no mesmo conceito de interfaces citadas?

Situação do setor no Brasil, prazos, levantamento de capital, alterações nas condições de mercado, escassez de recursos, formas de financiamento. No Brasil, as empresas pensam nessas interfaces, mas não as documentam. Na Europa isso é mais comum.

As informações da OFR são muito mais úteis, são todas linkadas com a contabilidade, é muito mais útil para a tomada de decisão.

Francisco Papellás

Duração: 36 minutos

Deloitte

Entrevista 15/10/2008, 8h02

1 A norma IFRS 8 e o “enfoque gerencial” por ela preconizado permitirão que situações específicas de regiões geográficas e/ou de linhas de negócios (segmentos) sejam mais bem explicitadas nas demonstrações financeiras a partir de 2009, em comparação com as divulgações que vinham até então sendo feitas?

O objetivo da norma é transmitir ao usuário a informação no mesmo formato que ela é usada pela administração. Mas há uma limitação inerente, a informação segmentada está restrita aos mesmos critérios utilizados nas demonstrações financeiras. Não é possível inventar.

Aplica-se um conceito gerencial, mas com a limitação das regras contábeis do IFRS. Não tem como colocar critérios contábeis diferentes.

O relatório fornece indicações de algumas regiões ou produtos que não estão indo bem; os *stakeholders* podem tomar alguma decisão com essas informações: comprar, manter, sair.

A norma não requer que faça divulgação de 100% das operações, apenas 75% das receitas. É uma tentativa de disponibilizar informações que a empresa possui e não quer compartilhar.

A aplicação pelos brasileiros será complicada, aqui não há cultura de transparência sedimentada. É difícil convencer os administrados a tornarem esses dados públicos.

Os auditores terão um importante papel a cumprir, não adianta falar que é “enfoque gerencial”, tentando ocultar alguma informação, se o auditor sabe que não é. Espera-se que a nota explicativa seja semelhante ao que é usado no dia-a-dia.

A informação do dia-a-dia é bem mais detalhada, mas a divulgação de um mínimo de informação é importante. Hoje alguns grupos possuem atividades bem segmentadas, não sabemos qual grupo gerou lucro (exemplo Itaúsa).

2 Você acredita que a divulgação de informações por segmento passará a ser feita de forma diferente pelas empresas em razão da adoção do management approach? Haverá mudanças na prática? Exemplifique.

É difícil responder. O IFRS exige uma formatação diferente da que é feita hoje. Mas ainda não vimos nada na prática.

3 Em que a IFRS 8 pode contribuir para maior utilidade das demonstrações financeiras face ao propósito de estas últimas orientarem a tomada de decisões econômicas pelos usuários?

Se o relatório for bem feito, o usuário terá a chance de ter *insights* sobre as operações da entidade (fato que não possui hoje). A decisão tomada pode ser diferente.

A perfeita adoção não será feita em um primeiro momento. Usuários deverão pressionar as entidades para melhorarem a informação.

O nível de divulgação há 10 anos era substancialmente diferente, e isso não é um prazo muito longo.

Isso dependerá da evolução da norma, aumento do interesse do usuário final, pressão dos usuários, regulamentação (exemplo: novo mercado da Bovespa), pressão internacional (exemplo: captação de recursos no exterior).

Esse tipo de pressão, por transparência, não tem volta.

4 Quais seriam suas principais recomendações relacionadas ao aperfeiçoamento da norma?

O objetivo do CPC não é se desviar das normas internacionais, a não ser que tenha uma boa causa. Exemplo: quando divulgar dividendos obrigatórios.

O CPC tem a responsabilidade e o direito de comentar as normas do IASB.

Não acho que o CPC fará uma norma diferente do IFRS 8. O objetivo do CPC é que nas demonstrações financeiras individuais os critérios sejam os mesmos do consolidado.

5 Quais os principais problemas em se adotarem, para a divulgação requerida pela IFRS 8, critérios gerenciais de mensuração (preços de transferência, alocações de custos, por exemplo) diferentes dos critérios normatizados pelas IFRS para a preparação das demonstrações financeiras básicas?

O fator limitador continua. Não vejo problemas em usar preço de transferência entre segmentos de uma mesma empresa. Deverá ser analisado se há fatores objetivos para fazer alocação dos

custos e despesas entre segmentos, qual é o produto chefe da empresa. A alocação precisa de um critério objetivo e comprovável.

Um problema será onde alocar os ganhos e perdas com tesouraria, pois muitas vezes essa atividade é centralizada.

6 Os critérios quantitativos constantes da IFRS 8 na determinação dos segmentos são adequados, de forma geral? Como fica a questão *rules x principles based* face a tais critérios quantitativos?

É um *guideline*, nada impede que seja feito de forma diferente. Não é uma discussão de *rules x principles based*, é apenas um indicativo. A tendência do Brasil hoje é fazer o mínimo obrigatório.

O IASB não tinha muita saída, por isso criou estes critérios.

7 A auditoria das informações por segmento a serem divulgadas como requerido pela IFRS 8 será, a seu ver, mais simples ou menos simples do que anteriormente? Exemplifique.

Para o auditor, não haverá muita complexidade, ele já olha a parte gerencial para identificar riscos e fazer planejamento de auditoria. A dificuldade relaciona-se a avaliar se faz sentido a informação divulgada em relação ao que é feito internamente. O resultado é suficiente e adequado para o leitor? Entra na área de julgamento profissional, estratégia e intenção da administração.

8 Com base nos exemplos de interfaces entre riscos empresariais, decisões dos principais executivos das empresas, contabilidade gerencial e contabilidade financeira ou societária, enviados no texto introdutório anexo a carta:

a- V. concorda que essas interfaces existem?

É muito difícil antecipar ou rever o volume de PDD com a crise de crédito, não há movimentos tangíveis. A administração pensa na crise e os seus impactos no fluxo de caixa.

Essa interface é natural, qualquer administração pensa assim. Mas não sei o nível de qualidade da análise feita na empresa. Não concordo que a deflação possa causar queda do poder aquisitivo dos consumidores; esse efeito pode ser da inflação.

É difícil pensar como o agente econômico vai se comportar devido à inflação, concorrência, etc. Não acho que todas as questões ambientais estão contabilizadas.

Quanto ao custo com empregado, sabemos mensurar o custo, mas não sabemos mensurar o aumento da produtividade.

b- Há outros exemplos que sua experiência profissional indica que se encaixem no mesmo conceito de interfaces citadas?

Todo o risco empresarial terá impacto na contabilidade.

Risco de dano à reputação, perderá o negócio. Não terá impacto direto, mas terá menos receita, menos clientela.

Catástrofe – impacto na contabilidade.

Risco regulatório – muda a norma e a empresa terá que tomar atitude. Exemplo, se o Banco Central mudar o critério de provisão, a contabilidade do banco será alterada.

APÊNDICE 5 – Analistas de Demonstrações financeiras

Vanessa Miranda

Duração: 16 minutos

Analista de crédito do Banco do Brasil

Entrevista 08/09/2008, 19h30

1 A norma IFRS 8 e o “enfoque gerencial” por ela preconizado permitirão que situações específicas de regiões geográficas e/ou de linhas de negócios (segmentos) sejam mais bem explicitadas nas demonstrações financeiras a partir de 2009, em comparação com as divulgações que vinham até então sendo feitas?

Sim, permitirão maior conhecimento dos negócios, riscos e resultados de cada segmento da empresa. Tais informações não são divulgadas ou são comentadas de forma não organizada no relatório de administração, *site* das empresas. Os analistas, até então, precisavam montar um quebra-cabeça.

2 A quebra por segmento pela IFRS 8 melhora a capacidade de explicar a evolução dos negócios por segmento no tocante à maneira pela qual os mesmos são gerenciados?

Sem dúvida. O acompanhamento de resultados permitirá entender como a empresa se avalia. Quando houver informações sobre vários anos, será possível analisar o gerenciamento dos negócios.

3 Considerando a percepção particular de cada empresa sobre a “relevância” das informações divulgadas, como fica a questão da “comparabilidade” entre empresas do mesmo setor, bem como entre empresas de setores diferentes?

Analistas não gostam de muitos detalhes. A informação detalhada dificulta a comparabilidade. Aspectos subjetivos internos, cultura da empresa, perfil gerencial dos administradores, impactam nas demonstrações financeiras. Uma empresa do setor de mineração pode não possuir os mesmos segmentos que outra empresa de mineração. Quando um analista decidir pela comparação, deverá ponderar essas divergências.

Sobre a comparação entre empresas de setores diferentes, esse normativo pode ser útil, por exemplo, na identificação de similaridades em regiões de atuação. A partir dessa identificação, compara-se a evolução das duas empresas.

Prefiro relevância à comparabilidade.

4 Em que a IFRS 8 pode contribuir para maior utilidade das demonstrações financeiras face ao propósito de estas últimas orientarem a tomada de decisões econômicas pelos usuários?

Com informações sobre risco de concentração, tanto de ramo de negócio, quanto de região. Além de fornecer uma visão da evolução do negócio e resultado de cada segmento.

5 Quais seriam suas principais recomendações relacionadas ao aperfeiçoamento da norma?

Não tenho.

6 Quais os principais problemas em se adotarem, para a divulgação requerida pela IFRS 8, critérios gerenciais de mensuração (preços de transferência, alocações de custos, por exemplo) diferentes dos critérios normatizados pelas IFRS para a preparação das demonstrações financeiras básicas?

Os problemas são a subjetividade e a perda de comparabilidade com outras empresas que utilizam critérios diferentes. O uso de medidas internas ajuda a enxergar a empresa com os olhos da administração, ver a realidade. É possível fazer análises a partir da visão da administração.

6B Os critérios quantitativos constantes da IFRS 8 na determinação dos segmentos são adequados, de forma geral? Como fica a questão *rules x principles based* face a tais critérios quantitativos?

Essa regra é necessária. De acordo com a estrutura conceitual do IASB, uma empresa pode desobedecer a essa regra caso ela acredite que exista outra forma de determinação. Isso não é um problema.

7 Com base nos exemplos de interfaces entre riscos empresariais, decisões dos principais executivos das empresas, contabilidade gerencial e contabilidade financeira ou societária, enviados no texto introdutório anexo a carta:

a- V. concorda que essas interfaces existem?

Sim

b- Há outros exemplos que sua experiência profissional indica que se encaixem no mesmo conceito de interfaces citadas?

Uma região geradora de receitas e lucros que possui dependência de uma única fonte de energia (exemplo, petróleo). Se houver escassez desse recurso, haverá perda na capacidade produtiva no segmento e na região.

8 Quais informações gerenciais poderiam ser divulgadas para uma maior abrangência de informações para estimativa de fluxos de caixa futuros?

Divulgação das premissas utilizadas pela empresa sobre o que acontecerá no futuro. Taxas econômicas, tendência de faturamento, visão de futuro, perda de capacidade produtiva. As empresas poderiam informar as suas expectativas de crescimento, vendas e lucro em determinada região e segmento.

As estimativas da empresa poderiam ser comparadas com as dos analistas, para ver a mais adequada.

Reginaldo Alexandre

Duração: 20 minutos

Analista - APIMEC

Entrevista 10/10/2008, 9h55

1 A norma IFRS 8 e o “enfoque gerencial” por ela preconizado permitirão que situações específicas de regiões geográficas e/ou de linhas de negócios (segmentos) sejam mais bem explicitadas nas demonstrações financeiras a partir de 2009, em comparação com as divulgações que vinham até então sendo feitas?

Claro. É interessante analisar a empresa por segmento, ver se é rentável, prever movimentos futuros, definir qual é realmente o foco da empresa.

Os analistas gostam muito deste tipo de informação.

2 A quebra por segmento pela IFRS 8 melhora a capacidade de explicar a evolução dos negócios por segmento no tocante à maneira pela qual os mesmos são gerenciados?

Bastante. É importante conhecer segmentos com características diferentes, e que muitas vezes são conectados. É possível perceber o grau de eficiência do gerenciamento de custos do negócio e retorno em relação ao custo médio de capital da empresa.

3 Considerando a percepção particular de cada empresa sobre a “relevância” das informações divulgadas, como fica a questão da “comparabilidade” entre empresas do mesmo setor, bem como entre empresas de setores diferentes?

Não perderemos comparabilidade. Agora teremos a informação consolidada e a por segmento. Será possível comparar um segmento com outro segmento, e ainda com alguma empresa especializada. E tudo isso sem perder a análise comparada dos conglomerados. Ganhamos em comparabilidade.

4 Em que a IFRS 8 pode contribuir para maior utilidade das demonstrações financeiras face ao propósito de estas últimas orientarem a tomada de decisões econômicas pelos usuários?

Definir margens operacionais, é possível se posicionar melhor na companhia. Tem uma idéia mais clara do foco da empresa, qual o segmento é o seu *core business*.

É útil para se posicionar e prever movimentos futuros. Teremos uma idéia clara de como são compostos os negócios da empresa, onde estão as áreas mais rentáveis e antever certos movimentos. O trabalho do analista é tentar adivinhar o futuro.

5 Quais seriam suas principais recomendações relacionadas ao aperfeiçoamento da norma?

Todo o trabalho de regulação tem como mote a convergência. O Brasil vai acompanhar esse cenário.

6 Quais os principais problemas em se adotarem, para a divulgação requerida pela IFRS 8, critérios gerenciais de mensuração (preços de transferência, alocações de custos, por exemplo) diferentes dos critérios normatizados pelas IFRS para a preparação das demonstrações financeiras básicas?

Nas empresas abertas, há uma interação entre os analistas. A tendência das empresas é fazer uma segmentação de acordo com o que o mercado espera e requer. Há um processo de interação entre empresas e analistas. O analista pode fazer sugestões.

7 Com base nos exemplos de interfaces entre riscos empresariais, decisões dos principais executivos das empresas, contabilidade gerencial e contabilidade financeira ou societária, enviados no texto introdutório anexo a carta:

a- V. concorda que essas interfaces existem?

Sim. Tais interações farão sentido se refletirem o mais próximo possível daquilo que efetivamente acontece. Mas não refletem só nessas linhas.

b- Há outros exemplos que sua experiência profissional indica que se encaixem no mesmo conceito de interfaces citadas?

Crises cambiais trazem perdas gigantescas para as empresas. A PDD reflete também uma perda com instrumentos financeiros.

Sou analista de investimento, preciso ir no detalhe, achar potencial de criação de valor no futuro e capacidade de pagamento.

Quanto mais detalhe, melhor, desde que apresentados de forma adequada. Se a empresa não apresenta informação adequada, ela é punida pelo mercado.

8 Quais informações gerenciais poderiam ser divulgadas para uma maior abrangência de informações para estimativa de fluxos de caixa futuros?

Informações sobre derivativos. Hoje ficou claro que há uma deficiência de informação sobre este tema.

É importante dar mais abertura, mais detalhes, além de um *guidance* sobre os cenários econômicos.

É pecado mortal o *guidance* não cumprido. Esse é o problema de publicar um *guidance* otimista demais, ele deve ser realista, fazer sentido para empresa. As empresas com ações em bolsa são punidas casos os *guidances* não tenham aderência.

Marcelo Costa

Duração: 1h05min

Analista – Standard & Poor's

Entrevista 09/10/2008, 10h36

1 A norma IFRS 8 e o “enfoque gerencial” por ela preconizado permitirão que situações específicas de regiões geográficas e/ou de linhas de negócios (segmentos) sejam mais bem explicitadas nas demonstrações financeiras a partir de 2009, em comparação com as divulgações que vinham até então sendo feitas?

Isso vai depender da empresa, da maneira com que ela gerencia o seu caixa, sua tesouraria e como ela olha os seus negócios. Nas empresas de capital aberto, as evidenciações são maiores tanto da *holding*, quanto das subsidiárias. Nesses casos, fica mais fácil analisar os seus segmentos.

A principal análise que fazemos como empresa de *rating* é da dívida e pagamento da dívida. É preciso analisar onde está a geração de caixa. Quando as empresas não fornecem informações, é preciso ir até lá e pedir.

Analizamos quais são os negócios da empresa com maior relevância sob dois aspectos:

Geração de caixa e dívida. Analizamos o histórico da empresa e fazemos perspectivas futuras. É muito importante ter informações sobre perspectivas para o futuro, estratégias sobre o futuro dos negócios, isso contribui, como ponto de partida, para as análises.

Analizamos também o ativo e o volume de vendas.

2 A quebra por segmento pela IFRS 8 melhora a capacidade de explicar a evolução dos negócios por segmento no tocante à maneira pela qual os mesmos são gerenciados?

Queremos entender qual a representatividade de cada negócio em relação ao Balanço e ao Resultado. Um segmento pode ter uma margem baixa, mas precisamos entender a razão de ser do segmento. Qual o fundamento para manter esse negócio, é preciso pensar como se fosse o próprio controlador da empresa, o que esse negócio representa para o grupo.

Quando uma empresa é transparente e divulga muita informação, podemos fazer perguntas mais objetivas, com isso usamos menos o tempo da alta gerência para explicar algumas coisas. Muitas

empresas não possuem essa noção. As nossas reuniões tornam-se muito mais produtivas quando existe mais informação. É difícil mensurar esse valor. Isso facilita o trabalho da empresa, as informações ficam organizadas e sistemáticas. O relacionamento com os diferentes públicos melhora.

Nós da Standard & Poor's somos considerados *insiders*, pois temos acesso à informação privilegiada, mas defendemos a transparência.

Quanto mais transparente, maior o *disclosure*, o relacionamento fica melhor, mais eficiente. Além disso, aumenta-se o nível de confiabilidade e segurança no comitê onde o *rating* é decidido.

3 Considerando a percepção particular de cada empresa sobre a “relevância” das informações divulgadas, como fica a questão da “comparabilidade” entre empresas do mesmo setor, bem como entre empresas de setores diferentes?

Por experiência própria, creio que as empresas devem ter outras formas de fazer a segmentação, não apenas a maneira como divulga. A empresa divulga por produto, mas internamente tem por cliente, região, etc. Isso não é um problema.

No futuro o mercado vai pressionar por homogeneização.

Nas empresas de capital aberto, a área de RI escuta muito as nossas sugestões. Geralmente os bancos, agências de *rating*, investidores começam a pedir certas informações; e quando tornam-se constantes, tais informações passam a ser divulgadas anualmente. Tal área, quando funciona corretamente, tenta sempre aprimorar o nível de informação divulgada.

4 Em que a IFRS 8 pode contribuir para maior utilidade das demonstrações financeiras face ao propósito de estas últimas orientarem a tomada de decisões econômicas pelos usuários?

Primeiro olhamos a “foto” para ter uma idéia do segmento, uma análise macro, da sua representatividade. Ver se tem capital humano, problemas de greve, força do sindicato (são pontos para análise principalmente em empresas internacionais).

Depois olhamos com mais detalhes as principais contas, como vendas, EBTIDA, linhas de despesa e receita financeira, geração de caixa, tamanho da dívida, investimentos passados.

Depois disso, vamos à empresa e fazemos questionamentos. Precisamos entender a estratégia, como o segmento se relaciona ao negócio, o que ele agrega para a empresa, a sua

representatividade. Precisamos entender o fundamento econômico que justifica a existência do segmento.

5 Quais seriam suas principais recomendações relacionadas ao aperfeiçoamento da norma?

Informações com muito detalhe acabam atrapalhando e, nesse caso, podemos encontrar muita quantidade com baixa relevância. Aí, se analista não tem experiência, ele pode tomar a decisão incorreta. O importante é não criar regras que só são aplicadas para um determinado tipo de empresa. Para evitar o problema de divulgar uma coisa que não serve para nada, em que não consigo tomar nenhuma decisão. Deve-se focar na essência da empresa.

É preciso trazer um bom senso para as empresas sobre o que divulgar.

É preciso existir também um guia mínimo de requerimentos de divulgação, com informações qualitativas e não financeiras também. Mas não pode ter muitos detalhes.

O ideal seria não ter os requerimentos mínimos, mas, nesse caso, poderíamos estar sujeitos a uma queda na qualidade das informações divulgadas.

6 Quais os principais problemas em se adotarem, para a divulgação requerida pela IFRS 8, critérios gerenciais de mensuração (preços de transferência, alocações de custos, por exemplo) diferentes dos critérios normatizados pelas IFRS para a preparação das demonstrações financeiras básicas?

Isso não chega a ser um problema na maioria dos casos, vendo pela perspectiva da avaliação de crédito.

Se pensarmos em geração de caixa, vemos que a tesouraria é centralizada. Olhamos o grupo como um todo.

Se a empresa tem muitas alocações e faz preços de transferências de forma freqüente, isso pode gerar mais trabalho, mais conversa interna para tentar entender as coisas.

Creio que as empresas não vão querer fazer essas divulgações na maioria dos casos, não vão querer divulgar os seus critérios de alocação, razões de segmentação (como, por exemplo, questões tributárias).

7 Com base nos exemplos de interfaces entre riscos empresariais, decisões dos principais executivos das empresas, contabilidade gerencial e contabilidade financeira ou societária, enviados no texto introdutório anexo a carta:

a- V. concorda que essas interfaces existem?

Sem dúvida. As grandes empresas fazem essa interface, o mercado se profissionalizou bastante. A minha empresa pensa nisso o tempo todo.

A melhor projeção do mundo é a feita pela própria empresa. Ter *rating* melhor não reduz apenas o custo financeiro, o seu benefício é intangível, melhora a comunicação da empresa com os seus diversos usuários.

b- Há outros exemplos que sua experiência profissional indica que se encaixem no mesmo conceito de interfaces citadas?

Crise de crédito – aumento no custo financeiro, novas dívidas, alavancagem financeira.

Contingências – questões de regulação.

Aquecimento da economia – vendas.

8 Quais informações gerenciais poderiam ser divulgadas para uma maior abrangência de informações para estimativa de fluxos de caixa futuros?

Estatísticas do negócio, indicadores de performance, quantidades vendidas, preços de venda, tipos de derivativos.

Projeções, estratégias.

Quais os projetos futuros para aumento da capacidade.

Quando isso vai entrar em operação

Estratégias de financiamento

A S&P tem acesso às projeções da empresa, conseguimos essas informações confidenciais. Olhando o histórico de informações divulgadas, conseguimos entender se fazem sentido tais projeções.

Amador Rodriguez

Duração: 19 minutos

Analista - Serasa

Entrevista 09/10/2008, 14h56

1 A norma IFRS 8 e o “ênfoque gerencial” por ela preconizado permitirão que situações específicas de regiões geográficas e/ou de linhas de negócios (segmentos) sejam mais bem explicitadas nas demonstrações financeiras a partir de 2009, em comparação com as divulgações que vinham até então sendo feitas?

Com certeza, sim. A adoção da norma IFRS 8, além de representar um grande passo rumo ao alinhamento do conjunto de normas brasileiras às normas internacionais, representa também um grande avanço no sentido de fornecer ao investidor e a outros públicos relacionados com a empresa informações mais precisas e detalhadas das atividades e operações da empresa, sob alguns ângulos, enriquecendo a análise para a decisão de investimento ou de negociar com a empresa.

2 A quebra por segmento pela IFRS 8 melhora a capacidade de explicar a evolução dos negócios por segmento no tocante à maneira pela qual os mesmos são gerenciados?

Com certeza esse será um fator preponderante no sentido de fornecer às partes relacionadas informações antes obscuras sobre a evolução das operações das empresas em cada segmento da economia. A segmentação proposta pela IFRS 8, além de evidenciar de maneira clara os seus principais produtos, serviços e clientes, proporcionará ao investidor uma percepção mais clara de fluxos de caixa futuros da entidade.

As empresas no Brasil adoram dizer que as informações são estratégicas como desculpa para não as divulgarem. As únicas informações estratégicas na minha opinião são:

- Lançamento de novos produtos, que não existem no mercado;
- Intenção de compra de outras empresas;
- Intenção de entrar em um outro mercado.

Todas as outras informações não são estratégicas e fazem parte da condução natural dos negócios.

3 Considerando a percepção particular de cada empresa sobre a “relevância” das informações divulgadas, como fica a questão da “comparabilidade” entre empresas do mesmo setor, bem como entre empresas de setores diferentes?

Esse era um dos alvos de crítica que o precursor da IFRS 8, o IAS 14, recebia, uma vez que este segmentava as operações em primário e secundário conforme o seu grau de relevância. Como a percepção de relevância tem aspectos subjetivos, a comparabilidade de informações ficava prejudicada. Com a revogação da IAS 14 e a adoção da IFRS 8, esse problema está minimizado, uma vez que o grau de detalhamento referente à segmentação é muito maior, pois este é baseado em informações gerenciais para a tomada de decisões internas, permitindo assim um maior grau de comparabilidade entre empresas do mesmo setor ou mesmo de empresas de setores diferentes (levando em consideração expectativas de fluxos de caixa futuros). Vale ressaltar, porém, que embora a proposta inicial da IFRS 8 evidencie uma melhoria no nível de *disclosure* operacional, nota-se que, mesmo entre as empresas que aplicam a IFRS, existem escalas diferentes de detalhamento de informações, o que pode ser um ponto preponderante na comparabilidade de informações entre as empresas.

As empresas fazem internamente diversas segmentações, elas poderiam divulgar relatórios com segmentação por produto, cliente, região, mas com um grau de detalhamento menor. Não apenas escolher uma única forma de segmentação.

O mercado poderá pressionar a empresa por uma homogeneização, mas a maneira como ela escolhe o critério de segmentação a ser divulgado não é relevante, uma vez que internamente os segmentos de atuação das empresas já estão bastante claros.

4 Em que a IFRS 8 pode contribuir para maior utilidade das demonstrações financeiras face ao propósito de estas últimas orientarem a tomada de decisões econômicas pelos usuários?

Vai contribuir muito, pois o maior detalhamento das informações operacionais das entidades, mesmo as do ângulo gerencial, permitirá aos usuários das demonstrações financeiras ter uma visão mais ampla da companhia, como o seu ambiente de negócios, *mix* de produtos/serviços, principais clientes.

As informações gerenciais são complementares às informações societárias. Elas não precisam estar conciliadas com o contábil.

5 Quais seriam suas principais recomendações relacionadas ao aperfeiçoamento da norma?

Na minha opinião, a norma em si não necessita de aperfeiçoamentos relevantes, uma vez que apresenta melhorias frente ao IAS 14. Nesse momento, o que se pode sugerir é um acompanhamento da qualidade das informações que serão divulgadas e o seu alinhamento com o requerido pela norma.

6 Quais os principais problemas em se adotarem, para a divulgação requerida pela IFRS 8, critérios gerenciais de mensuração (preços de transferência, alocações de custos, por exemplo) diferentes dos critérios normatizados pelas IFRS para a preparação das demonstrações financeiras básicas?

Certamente, não teremos o detalhamento preciso de montantes nas demonstrações financeiras básicas, o que pode gerar certa dúvida dos usuários. Para se obterem informações precisas sobre algumas rubricas, serão necessárias reconciliações de saldos contábeis com outros sistemas de informação, não contábeis. Uma vez que os valores sejam relevantes, pode-se ter algum prejuízo na análise de tais informações.

As nossas análises são baseadas em tendências, não tomo decisões olhando o número em si, mas sim pelas tendências. Analisamos como está o negócio em relação ao consolidado, a sua relevância e evolução.

7 Com base nos exemplos de interfaces entre riscos empresariais, decisões dos principais executivos das empresas, contabilidade gerencial e contabilidade financeira ou societária, enviados no texto introdutório anexo a carta:

a- V. concorda que essas interfaces existem?

Realmente, essas interfaces existem. Os riscos econômicos com reflexos empresariais necessariamente acarretam impactos no tipo de ação que deve ser tomada tanto no campo gerencial quanto societário. A questão fica por conta de como esses dados gerenciais serão repassados ao usuário das demonstrações financeiras, uma vez que serão necessárias adaptações

para que essas informações sejam corretamente entendidas pelos usuários e para que não prejudiquem a análise e a tomada de decisão de investimento.

b- Há outros exemplos que sua experiência profissional indica que se encaixem no mesmo conceito de interfaces citadas?

Podemos citar, por exemplo, o encarecimento excessivo de preços de *commodities* como o petróleo, por parte de países participantes da OPEP. Para as entidades que necessitam desse produto, o impacto nos custos e conseqüentemente na precificação do produto final causará impactos na estratégia gerencial, e provavelmente resultará em uma diminuição da demanda e uma possível queda na receita.

8 Quais informações gerenciais poderiam ser divulgadas para uma maior abrangência de informações para estimativa de fluxos de caixa futuros?

Podemos citar, por exemplo, um maior detalhamento referente a indicadores gerenciais voltados ao ciclo operacional, como prazo médio de renovação de estoque, prazo médio de pagamento de compras, prazo médio de recebimento de vendas, além de outros, como necessidade de capital de giro, estrutura de capital, etc.

Fazemos painéis setoriais a cada três meses. Nessas reuniões analisamos a economia geral e a situação de um segmento específico. As opiniões encontradas são diferentes, todos concordam que vai subir, mas há diferença no percentual de aumento, por exemplo. Levamos em conta as premissas utilizadas para se chegar no número, não o número em si, vemos se o argumento é coerente.

APÊNDICE 6– Acadêmicos

Ariovaldo dos Santos

Duração: 19 minutos

Professor de Societária -USP

Entrevista 29/09/2008, 15h30

1 A norma IFRS 8 e o “enfoque gerencial” por ela preconizado permitirão que situações específicas de regiões geográficas e/ou de linhas de negócios (segmentos) sejam mais bem explicitadas nas demonstrações financeiras a partir de 2009, em comparação com as divulgações que vinham até então sendo feitas?

Sim, já tive dificuldade em obter essa informação. Na minha tese de livre docência, gostaria de relacionar a DVA com o PIB por região. Mas tive um problema com a análise, o RJ apareceu como o Estado com maior contribuição para o PIB. Isso era devido à DVA de várias empresas (Petrobrás, Souza Cruz, etc) serem feitas com sede no RJ. Se eu tivesse informação por região, o meu problema estaria resolvido.

2 A quebra por segmento pela IFRS 8 melhora a capacidade de explicar a evolução dos negócios por segmento no tocante à maneira pela qual os mesmos são gerenciados?

Pode melhorar em algum momento. Poderá ter surpresas em alguns momentos. Empresa que vende cigarro tem maior rentabilidade no norte, lugar de menor concentração populacional. Isso pode ser devido à questão da marca, concorrentes, etc. Pode gerar informações importantes, mas deve estar associada a outros fatores.

3 Considerando a percepção particular de cada empresa sobre a “relevância” das informações divulgadas, como fica a questão da “comparabilidade” entre empresas do mesmo setor, bem como entre empresas de setores diferentes?

Com bom senso, as empresas farão coisas semelhantes. Empresa de saneamento vai segmentar por água e esgoto. Há uma tendência de uniformidade no longo prazo. Isso dependerá da importância da empresa, Ltda, S/A de capital aberto, porte, etc.

4 Em que a IFRS 8 pode contribuir para maior utilidade das demonstrações financeiras face ao propósito de estas últimas orientarem a tomada de decisões econômicas pelos usuários?

No Brasil é necessário ensinar as pessoas a utilizarem as DCs. Elas são sub-aproveitadas.

As DCs devem ser analisadas no conjunto, não somente analisando uma informação específica.

5 Quais seriam suas principais recomendações relacionadas ao aperfeiçoamento da norma?

Não lembro.

6 Quais os principais problemas em se adotarem, para a divulgação requerida pela IFRS 8, critérios gerenciais de mensuração (preços de transferência, alocações de custos, por exemplo) diferentes dos critérios normatizados pelas IFRS para a preparação das demonstrações financeiras básicas?

Ao fazer nota explicativa colocando os critérios de mensuração internos, esse problema estaria resolvido. Deve haver uma boa divulgação dos critérios, e o analista pode concluir que ele não é comparável.

Essa informação pode ser importante para análises. Quando se comparam valor de mercado e custo histórico, podem-se avaliar as diferenças que isso pode causar, pode-se saber se as consequências são ou não relevantes.

7 Os critérios quantitativos constantes da IFRS 8 na determinação dos segmentos são adequados, de forma geral? Como fica a questão *rules x principles based* face a tais critérios quantitativos?

A norma do IASB é mais flexível, usa a capacidade de julgamento. Mas não sei como ela será usada na prática.

8 Com base nos exemplos de interfaces entre riscos empresariais, decisões dos principais executivos das empresas, contabilidade gerencial e contabilidade financeira ou societária, enviados no texto introdutório anexo à carta:

a- V. concorda que essas interfaces existem?

A vinculação depende do porte e do tipo de empresa.

b- Há outros exemplos que sua experiência profissional indica que se encaixem no mesmo conceito de interfaces citadas?

Algumas empresas fazem isso de forma automatizada. Essas vinculações estão fora da realidade da maior parte das empresas brasileiras.

Mas já existem preocupações com questões ambientais.

Os consumidores no Brasil não levam em consideração preocupações sociais e ambientais. É difícil pensar em mudança no comportamento do consumidor no Brasil.

9 Quais informações gerenciais poderiam ser divulgadas para uma maior abrangência de informações para estimativa de fluxos de caixa futuros?

Qualidade de ativos e passivos, risco, taxas de juros – valor presente, planos de investimento e formas de financiamento, estimativa de operação –, como será o desempenho nos próximos anos.

Bruno Salotti

Duração: 23 minutos

Professor de Societária -USP

Entrevista 23/09/2008, 11h30

1 A norma IFRS 8 e o “enfoque gerencial” por ela preconizado permitirão que situações específicas de regiões geográficas e/ou de linhas de negócios (segmentos) sejam mais bem explicitadas nas demonstrações financeiras a partir de 2009, em comparação com as divulgações que vinham até então sendo feitas?

Teoricamente, sim. O problema está em como as empresas vão aplicar as normas. Nem na Europa há casos de publicação, não se sabe como será feito. No Brasil, as empresas têm o costume de divulgar pouco, não abrem os seus custos. É difícil saber o que as empresas farão.

No curto prazo, será um problema devido à questão de padronização, a norma deixa os critérios bem abertos. No curto prazo isso poderá ser um problema.

Quando a Europa começou a aplicar as IFRS, havia um problema de aplicação correta; com o tempo, o mercado, auditores e empresas foram aprendendo.

2 A quebra por segmento pela IFRS 8 melhora a capacidade de explicar a evolução dos negócios por segmento no tocante à maneira pela qual os mesmos são gerenciados?

Sim, a abertura por segmentos melhora o conteúdo informativo. Mas a curto prazo não será possível obter esta explicação. O problema é que no Brasil as empresas não conseguem nem aplicar o básico.

3 Considerando a percepção particular de cada empresa sobre a “relevância” das informações divulgadas, como fica a questão da “comparabilidade” entre empresas do mesmo setor, bem como entre empresas de setores diferentes?

No curto prazo o relatório de Informações por Segmentos será incomparável. Nesse caso, a relevância da informação contábil, capaz de fazer o usuário entender como a administração toma as suas decisões, é mais importante que a comparabilidade.

Porém a estrutura conceitual do IASB considera que as informações qualitativas não devem ter peso, todas devem possuir a mesma importância.

Em um primeiro momento a relevância será importante, uma vez que as empresas não possuem informações sobre as outras. Depois o mercado irá pressionar para que empresas que publicam de uma maneira diferente passem a fazer esse relatório da mesma forma que o setor.

As informações incomparáveis podem ser mal interpretadas pelo mercado, podendo trazer prejuízo na avaliação da empresa.

4 Em que a IFRS 8 pode contribuir para maior utilidade das demonstrações financeiras face ao propósito de estas últimas orientarem a tomada de decisões econômicas pelos usuários?

Informações para projeções, evolução da receita, riscos, influência nos negócios em função de preços, questões de mercado e fatores externos. A análise torna-se mais precisa.

A Sadia, por exemplo, poderá informar os seus vários negócios e linhas geográficas. Poderá ser conhecida a sua margem, preço, pressão de custos, influência de câmbio, etc.

5 Quais seriam suas principais recomendações relacionadas ao aperfeiçoamento da norma?

Colocar mais exemplos práticos, na forma de guia de implementação. A Europa já está acostumada a ler a norma, o Brasil não.

Divulgar algo mais prático, com impacto no dia a dia.

6 Quais os principais problemas em se adotarem, para a divulgação requerida pela IFRS 8, critérios gerenciais de mensuração (preços de transferência, alocações de custos, por exemplo) diferentes dos critérios normatizados pelas IFRS para a preparação das demonstrações financeiras básicas?

Não existe problema, isso é algo positivo, pois agrega informação para o analista externo. Porém a nota explicativa que pede a reconciliação com o contábil deve ser muito bem feita. Os usuários precisarão entender bem.

Pode ser um problema para a auditoria devido ao subjetivismo, como auditar a intenção, filosofia de tomada de decisão da empresa.

7 Os critérios quantitativos constantes da IFRS 8 na determinação dos segmentos são adequados, de forma geral? Como fica a questão *rules x principles based* face a tais critérios quantitativos?

Os critérios dos 10% e 75% são sugestões, a empresa pode incluir ou modificar. No Brasil, poderá haver uma dificuldade, uma vez que as empresas levam os percentuais muito a sério. Mas a norma deixa claro que o que vale é o princípio, o que a gerência acredita que pode ser útil. Os critérios quantitativos estão lá para ajudar. O auditor deve fazer a avaliação de qual segmento poderia ser incluído.

Os valores para base do teste são feitos em cima de estimativas, tem *fair value*, por exemplo.

8 Com base nos exemplos de interfaces entre riscos empresariais, decisões dos principais executivos das empresas, contabilidade gerencial e contabilidade financeira ou societária, enviados no texto introdutório anexo à carta:

a- V. concorda que essas interfaces existem?

Concordo

b- Há outros exemplos que sua experiência profissional indica que se encaixem no mesmo conceito de interfaces citadas?

Todo tipo de risco, variação cambial, custo de *commodity*, variação na taxa de juros, mudanças tecnológicas. Mas nem sempre se consegue pontuar o efeito em uma linha específica. Os riscos sempre impactarão a contabilidade. Deveriam sempre estar refletidos nos números contábeis.

9 Quais informações gerenciais poderiam ser divulgadas para uma maior abrangência de informações para estimativa de fluxos de caixa futuros?

Cada segmento tem as suas variáveis chaves, informações de volume, perspectivas de investimentos, etc. Os analistas sabem quais são as dificuldades em se fazerem as estimativas, e poderão responder melhor a esta questão.

Fábio Frezatti

Duração: 36 minutos

Professor de Gerencial -USP

Entrevista 24/09/2008, 14h20

1 A norma IFRS 8 e o “enfoque gerencial” por ela preconizado permitirão que situações específicas de regiões geográficas e/ou de linhas de negócios (segmentos) sejam mais bem explicitadas nas demonstrações financeiras a partir de 2009, em comparação com as divulgações que vinham até então sendo feitas?

O analista que utiliza a teoria fundamentalista pode fazer projeções de resultado.

O enfoque gerencial é muito complicado, pois viola a essência do usuário da informação. A norma é interessante, mas as empresas não possuem a intenção de mostrar essas informações aos seus concorrentes. Tais informações poderiam fomentar um ataque dos concorrentes nas empresas.

Não é adequado dar a mesma informação a usuários diferentes (no caso, investidores e concorrentes).

Mostrar os segmentos da mesma forma que a gerência analisa internamente é dizer que a empresa pode evidenciar do jeito que ela quiser, pensando em não divulgar informações importantes para os concorrentes. É uma válvula de escape para a empresa divulgar o que ela quiser.

Para a Contabilidade financeira, a iniciativa é válida, representa um esforço para diminuir a assimetria informacional.

2 A quebra por segmento pela IFRS 8 melhora a capacidade de explicar a evolução dos negócios por segmento no tocante à maneira pela qual os mesmos são gerenciados?

Sim, para compreender o nível de investimento e indicadores de performance. Não consigo enxergar o reflexo disso, mas o esforço é válido.

Há uma expectativa de uma parte do mercado achando que o IFRS vai trazer uma maior aproximação da contabilidade gerencial.

A contabilidade gerencial nos EUA é uma contabilidade financeira com um maior nível de detalhe. É um raciocínio interessante pois, ao identificar quais informações são relevantes,

gerencialmente você passa a tê-la com detalhe. Isso não necessariamente é verdade em todos os países. Em países Europeus, isso poderá ser um problema.

Há alguns problemas, como: questão de poder, custo de informação e crenças.

Algumas informações podem não ser interessantes para a contabilidade financeira, por exemplo, preço de reposição futuro.

3 Considerando a percepção particular de cada empresa sobre a “relevância” das informações divulgadas, como fica a questão da “comparabilidade” entre empresas do mesmo setor, bem como entre empresas de setores diferentes?

Um dos próximos passos refere-se à tentativa da APIMEC de influenciar as empresas a seguirem novos modelos. Depois disso, o mercado pode homogeneizar, mas terá uma questão de limite, até quanto isso pode ser homogeneizado.

Não acredito que as empresas farão a abertura por família de produto, pois isso dará muita informação aos concorrentes. Da mesma forma, abrir vendas por produto, por região, idem.

Desde 1994, eu já acompanho casos de usuários externos solicitando informações qualitativas.

Tenho um projeto, ainda em fase incipiente, para associação de classes para a troca de informações gerenciais; nesse caso haveria uma confiança recíproca entre os participantes.

4 Em que a IFRS 8 pode contribuir para maior utilidade das demonstrações financeiras face ao propósito de estas últimas orientarem a tomada de decisões econômicas pelos usuários?

Melhor projeção para as análises fundamentalistas. Fazer projeções, analisar consistência. Concorrentes com informações para adequar as suas estratégias.

A norma serve como um reforço qualitativo.

A norma é útil para o pesquisador. Verificar, por exemplo, quantas empresas usam o custeio direto. Analisar a relação, por exemplo, entre o uso do modelo ABC e os seus resultados.

5 Quais seriam suas principais recomendações relacionadas ao aperfeiçoamento da norma?

Não deve se tornar um problema para a empresa. A empresa o fará dentro das suas possibilidades, não será um conflito/problema para a empresa, ela o fará dentro da razoabilidade.

6 Quais os principais problemas em se adotarem, para a divulgação requerida pela IFRS 8, critérios gerenciais de mensuração (preços de transferência, alocações de custos, por exemplo) diferentes dos critérios normatizados pelas IFRS para a preparação das demonstrações financeiras básicas?

Há um problema em divulgar essas informações, a empresa não vai querer divulgar informações sobre, por exemplo, o seu preço de transferência, gastos de divulgação, margem por região em condições de único produto.

Os analistas precisam estar muito bem preparados para poder entender essa questão, além da visão de gestão, de negócio.

7 Os critérios quantitativos constantes da IFRS 8 na determinação dos segmentos são adequados, de forma geral? Como fica a questão *rules x principles based* face a tais critérios quantitativos?

Podem servir como orientação, não tem relevância.

8 Com base nos exemplos de interfaces entre riscos empresariais, decisões dos principais executivos das empresas, contabilidade gerencial e contabilidade financeira ou societária, enviados no texto introdutório anexo à carta:

a- V. concorda que essas interfaces existem?

Concordo

b- Há outros exemplos que sua experiência profissional indica que se encaixem no mesmo conceito de interfaces citadas?

Mudança de tecnologia, obsolescência, risco político (efeito no “contas a receber”, aumento de provisão).

9 Quais informações gerenciais poderiam ser divulgadas para uma maior abrangência de informações para estimativa de fluxos de caixa futuros?

Nível de investimento no futuro, quanto precisa de financiamento, informações sobre desenvolvimento de produtos, tempo de desenvolvimento, vida útil.

Quanto dos gastos está ligado a treinamento e desenvolvimento de pessoas.

Expectativa da empresa em relação ao mercado, cenários dos próximos anos.

Isso ajuda a formar um perfil para a projeção da empresa usar esses dados para extrapolação.

Reinaldo Guerreiro

Duração: 31 minutos

Professor de Gerencial -USP

Entrevista 07/10/2008, 15h40

1 A norma IFRS 8 e o “enfoque gerencial” por ela preconizado permitirão que situações específicas de regiões geográficas e/ou de linhas de negócios (segmentos) sejam mais bem explicitadas nas demonstrações financeiras a partir de 2009, em comparação com as divulgações que vinham até então sendo feitas?

Um dos pontos fundamentais de um sistema de contabilidade gerencial é o seu plano de entidade, plano de dimensão. Nele se colocam quais as perspectivas que se pretendem fazer, a análise de rentabilidade de um negócio. Exemplo: produto, cliente, regiões geográficas, etc.

Sob a ótica interna, essa divisão é vital. Não há como montar um sistema de contabilidade gerencial sem ele atender às necessidades do gestor. A empresa faz gestão por produto, cliente, região, etc.

Sob a ótica externa, eu não tenho segurança se isso vai trazer algum benefício, pode ser uma informação complementar. Um usuário externo poderá olhar as famílias de produto, canais de distribuição, estratégias da empresa, questões estruturais, perspectivas de futuro, etc. A informação por negócio pode valer a pena, mas muito detalhada não. O usuário olha tantos dados e não consegue tomar decisão com aquilo.

As empresas vão interpretar a norma a seu favor e irá divulgar o mínimo necessário.

2 A quebra por segmento pela IFRS 8 melhora a capacidade de explicar a evolução dos negócios por segmento no tocante à maneira pela qual os mesmos são gerenciados?

Tenho dúvidas. Os analistas conhecem bem o negócio, mas não só olham as demonstrações financeiras, eles vão para a empresa, conversam com a administração, entendem os processos internos. Eles mergulham nos dados internos.

3 Considerando a percepção particular de cada empresa sobre a “relevância” das informações divulgadas, como fica a questão da “comparabilidade” entre empresas do mesmo setor, bem como entre empresas de setores diferentes?

Não se pode comparar o relatório, a não ser que empresas do mesmo ramo façam o mesmo tipo de segmentação. Pode ser que no futuro façam da mesma maneira. Para pessoas ligadas à área gerencial, a relevância é mais importante que a comparabilidade. Deve-se comparar com grandes números, e não com detalhes.

Nos EUA, as grandes empresas possuem vários segmentos. Não sei se em outros países isso se tornaria tão relevante, não há muitos negócios diferentes.

4 Em que a IFRS 8 pode contribuir para maior utilidade das demonstrações financeiras face ao propósito de estas últimas orientarem a tomada de decisões econômicas pelos usuários?

Entender os tipos de negócio em que as empresas estão atuando. Percepção de como está o mercado, negócio, futuro, perspectivas.

5 Quais seriam suas principais recomendações relacionadas ao aperfeiçoamento da norma?

Não tenho.

6 Quais os principais problemas em se adotarem, para a divulgação requerida pela IFRS 8, critérios gerenciais de mensuração (preços de transferência, alocações de custos, por exemplo) diferentes dos critérios normatizados pelas IFRS para a preparação das demonstrações financeiras básicas?

Isso leva à total impossibilidade de comparação. Só se comparam coisas padronizadas.

A empresa precisará evidenciar quais foram os critérios utilizados.

7 Os critérios quantitativos constantes da IFRS 8 na determinação dos segmentos são adequados, de forma geral? Como fica a questão *rules x principles based* face a tais critérios quantitativos?

A norma deve ser indutora de alguns tipos de comportamento, os preparadores precisam de alguma indicação.

8 Com base nos exemplos de interfaces entre riscos empresariais, decisões dos principais executivos das empresas, contabilidade gerencial e contabilidade financeira ou societária, enviados no texto introdutório anexo à carta:

a- V. concorda que essas interfaces existem?

Concordo. Esses fatos impactam a contabilidade, é algo natural.

A teoria de gestão econômica diz que o patrimônio é afetado pelo evento provocado e pelo não provocado.

b- Há outros exemplos que sua experiência profissional indica que se encaixem no mesmo conceito de interfaces citadas?

Aspectos de moeda, variação cambial, impactos ambientais, níveis de investimentos em pesquisa, novos produtos.

Dou um exemplo de característica ambiental interna: as condições de manutenção da capacidade intelectual (treinamentos). Isso é refletido indiretamente na contabilidade.

9 Quais informações gerenciais poderiam ser divulgadas para uma maior abrangência de informações para estimativa de fluxos de caixa futuros?

Deveriam ser divulgadas informações úteis para que o analista pudesse fazer uma própria estimativa de fluxo de caixa futuro.

Crescimento futuro do mercado e empresa.

Indicação de reposição da capacidade instalada.

Representatividade da depreciação.

Wellington Rocha

Duração: 27 minutos

Professor de Gerencial -USP

Entrevista 24/09/2008, 18h05

1 A norma IFRS 8 e o “enfoque gerencial” por ela preconizado permitirão que situações específicas de regiões geográficas e/ou de linhas de negócios (segmentos) sejam mais bem explicitadas nas demonstrações financeiras a partir de 2009, em comparação com as divulgações que vinham até então sendo feitas?

Sim, vai ser melhorado. No longo prazo, poderá haver um maior nível de detalhamento. À medida que as empresas abrirem as suas informações, as outras empresas perceberão e também o farão. Será um avanço gradual.

2 A quebra por segmento pela IFRS 8 melhora a capacidade de explicar a evolução dos negócios por segmento no tocante à maneira pela qual os mesmos são gerenciados?

Sim, no longo prazo poderá se perceber o comportamento do gerente. Ao comparar ano a ano, o usuário aprenderá a interpretar os atos da gestão.

3 Considerando a percepção particular de cada empresa sobre a “relevância” das informações divulgadas, como fica a questão da “comparabilidade” entre empresas do mesmo setor, bem como entre empresas de setores diferentes?

Com o tempo, os analistas vão aprendendo a interpretar os atos da administração da empresa, até onde essa abertura o permitir.

Com o tempo, as empresas do mesmo setor farão o mesmo tipo de segmentação, haverá um efeito indireto.

Relevância é mais importante que comparabilidade.

4 Em que a IFRS 8 pode contribuir para maior utilidade das demonstrações financeiras face ao propósito de estas últimas orientarem a tomada de decisões econômicas pelos usuários?

Refinar processo de projeção de fluxos de caixa futuros. Para análise de custos de concorrentes, essa norma é um passo importante, permitirá o entendimento de seus custos, informações econômico-financeira, patrimonial.

A norma permitirá a análise de clientes e fornecedores e toda a sua cadeia de valor. Aumentará o meu poder de negociação com os fornecedores, por exemplo.

5 Quais seriam suas principais recomendações relacionadas ao aperfeiçoamento da norma?

A implementação no Brasil poderia ser mais suave, as mudanças deveriam ser graduais, com um menor nível de detalhe.

6 Quais os principais problemas em se adotarem, para a divulgação requerida pela IFRS 8, critérios gerenciais de mensuração (preços de transferência, alocações de custos, por exemplo) diferentes dos critérios normatizados pelas IFRS para a preparação das demonstrações financeiras básicas?

Isso é extremamente positivo. A aproximação das duas contabilidades é muito bem vinda.

Um problema é que ficará evidente que muitas empresas não possuem critérios gerenciais, que não possuem critérios econômicos de mensuração.

Nos EUA, a contabilidade gerencial é a contabilidade financeira mais detalhada. A empresa usa o mesmo custo histórico, mas com mais detalhes.

Muitas empresas utilizam os mesmos valores da contabilidade financeira para a tomada de decisão interna.

7 Os critérios quantitativos constantes da IFRS 8 na determinação dos segmentos são adequados, de forma geral? Como fica a questão *rules x principles based* face a tais critérios quantitativos?

É adequado, serve como uma interessante forma de transição.

8 Com base nos exemplos de interfaces entre riscos empresariais, decisões dos principais executivos das empresas, contabilidade gerencial e contabilidade financeira ou societária, enviados no texto introdutório anexo à carta:

a- V. concorda que essas interfaces existem?

Concordo. A contabilidade capta os eventos.

b- Há outros exemplos que sua experiência profissional indica que se encaixem no mesmo conceito de interfaces citadas?

Impactos das considerações demográficas, população crescendo e o nível de receita.

Usos e costumes, hábitos mudando ao longo do tempo.

Estratégias da empresa.

Para a análise de cadeia de valor, é interessante saber os hábitos dos consumidores.

9 Quais informações gerenciais poderiam ser divulgadas para uma maior abrangência de informações para estimativa de fluxos de caixa futuros?

Questões de qualidade e prevenção, investimentos em prevenção de falhas internas.

Estratégias em relação ao consumidor final.